

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E DISCIPLINA.
Um Estudo Sobre a Privação da Liberdade Entre Jovens
Infratores na Instituição “Lar do Garoto”/PB

ADEILSON DA SILVA TAVARES

RECIFE, ABRIL DE 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E DISCIPLINA.
Um Estudo Sobre a Privação da Liberdade Entre Jovens
Infratores na Instituição “Lar do Garoto”/PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre, sob a orientação da professora Judith C. Hoffnagel.

ADEILSON DA SILVA TAVARES

RECIFE, ABRIL DE 2004

JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E DISCIPLINA.
Um Estudo Sobre a Privação da Liberdade Entre Jovens
Infratores na Instituição “Lar do Garoto”/PB

ADEILSON DA SILVA TAVARES

Dissertação aprovada pela Banca Examinadora composta pelos Professores:

Prof^a Dra. Judith C. Hoffnagel
(Orientadora)

Prof^o Dr. Russell Parry Scott
(Examinador Interno)

Prof^o Dr. Orlando Pinto de Miranda
(Examinador Externo)

RECIFE, ABRIL DE 2004

AGRADECIMENTOS

Neste momento quero agradecer a algumas pessoas sem as quais este trabalho não teria o resultado obtido.

À minha família, pais, irmãos, tios e sobrinhos, que apenas pelo simples fato de entenderem que eu precisava de “concentração”, me ajudaram durante todo o processo dissertativo. Especialmente a minha tia Beta, ao seu modo, sempre preocupada com o meu bem-estar.

À Maria Luiza e Cléa que sempre mantiveram as portas abertas quando precisei ficar em sua casa, em Recife, ou pelos almoços e passeios aos domingos pela cidade.

Aos companheiros de turma, Sheila, Nilson, Roberto, Carla, Cristyane, Ana Cláudia, Liliane, Isabela, Gilmara e Elcimar. Especialmente, à Elaine e Homero, pelas conversas sobre e de “jovens” que tivemos durante as reuniões do grupo “antro de jovens”.

À CAPES pela ajuda financeira que recebi durante o mestrado.

À Regina, Ana e Miriam, pelo esforço na execução das tarefas que agilizam a vida burocrática da academia e nossa.

Ao Professor Scott pela atenção a mim dada desde o início do curso até às pontuações precisas na pré-banca.

Ao Alex, Vilma e Péricles pela ajuda que prontamente recebi quando precisei deles.

À Cristina Marin pela preciosa ajuda que tem dado desde o início do mestrado e agora com a leitura atenta do texto. Obrigado por tudo!

À Judith, minha orientadora, que ao encarar tal tarefa sempre esteve disponível a compartilhar e ajudar-me com suas experiências e conhecimentos.

À Melânia, grande mulher, companheira e amor que tenho em minha vida. Agradeço-te por sempre me mostrar que podemos conquistar e transformar o futuro. Obrigado!

Aos funcionários da instituição Lar do Garoto, Nivaldo, Leandro e Eliana, pela disposição e ajuda com informações necessárias para realização desse estudo.

Enfim, a todos os jovens do Lar do Garoto com os quais eu mantive contato durante o trabalho de campo que, na vida intramuros, vivem e esperam por espaços para viver a sua juventude.

SUMÁRIO

	Página
Resumo	6
Abstract	7
Introdução	8
Capítulo I Pensando as Juventudes	14
Capítulo II Percurso Metodológico	28
Capítulo III Lar do Garoto: Da Filantropia à Esfera Estatal. Contextualizando o Lócus da Pesquisa	42
Capítulo IV A Vida Antes do Lar do Garoto	61
Capítulo V A Vida no Lar do Garoto	81
Capítulo VI Percepção e Vivência da Juventude	104
Conclusão	124
Bibliografia	131

RESUMO

JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E DISCIPLINA.

Um Estudo Sobre a Privação da Liberdade Entre Jovens Infratores na Instituição “Lar do Garoto”/PB

Durante o curso da vida o indivíduo passa por diferentes períodos no processo de construção, transformação e desenvolvimento de sua identidade. Assim, pautada por critérios etários, a juventude é vista como uma condição universal, uma fase de desenvolvimento humano que se encontraria em todas as sociedades e momentos históricos. Dessa forma, a juventude é uma condição social temporal que aponta para uma série de questões. Dentro de uma pluralidade de conceitos, imagens e contextos que norteiam a discussão contemporânea sobre a juventude, este trabalho tem como objetivo analisar a maneira pela qual a privação da liberdade interfere na visão de mundo dos jovens internos do Lar do Garoto/PB. Os dados para a etnografia da instituição foram coletados através da observação participante e entrevistas semi-estruturadas. A análise mostra que, oriundos de um contexto de marginalização e de uma dita “cultura da violência”, esses jovens encontram-se cerceados daquilo que consideram ser essencial para a vivência da juventude: a liberdade. Desse modo, a juventude vivida por eles é postiça: afirmam que são jovens baseando-se em suas idades, mas, por outro lado, a regras disciplinares que lhes são impostas na instituição Lar do Garoto, retiram-lhes sua liberdade e autonomia e assim, a possibilidade de vivencia plena dessa juventude.

ABSTRACT

YOUTH, VIOLENCE AND DISCIPLINE.

A Study of the the Privation of Liberty among Inmates in the Institution “Lar do Garoto” in Paraíba, Brazil

During the course of lifetime, an individual passes through different periods in the process of constructing, transforming and developing his identity. Using the criteria of age, youthfulness is seen as a universal condition, a stage of human development that is found in every society and historical epoch; in other words, youthfulness is seen as a temporal social condition about which a series of questions are raised. Within the multitude of concepts, images and contexts on which the contemporary discussion of youth is based, this dissertation has as its principal objective an analysis of the way in which the loss of liberty interferes in the world vision of the young men confined in the “reeducation center” Lar do Garoto in the state of Paraíba, Brazil. The analysis is based on an ethnography of the institution, Lar do Garoto. Data were collected through participant observation and semi-structured interviews of the inmates. The study shows that coming from a marginalized context and a so-called “culture of violence”, these young men find themselves deprived of that which they consider to be essential to fully experience their youth: their liberty. In this way, the youth experienced by these young men is an artificial one. They claim that on the one hand based on their age, they are young men, while on the other hand, the disciplinary rules imposed by the institution take away their liberty and autonomy and thereby the possibility of living fully their youth.

INTRODUÇÃO

A preocupação central deste trabalho é analisar, antropológicamente, a maneira pela qual a privação da liberdade interfere na visão de mundo dos jovens internos do Lar do Garoto/PB¹, principalmente no que tange a sua concepção e vivência da juventude. O pressuposto básico que o norteou foi o de que, ao buscar interpretar suas representações, atitudes, crenças e comportamentos sobre experiências vividas, percebidas e imaginadas, fosse possível compreender tanto os aspectos culturais que fundamentam suas práticas, como a visão de mundo que se observa a partir de questões sociais.

Os estudos de diversas áreas do conhecimento humano servem de base para a compreensão e tratamento da questão juvenil. A partir de uma discussão antropológica, este estudo trata do tema *juventude*, concentrando-se numa dimensão que se entende como ‘juventude infratora’ e ‘delinquente’.

Com o cerceamento da liberdade por um determinado tempo, assegurado por lei, os jovens que cometeram delitos graves são internados numa instituição, como pena, com vistas à ressocialização. Partindo da noção de que a instituição que os assiste deve preservar os direitos da criança e do adolescente (como prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), podemos entender o Lar do Garoto enquanto um espaço juvenil? A referida instituição realmente faz valer os direitos que assiste os seus internos? Esses pontos estão presentes neste trabalho como questionamentos para se chegar a entender o que é “ser jovem” em condição de internamento.

A juventude, então, é um grupo chave em qualquer processo de transformação social, principalmente agora, que é o grupo etário mais numeroso do país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem hoje 34 milhões de jovens na faixa de 10 a 19 anos e, se o ritmo de crescimento da população for mantido, eles continuarão sendo o grupo etário predominante, pelo menos até o ano de 2010. Mais do que nunca, aquilo que os jovens pensam, sentem, dizem e fazem tem relevância não só para eles mesmos, mas para toda a sociedade.

¹ O Lar do Garoto/PB é uma Unidade de Internamento para jovens infratores, mantida pelo governo do Estado através da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida.

Após um período de latência, o tema da juventude tem sido retomado nos últimos anos, aglutinando os interesses de diversos atores sociais: intelectuais, pesquisadores, educadores, governantes, entre outros. Há algumas décadas os jovens já vinham sendo objeto das atenções nos meios de comunicação de massa, ocupando os noticiários quer sob a forma de mercado potencial de consumidores a ser conquistado, quer nas páginas policiais como protagonistas da escalada da violência nas grandes cidades brasileiras.

Que esses veículos contribuíssem para trazer à arena pública o tema da juventude é inegável, no entanto, também propiciaram o surgimento de vários estereótipos sobre uma pretensa condição juvenil, homogênea e com características universais, que atingiria de igual modo a todos os jovens.

Mas, apesar de ainda iniciais e fragmentadas, vêm-se constituindo no Brasil tentativas de compreender melhor o que se passa com os jovens, para além de certo senso comum, disseminado com muita força na nossa opinião pública, que toma os jovens como os principais causadores da violência, ameaçados continuamente pelo fantasma das drogas, irremediavelmente individualistas, apáticos, consumidores vorazes de produtos ou mercadorias inúteis e desinteressados das questões públicas.

Com o propósito de questionar e problematizar tais assertivas e ampliar a compreensão do modo como é vivida a condição juvenil, hoje, do ponto de vista da família, da escola, do trabalho, da sexualidade, das relações de amizade, da violência para os internos, tanto antes quanto após seu internamento no Lar do Garoto, é que resolvi estruturar este estudo, o qual remete a alguns autores, teorias e noções, os quais utilizo como ferramentas para a construção do mesmo.

Assim, me apoio, principalmente, nas contribuições teóricas de Luís Antônio Groppo, de José Machado Pais, de Michel Foucault, de Michell Maffesoli, de Theophilos Rifiotis e de Erving Goffman.

Entendo que as noções utilizadas, apesar do objetivo em comum que me atraiu, não são homogêneas, há diversidades entre as construções dos diversos autores. No entanto, a intenção que me norteia é a busca, na produção dos autores, de elementos que atuem como ferramentas que auxiliem o presente estudo. Vale destacar ainda, que as referências feitas acima dizem respeito àquelas noções das quais fizemos um uso mais aprofundado. Ao longo do trabalho também são citados outros autores, noções e teorias, que são utilizadas para analisar questões mais pontuais aqui discutidas.

Utilizo, neste estudo, para analisar a concepção de juventude entre os internos do Lar do Garoto, as proposições teóricas de Pais (1993) e Groppo (2000). Pais (1993) sugere que o entendimento da juventude, enquanto categoria social, deve se dar levando em consideração tanto critérios geracionais como critérios de classe. Por sua vez, Groppo (2000) entende a juventude como uma categoria social e, ao mesmo tempo, como uma representação sócio-cultural e uma situação social. Desse modo, tomo tais proposições como complementares para entender o modo pelo qual os internos se pensam.

Adoto neste estudo, ainda, a perspectiva de Foucault (1987) que versa sobre noções como as de *sociedade disciplinar* e *panoptismo*. Para este autor, o *poder disciplinar* tem a finalidade de produzir corpos domesticados e tem como características essenciais a distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, classificatórios, combinatórios, isolados, hierarquizados, capazes de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que deles exige. Sendo assim, Foucault (1987) argumenta que aliado a esse *poder disciplinar*, o *panoptismo* apresenta uma tríplice função: a vigilância, o controle e a correção. Portanto, para este autor, a modernidade é caracterizada por uma *sociedade disciplinar, panóptica*, que tem como objetivo central formar corpos dóceis, susceptíveis de sofrer modificações. Através destas noções utilizadas por Foucault (1987), analiso a vida dos internos no Lar do Garoto. Tais noções permitem, ainda, a compreensão da mudança de visão de mundo pela qual os internos passam durante sua internação.

Maffesoli (1987) e Rifiotis (1997) fornecem outra ferramenta importante para a estruturação deste estudo: a noção de “positividade” e “construtividade” da violência. Vale ressaltar que ao levantar tal noção, os autores acima mencionados não deixam de levar em consideração seus efeitos destrutivos. Eles pretendem, sim, perceber acontecimentos que se dão no campo “desconhecido” da violência e qual sua resposta junto aos atores que a praticam. Sendo assim, levo em consideração esta noção, na medida em que considero que a violência medeia as relações sociais travadas pelos internos do Lar do Garoto, tanto antes como durante seu internamento, trazendo-lhes efeitos destrutivos (como o sofrimento e a humilhação, por exemplo), mas também efeitos construtivos (como o que se percebe nas relações de amizade mantidas pelos internos antes de irem para o Lar do Garoto).

Outra contribuição a este estudo é dada por Goffman (1988). Este, através da noção de *estigma*, viabiliza o entendimento da visão que os internos do Lar do Garoto têm sobre si. Esta noção também permite que se entenda a maneira pela qual os internos acreditam que a sociedade os vê. Uma outra noção proposta por Goffman (1961) da qual se faz uso neste estudo é a de *instituição total*. Dessa forma, aqui entende-se o Lar do Garoto como uma *instituição total*, ou seja, um lugar onde se encontra um número de indivíduos que, afastados da sociedade por um período de tempo determinado, vivem um enclausuramento e têm suas vidas sob administração de outrem.

Vale salientar que a proposta deste estudo dirige-se à busca da junção entre teoria e dados empíricos. Procura-se, aqui, fazer uma análise onde a gênese teórica e a gênese social (advinda das práticas e relatos dos jovens internos) sejam indissociáveis. Assim, tenta-se não dicotomizar teoria e dados empíricos e, ainda, procura-se utilizá-los “(...) como relações de revezamento ou em rede, que se conectam, se intensificam mutuamente sem superposição absoluta ou derivação hierárquica, como (...) ensina Deleuze” (Bonamigo 1998: 17).

Então, esta junção que pretendo neste estudo entre teoria e dados empíricos se dá levando em conta a *contextualização histórica* como ferramenta que auxilia a entender melhor as emergências e o desenvolvimento das práticas, tanto as dos internos como as institucionais, bem como os relatos apresentados pelos jovens internos do Lar do Garoto.

Sendo assim, todas as ferramentas de que lanço mão e que acima foram citadas permitem a análise da “maneira pela qual a privação da liberdade interfere na visão de mundo dos jovens internos do Lar do Garoto, principalmente no que tange a sua concepção e vivência da juventude” como uma prática sócio-histórica, a qual se dá em um dado contexto.

Organizo a dissertação da seguinte forma:

No primeiro capítulo, investigo a produção sobre o tema da juventude, de modo a discutir os conceitos e noções que permitem a compreensão da concepção de juventude entre os internos do Lar do Garoto, levando em consideração a classificação que geralmente é feita destes como “desviantes”.

No segundo capítulo, apresento os aspectos metodológicos que revelam a escolha de um caminho referenciado no problema em questão, nos objetivos que o

direcionam, além de estar lastreado pelos pressupostos epistemológicos que adotei para a elaboração deste estudo.

No terceiro capítulo, coloco o processo de institucionalização do menor em termos mais gerais, bem como no que diz respeito especificamente aos internos do Lar do Garoto, tratando dos delitos cometidos por estes, da rotina a que são submetidos nesta instituição e, ainda, da descrição física da mesma. Além disso, chamo atenção para a marginalização sofrida pelos internos do Lar do Garoto, antes de seu internamento, a qual pode ser considerada como um vetor explicativo, dentre outros, para a violência cometida por estes jovens.

No quarto capítulo, exponho a vida dos jovens internos do Lar do Garoto antes de sua entrada nesta instituição, mostrando questões como: constituição e relacionamento familiar, escolarização, trabalho, sexualidade e relações de amizade, as quais fazem parte do contexto no qual estes jovens estavam inseridos até seu internamento.

No quinto capítulo, abordo a vida dos internos no Lar do Garoto, salientando a disciplina que lhes é imputada, tanto pela instituição quanto pelos missionários evangélicos que a freqüentam, de modo a perceber a mudança de visão de mundo pela qual passam esses internos.

No sexto capítulo, destaco a concepção que os jovens do Lar do Garoto têm sobre juventude e as maneiras pelas quais a mesma é (ou não) vivida, tendo em vista o ambiente prisional em que estão inseridos e a violência que medeia as suas relações sociais. Portanto, a questão da juventude enquanto uma categoria social deve ser colocada dentro de um quadro em que se evidencie a diferença e a posicionalidade que o grupo juvenil ocupa na sociedade (Anthias 1998). Aspectos como liminaridade, imaturidade, incompletude, transitoriedade e classificação etária, são temas que permeiam a unidade do discurso teórico sobre os jovens.

Desse modo, deve-se observá-los a fim de contemplar as especificidades e contextos juvenis, indo para além das polaridades. No estudo das "juventudes", nos últimos tempos, é mister observar os múltiplos campos de ação que o indivíduo tem para gerenciar e auferir vantagens dentro de uma "situação de classe" (Bourdieu 1989). No caso da juventude, esta noção parece ser bem apropriada na medida em que são indivíduos que, após a fase da infância, começam a reivindicar e ocupar posições

sociais, ainda não definidas, num determinado tempo de suas vidas, pelas vias legais ou ilegais.

Neste estudo, trato a discussão acerca da juventude enquanto uma categoria social entendida através de critérios de representação sócio-culturais e situacionais (Groppo 2000), tomados a partir dos novos parâmetros de compreensão da realidade contemporânea. A formação de grupos concretos que constroem identidades juvenis diferenciadas de acordo com os símbolos e estilos adotados em cada grupo em particular vem sendo recorrente como temática de estudo entre as juventudes. Ademais, uma característica recente desses estudos tem sido o enfoque dado à categorias tais como: etnia, classe, gênero, localidade e consumo.

Buscando o entendimento das formas de vivência juvenil num ambiente prisional, este estudo revela-se importante na medida em que a discussão sobre menores infratores não está restrita à marginalização e suas formas de gerar a delinquência, mas vislumbra também a determinação de valores, estilos e formas pelas quais os jovens infratores vivem seu cotidiano.

Dessa forma, a reflexão contida neste estudo procura fornecer elementos que contribuam para a desnaturalização da “questão do menor”, da “problemática dos jovens marginalizados”, entre outras denominações – categorias que enquadram e homogeneizam as diversidades, as multiplicidades e as singularidades que estão presentes no universo dos jovens internos do Lar do Garoto, entre outros jovens das camadas mais pobres da sociedade.

CAPÍTULO I

PENSANDO AS JUVENTUDES

O tema *juventude* tem sido discutido amplamente na sociedade. Ele é alvo de reflexão no âmbito do atendimento assistencial, das políticas públicas, das entidades que tratam de tal questão, das agências internacionais, como também das ONGs. Assim, em todos estes âmbitos são criados diversos programas sociais dirigidos à população juvenil, classificando-a e categorizando-a, a fim de darem conta de suas demandas, tendo em vista a heterogeneidade do significado do “ser jovem”; afinal, a polêmica em torno de quem se fala quando se usa o termo “jovem” é essencial para a afirmação de uma política de juventude.

Esse tema também é alvo de discussões no âmbito acadêmico. Inclusive, o interesse da academia pela *juventude* não é recente. Segundo Chaves Júnior (1999), alguns teóricos, como Fernando de Azevedo, Roger Bastide, Gilberto Freyre, entre outros, nas décadas de quarenta e cinquenta, trabalharam com este tema, que foi tratado paralelamente à chamada Sociologia das Gerações. O autor supracitado ressalta que a Sociologia das Gerações deve ser entendida, preliminarmente, como o ramo das Ciências Sociais caracterizado pela constatação de que as ações humanas de cada grupo etário somadas representam a própria totalidade social.

Pautada por critérios etários, a juventude pode ser vista contemporaneamente como uma condição universal, uma fase de desenvolvimento humano que se encontraria em todas as sociedades e momentos históricos. Constituiria um período entre a dependência infantil e a plena inserção no mundo social dos adultos, compreendida por crises e conflitos que caracterizariam este grupo de idade. Por outro lado, não deve ser tomada pelo caráter universalista ou objetivista-naturalista² de algumas ciências, mas como uma fase da vida pela qual os indivíduos passam e que constitui “culturas juvenis” próprias e diferenciadas para cada contexto sócio-cultural, num determinado tempo.

Dessa forma, sendo a categoria juventude uma condição social temporal que aponta para uma série de questões, então, a discussão está em torno de uma pluralidade

² Refiro-me aqui à segmentarização do curso da vida em sucessivas fases – infância, juventude, adultez e velhice – apoiadas em características físicas e biológicas que seriam próprias dessas fases e determinariam, objetivamente, onde começa e onde termina cada uma delas.

de conceitos, imagens e contextos que norteiam o discurso contemporâneo sobre a juventude. A noção de juventude impõe-se como uma categoria histórica e social, pois tem sua variação no tempo e no contexto em que se apresenta.

Ariès (1978), ressalta o caráter histórico da juventude enquanto uma categoria social. O autor procura reconstituir a formação do sentimento moderno de infância, mostrando que o destaque dado à juventude como uma fase socialmente reconhecida foi se processando no desenvolvimento da sociedade moderna ocidental, mediante a criação de instituições e espaços próprios para ela e como preparação para a vida adulta.

Segundo Ariès (1978), na Idade Média não existia sentimento de infância como particularidade do infantil, de modo que se distinguisse a criança do adulto. Entretanto, não havia negligências, abandono ou desprezo daqueles que viviam a fase da infância. Comenta:

Não existem representações coletivas onde as crianças pequenas e grandes não tenham seu lugar, amontoadas num cacho pendente do pescoço das mulheres, urinando num canto, desempenhando seu papel numa festa tradicional, trabalhando como aprendizes num ateliê, ou servindo como pajens de um cavaleiro (Ariès 1978: 157).

Ariès (1978) mostra, então, que não existe sentimento de infância na Idade Média, tal como se concebe na atualidade. A infância era um período de transição logo ultrapassado, e cuja lembrança também logo era perdida.

Porém, já no século XIII, temos o prenúncio do que venha a ser a criança no sentido moderno. Esta passa a conviver com os adultos, sendo educada e servindo de ajudante em pequenos serviços. Vale ressaltar que o trabalho assumia um caráter lúdico e sociabilizante, já que a criança não tinha o dever de exercê-lo.

No século XVII ocorrem duas mudanças fundamentais: a retração da família como um aglomerado coletivo, juntamente com transformações nas profissões, e o surgimento da instituição escolar. De um lado, há o surgimento da família na esfera privada e, portanto, mudanças no âmbito moral. A família reorganiza-se em torno da criança, que passa a ser o motivo inspirador de afetividades e cuidados. De outro lado, a escola passa a substituir a aprendizagem informal como meio de educação. Desse modo, a criança é separada do meio social e dos adultos. A aprendizagem na escola promove, então, a distinção em “*especialização de classes*”, como também as diferenciações de faixas de idade, de gênero e sociais.

A partir do século XX, o sentimento de adolescência aparece como um sentimento distinguível. A condição juvenil criada pela escolarização é pensada como um segmento, o qual a família manteria longe da vida produtiva e social para prepará-lo para a vida futura. Daí em diante, crescem e ampliam-se as noções juvenis de ser, que vão se diferenciando e transformando os significados e formas, referenciais e limites etários.

A partir de um processo social moderno, abrangente e diversificado, o termo *juventude* ganha sentidos múltiplos e diversos, mesmo que se esteja falando de um grupo de indivíduos que estão na mesma fase da vida. Isto faz com que Rezende (apud Groppo 2000: 15) prefira afirmar que “cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes”.

Pais (1993) sustenta a tese de que as diferentes juventudes e as diferentes maneiras de olhar a juventude corresponderão, pois, necessariamente, a diferentes teorias. Para o autor, estas estão agrupadas em duas principais correntes: a “corrente geracional” e a “corrente classista”. Para essa primeira, a juventude está associada ao sentido de fase da vida, constituindo uma unidade juvenil: “A questão central dessa corrente diz respeito à continuidade e descontinuidade dos valores intergeracionais. (...) As descontinuidades intergeracionais estariam na base da formação da juventude como uma geração social³”. (p.38). Portanto, a valorização e problematização da juventude justificam-se em função das questões apontadas acima.

Assim, para a corrente geracional, a “cultura juvenil” seria oposta à cultura de outras gerações, sobretudo, à dos adultos. Em seu processo, a socialização dos jovens poderia se dar de maneira contínua ou por rupturas, conflitos e crises intergeracionais.

Dois conceitos que surgiram nos estudos da Escola de Chicago e de Birmingham, quanto à compreensão da questão juvenil como problema social, são destacados por esta corrente. São eles: *subculturas e contraculturas juvenis*. O primeiro tem relação com o tema da heterogeneidade, própria da juventude, e que, por sua vez, é entendido através de filiações da cultura juvenil hegemônica. Já o segundo, está relacionado aos conflitos e ao tipo de relacionamento problemático que a juventude manteria com os adultos, na medida em que negaria ou colocaria em causa a “cultura

³ O autor se refere a essa questão utilizando a noção de gerações de A. Sedas Nunes, quando este coloca o fato de « cada geração social só ficar determinada mediante uma auto-referência a outras gerações (das quais se vê distinta) » (Pais : 1993, 38).

adulta”, ameaçando-a. Tal momento de sublevação juvenil acontece nos anos chamados de *rebeldes* entre as décadas de 60 e 70:

(...) as manifestações de relativo confronto intergeracional corresponderiam a mais um processo de ritualização de afirmação de independência face ao mundo adulto do que propriamente à contestação compulsiva das instituições de socialização dominadas pelos adultos. Apesar, pois, da onda de movimentos juvenis contestatários dos anos 60, estava por comprovar se a juventude, no seu todo, se havia constituído numa força rebelde francamente à margem das instâncias tradicionais de socialização. (Pais 1993: 42)

Já a corrente classista trabalha com a questão da reprodução social em moldes diferentes, pois teoriza que nas relações sociais entre as gerações a reprodução social se dá fundamentalmente nos termos da reprodução das classes sociais. “De acordo com esta corrente, a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por desigualdades sociais: quer a nível da divisão sexual do trabalho quer, principalmente, a nível da condição social” (Pais 1993: 44).

Assim, as culturas juvenis são sempre culturas de classe, logo são entendidas como “culturas de resistência”, ou seja, dentro de um determinado contexto, os jovens estão sempre determinados pelas relações de classe e de resistência que desenvolvem em relação aos adultos, gerando e criando espaços culturais juvenis.

Há limitações para cada uma dessas correntes, afirma Pais (1993). No caso da primeira – a geracional – há a tendência de olhar para a juventude como uma entidade homogênea. Desse modo, os comportamentos desviantes dos jovens são colocados nestes moldes, tomando a juventude por “marginal”. Aqui, então, se toma a parte pelo todo. Isto se dá porque este grupo é preferencialmente visto como uma categoria etária. A segunda corrente – a classista – tem dificuldade em explicar a coexistência de jovens de diferentes condições sociais que têm valores relativamente semelhantes. Portanto, para o autor, a correta abordagem dos “*paradoxos da juventude*”⁴ é aquela que privilegia o cotidiano dos jovens, de modo que: “(...) dos contextos vivenciais ou quotidianos dos indivíduos fazem também parte crenças e representações sociais que os jovens encontram sem que diretamente tenham tomado parte na sua elaboração” (Pais 1993: 56).

⁴ Vale salientar que o autor, ao tratar dos « paradoxos da juventude », o faz tendo em vista a sua dimensão da diversidade.

Os Jovens e os Atos Desviantes

Velho (1989), relativizando a noção de comportamento desviante, vê o desvio como uma categoria social, portanto elaborada por um grupo/indivíduo que atribui a outrem um estigma. O estigma, por sua vez, é entendido como uma classificação social pela qual o grupo – ou o indivíduo – identifica um outro, seguida por atributos seletivamente reconhecidos, como a que é atribuída, por exemplo, aos indivíduos desviantes quanto ao seu modo de atuação, onde podem ser citados os “agitadores” e os “criminosos irrecuperáveis”.

Neste sentido, como aponta Velho (1989), as teorias de Merton seguem toda a tradição durkheimiana, na qual o conceito de *anomie* alude a uma estrutura social e cultural que gera uma pressão sobre o comportamento socialmente desviante. O desviante ou o desvio para Merton, segundo Velho (1989), é fruto de uma patologia social, ou seja, de uma desestruturação social do momento. Tal colocação aborda uma estrutura que já está em "funcionamento normal" e a organização ou a desorganização vindouras. Logo, uma mudança social pode acarretar desequilíbrio, mas, depois, a normalidade se reestabelece.

Outras teorias vêem o comportamento desviante como um esquema individualizante, por excelência. Tal comportamento foge às regras definidoras dos modos sociais gerais por ausência de normas, que levariam a soluções individuais. Portanto, a idéia de desvio pressupõe a existência do "médio" ou do "ideal". Vale salientar que, nos estudos da Antropologia, Mead (1970, 1976 e 1978) e Benedict (1972) chamam à atenção para a idéia de que cada cultura gera personalidades características, logo o que é desviante na sociedade A poderá não o ser na sociedade B.

Isto se explica através da argumentação de Linton (1979). Para o referido autor, a personalidade pode ser considerada tanto um produto de predisposições inatas, quanto de experiências de vida adquiridas durante o crescimento. Fatores fisiológicos e sociais modelam a história pessoal e coletiva de cada indivíduo, de modo que enquanto cada indivíduo é único em sua combinação desses fatores, existem certas características adquiridas que tem em comum com outros indivíduos de sua família, subgrupo ou comunidade. Assim, com a escala e complexidade crescentes dos grupos sociais, a diversidade tende a prevalecer sobre a uniformidade. Traços de personalidade como

introversão e extroversão, atitudes agressivas ou submissas, pensamento conservador ou reformador, podem ser facilmente identificados pelos membros de uma mesma cultura, mas não podem ser identificados com a mesma facilidade por indivíduos pertencentes a outras culturas.

Portanto, as teorias apontadas acima para o estudo sobre o comportamento desviante trazem uma imagem de um indivíduo "inadaptado" aos modelos, que, conseqüentemente, desemboca no desviante. É nesse ínterim e a partir das disfunções criadas por indivíduos inapropriados que surgem as mazelas da sociedade, como meninos de rua, traficantes, mendigos, prostitutas, homossexuais, menores infratores, entre outros.

Desse modo, a visibilidade da juventude enquanto questão a ser estudada deriva do surgimento de comportamentos "anormais" por parte de grupos de jovens "delinquentes" ou "contestadores". Neste sentido, os trabalhos da Escola de Chicago ocupam um lugar de destaque. Estes trabalhos abraçam as temáticas da marginalidade, da delinqüência, da prostituição etc, como campo de estudo científico, a fim de compreender e visualizar caminhos para uma nova organização social urbana do início do século, na cidade de Chicago, nos EUA. Além disso, eles, em geral, suscitam formas diferentes e contrastantes de padrões de estilos juvenis da época.

Como mostra Groppo (2000), o trabalho de Foot-Whyte Street Corner Society (1943), entre outros⁵, se dedica ao estudo dos grupos juvenis, estando estes entre a família (valores particulares) e a institucionalização (valores universais e normativos). Eles seriam, então, grupos juvenis intermediários, os quais realizariam trocas entre si numa subcultura.

Trabalhos como os de Foot-Whyte, citado acima, demarcam o que Groppo (2000) chama de a *Era da Adolescência*. Esta *Era*, situada historicamente no século XX, mostra-se fragmentária, além do que apresenta diversas "caras" de juventudes. (Ariès (1978), Groppo (2000), Abramo (1994)).

Neste ínterim, dois foram os fatores que se tornaram condição *sine qua non* para o surgimento da *juventude moderna*: (i) instituições sociais voltadas para a assistência, atendimento e ressocialização dos *jovens*; e (ii) um conjunto de imagens, valores

⁵ Referente aos trabalhos dessa tradição sociológica, destaca-se o de Frederick Thrasher : « A gang: um estudo de 1313 gangs em Chicago (1926) » ; o de Ralph Linton : « Regras e valores de uma época: cultura colegial (1942) » ; o de Talcott Parsons : « Youth in the context of American Society (1963) » ; e o de James Vigil : « As Galeras Juvenis nos Bairros mexicanos do sul da Califórnia (1990) ».

culturais e sentimentos atribuídos à *juventude*. Vale ressaltar que uma grande preocupação foi, e continua sendo, os jovens que escapam às normas sociais e à ordem vigente.

Alguns teóricos interpretam a ação de grupos juvenis considerados delinquentes, desviantes ou informais como expressão da revolta contra o “sistema”. A atuação de tais grupos traduziria a rebeldia própria da juventude, sendo causada por diferentes fatores.

Para Mannheim (1968), por exemplo, é um fato dado o ressurgimento de novas gerações em função do aparecimento de novos grupos de idade. Porém, o autor argumenta que isto depende: (a) da sociedade estar a fazer uso ou não da juventude enquanto tema de reflexão e (b) da “estrutura sociológica” – condições sociais e materiais - da sociedade. Assim, Mannheim (1968) entende a juventude como um “agente revitalizante”. Ela – a juventude – não seria progressista nem revoltada por índole, mas uma potencialidade a ser usada. Daí então, o autor sugere que é própria da juventude a “(...) a capacidade de reagir diferentemente segundo o desafio ou a missão a enfrentar no momento” (p. 42).

Já para Cohen (1968), no estudo da delinqüência juvenil, é essencial estudar o caráter do “universo de status”, para medir as relações entre os membros dos grupos juvenis, pois “cada indivíduo se nivela apenas com aqueles de igual posição social” (p.134). Para este autor, o status ou a posição que uma pessoa assume diante dos olhos de outra é a marca das relações sociais. Sendo assim, as crianças são mais ou menos sensíveis às atitudes das pessoas, de modo que basta uma aproximação bem sucedida, para elas estarem confiantes.

Portanto, Cohen (1968) mostra que no embate das oposições entre membros da classe operária e membros da classe média, os “moleques” de origem operária, mesmo que transitem no espaço da outra classe, se sentem constrangidos e em desvantagem em relação a um membro de status superior. Logo, o status se apresenta como um problema de ajustamento entre a impossibilidade de satisfação de desejos e a realidade, resultando em considerados graus de ansiedade e revolta, os quais geram subculturas da delinqüência.

Dessa forma, o ato de delinqüir aparece na teoria de Cohen (1968) como uma oposição aos valores da classe média, sendo que “*a cultura do moleque não é especificamente delinqüente*” (p.139). Assim, a solução para esse problema é a integração desses jovens mediante uma mudança de valores. Esta mudança, de acordo

com o autor mencionado, deve ser dar tendo em vista os *grupos de referência*, ou seja, os seus pares.

Cumprе salientar que há outras perspectivas que sustentam que a delinqüência não ocorre apenas por parte de indivíduos das camadas mais pobres da sociedade, como é o caso de Waiselfisz (2002). Segundo este autor, a violência e, conseqüentemente, a delinqüência ocorre e atinge todos os setores da sociedade e envolve indivíduos de todas as classes sociais.

No entanto, tanto para Cohen (1968) como para Waiselfisz (2002), a delinqüência que ocorre entre os indivíduos das camadas mais pobres da sociedade, muitas vezes, deriva da condição de marginalização à qual estes estão submetidos. Na visão de Waiselfisz (2002), a delinqüência que ocorre entre indivíduos das demais camadas sociais é explicada por fatores de outra ordem, como por exemplo, a banalização da violência na atualidade.

Ainda é possível destacar outra forma de análise que tenta compreender e explicar a *rebeldia* da juventude. Esta é apresentada por Eisenstadt (1976). Para ele, a grande dificuldade enfrentada pela juventude é a passagem da infância à fase adulta e sua função integradora, mediada por critérios universalistas (a escola), de desempenho e de especialização.

Dessa forma, Eisenstadt (1976) afirma que a problemática da discrepância entre o mundo da juventude e o mundo do adulto resolve-se através da “maturação social”, na qual os próprios grupos juvenis têm papel relevante ao criarem modos de ser e de identificação com outros grupos. Assim, de acordo com a perspectiva do referido autor, a *rebeldia* juvenil pode ser compreendida através desta discrepância entre os mundos da juventude e dos adultos e pode ser superada mediante o processo de maturação social.

Uma das concepções básicas que perdura em grande parte da percepção social sobre a condição juvenil é a de "crise potencial". Para Stuart Hall (apud Abramo 1994), a juventude é uma fase vista, tanto pelo senso comum como pela academia, como difícil e conturbada, provocada pelas profundas transformações envolvidas no processo de transição da vida. Tais transformações, segundo esta visão, muitas vezes dizem respeito a rupturas profundas e abruptas, que produzem uma relação conflituosa dos jovens entre si e destes com os adultos.

Outro aspecto interessante para se pensar a juventude aos moldes das sociedades modernas é o do processo de segmentação e alongamento da fase da juventude

atualmente. Voltando a Eisenstadt (1976), vê-se que este propõe que nas sociedades de tipo particularista, como é o caso das sociedades modernas, a juventude sofre um alto grau de segmentação de espaços e de relações identitárias. Para o referido autor, a vivência de espaços e de relações identitárias entre os jovens é necessária à transição de uma faixa etária para outra. Isto possibilita um prolongamento da fase da juventude e, conseqüentemente, o adiamento da maturidade social, que se desconecta da maturidade sexual e fisiológica.

Logo, sendo a juventude entendida desde a sua afirmação no mundo moderno como uma fase de transitoriedade e imaturidade do indivíduo, faz-se necessária a criação de agências institucionais, gerenciadas por adultos, para tutelar e regulamentar o grupo juvenil de conduta desviante.

PENSANDO A JUVENTUDE ENTRE OS JOVENS INTERNOS DO LAR DO GAROTO

Segundo Velho (1981), o grande paradoxo da sociedade moderna é gerar a diferenciação e somente conviver com ela por meio de mecanismos discriminatórios. A coerção normalizadora, a fabricação ininterrupta de desviantes, entre outras práticas, são resultado dessa realidade. A questão da “delinqüência juvenil” se enquadra nessa dificuldade de assimilação e integração do diferente. Daí, a necessidade de neutralizar a diferença; encobrindo-a por meio de uma falsa integração, na qual essa diferença não é respeitada.

Desta forma, faz-se necessária uma reflexão sobre a juventude dos internos do Lar do Garoto, a partir da qual é possível levantar-se a questão: É possível falar sobre juventude entre os internos?

Vê-se, atualmente, um debate no Brasil e no mundo sobre a juventude. As pessoas se perguntam: Quem são esses jovens de hoje? O que eles esperam da vida? Qual o futuro que planejam para si?, entre outras indagações. Nesse cenário, inscrevem-se questões como a do "menor infrator" (Queiroz, 1987; Schneider, 1987; Violante, 1989 e Volpi, 2001), entre outras, que talvez seja uma das mais paradigmáticas entre as questões sociais das últimas décadas, entre tantas outras relações possíveis nesta fase da vida.

Jornais, revistas, televisão, livros, teses e discursos versam sobre as práticas de violência social, familiar, institucional e policial contra os jovens, mais especificamente os "menores" (tratados mais especificamente no próximo capítulo), que seriam as crianças e jovens de classe de baixo poder aquisitivo. Portanto, a nossa vida social e cultural separa os jovens de acordo com o estrato social ao qual fazem parte, classificando-os diferentemente quando estes cometem atos que vão de encontro às normas sociais. Assim, os jovens pobres são considerados marginais e desviantes e os jovens abastados são tidos como inseqüentes e problemáticos.

Assim, quando se coloca a delinqüência como um recorte para se pensar a juventude, percebe-se que as formas e os estilos de vida, que fornecem os parâmetros para a construção "desta" juventude, também se conformam de maneira diferenciada, fortemente ligados à condição de diferença em que a delinqüência se inscreve. Logo, mais do que os atributos físicos e/ou biológicos, são os aspectos sócio-econômicos e culturais que circunscrevem o que é juventude e o que é ser jovem.

O "ser jovem" e a "delinqüência", nessas circunstâncias, são categorias que, aqui, são tematizadas, assumindo, ambas, algumas características. A primeira versa sobre a rebeldia, sobre o inconformismo, sobre a busca de diversão, prazeres e novas emoções, assim como sobre o despertar de uma sexualidade, sobre a "curtição" de algumas drogas, sobre a definição de uma vocação ou de uma profissão, sobre a capacidade de inovar, de romper. Tais características conformam, então, o imaginário social da juventude (Minayo et al. 1999). A segunda traduz a desarmonia familiar, o ingresso tardio na escola e o baixo nível de instrução, o estabelecimento de determinados laços de amizade, o trabalho mal remunerado, a exploração e a marginalidade que coloca em relevo as falhas e a perversidade do nosso sistema social (Velho 1989).

Desse modo, na vida cotidiana e na relação com as instituições, os jovens internos do Lar do Garoto vivem a condição instável de estar entre a desarmonia e a proteção familiar; entre a educação e o projeto de integração e a vigilância da escola; entre a possibilidade de melhora e a repressão das instituições de reabilitação; entre a dificuldade e direito à profissionalização e a necessidade de trabalho; entre a possibilidade de diversões - onde podem exercer seus modos de ser - e a impossibilidade de um lazer valorizado socialmente e adequado a sua condição, entre outros dilemas.

Como é possível depreender do que foi colocado anteriormente, desde sempre, a sociedade moderna pensa a juventude, sua própria criação, como um "problema" e, nesse sentido, o comportamento do jovem é, por excelência, encarado como "desvio", pois no cotidiano, o ser jovem é inquietante, aos olhos dos adultos. Sua imagem corresponde a de estranhos indivíduos: nem crianças, nem homens ou mulheres, cujo passado recente causa estranhamento.

Ultrapassando uma visão generalizante, empobrecedora ou fatalista dos jovens, Rezende (apud Groppo 2000) diz não haver uma única entidade Juventude, mas sim *juventudes*, como aqui já foi colocado, tanto nas vivências cotidianas dos diversos jovens, como nas muitas relações destes com os adultos. Uma visão unívoca de juventude perde de vista o que é tão flagrante: a grande heterogeneidade social e cultural do cotidiano de toda sociedade moderna. E mais, perde o esqueleto hierárquico que serve de molde para a sociedade brasileira (Da Matta 1979).

Neste sentido, pensar os jovens, e mais especificamente os jovens internos do Lar do Garoto, como sujeitos sociais implica pensá-los dentro de determinado contexto social, negociando com as instituições e com eles próprios o sentido do *ser jovem* (Volpi 2001), principalmente quando estes pertencem a classes sociais ou grupos culturais e étnicos subalternos e estigmatizados pela sociedade. Sujeitos que, de acordo com aquela concepção geral de juventude, são olhados e tratados, geralmente, apenas no que lhe é apontado como carente, insuficiente e no que lhe periga a marginalidade, como acontece com os jovens referidos acima.

É preciso, então, que se reconheça a existência de *juventudes* na realidade cotidiana, não de uma única juventude. Além disso, faz-se necessário perceber que os jovens constituem-se como sujeitos sociais, são dotados de comportamentos e atividades culturais próprios. Assim, não se está falando do processo de socialização, tomado como um processo de padronização de atitudes e pensamentos segundo moldes adultos (Berger e Berger 1977), uma vez que as relações sociais e as atividades entre os diferentes jovens não se constituem como mera assimilação do mundo adulto.

Tal afirmação poderia ser considerada óbvia, tendo em vista as notáveis diferenças dos comportamentos dos jovens diante do estranhamento dos adultos em relação a estes. Em suas atividades culturais, de lazer e de sociabilidade, as *juventudes* criam suas próprias identidades e "modos de ser" jovem, que se diversificam segundo os modos de ser de jovens de determinadas classes sociais, grupos, etnias, por exemplo, ou

como no caso dos jovens internos do Lar do Garoto. Mas, ao mesmo tempo, há um processo contrário que é o da tentativa de diluição dessas identidades em nome (ou substituição) de identidades e papéis adultos.

Nesse processo, aparecem os desvios (Velho: 1989) e os conflitos entre as gerações (Foracchi: 1972) que caracterizam formas e modos de resistência dos diferentes grupos e jovens, por meio dos quais sua socialização se potencializa.

A discussão antropológica da juventude e da delinquência permite, portanto, mapear as diferentes juventudes, que só podem ser percebidas no plano sócio-cultural. Assim, os jovens internos do Lar do Garoto, além de ter um comportamento desviante, porque jovens, possuem um comportamento também desviante, por terem delinqüido e estarem privados de sua liberdade.

O universo desta pesquisa diz respeito aos jovens entre 12 a 18 anos de idade que se encontram em internamento no Lar do Garoto, por haver cometido delitos graves e/ou crime hediondo. São jovens, do sexo masculino, que vivem por um certo período de tempo, determinado pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude competente, a cumprir a pena socioeducativa que lhes foi imputada, na instituição de internamento acima referida.

Desse modo, o Lar do Garoto pode ser entendido pelo que Goffman (1961) chama de *instituição total*, ou seja, um lugar onde se encontram indivíduos que, afastados da sociedade por um período de tempo determinado, vivem um enclausuramento e têm suas vidas administradas por outrem.

Portanto, aqueles que estão no Lar do Garoto em internamento são chamados de "menores infratores", "delinqüentes juvenis" etc., pela sociedade. Tais "rótulos" decorrem do "comportamento desviante" assumido pelos jovens que destoam do comportamento tido como "normal" pela sociedade, ou seja, aquele que segue as *normas* e que não acarreta distúrbios à ordem vigente.

Vale ressaltar que o presente estudo busca o entendimento das formas de vivências juvenis num ambiente prisional, de modo que tal entendimento não deve orientar-se apenas pela marginalização e suas formas de gerar a delinquência ou pela estratificação social que lhe é própria, ainda que sejam consideradas as suas relevâncias. Além de levar em consideração estes fatores, este estudo preocupa-se, ainda, com os significados que os internos imprimem a sua juventude, tendo em vista a privação de sua liberdade.

Como aqui foi destacado, Pais (1993) argumenta que, por vezes, a apreensão das culturas juvenis se dá ou por critérios geracionais ou por critérios de classe. O autor mostra que muitas vezes os critérios de classe, sendo tomados como determinantes, promovem a manutenção da separação entre as diferentes juventudes; e outras vezes, os critérios geracionais, do mesmo modo considerados, promovem a homogeneização destas.

Assim, neste estudo, segue-se a perspectiva de Pais (1993) segundo a qual não se considera os critérios mencionados acima como mutuamente exclusivos. Pelo contrário, trabalha-se com tais critérios colocando-os em pé de igualdade, de modo a perceber como eles são acionados em diferentes situações e análises.

A juventude é aqui, então, compreendida por “ser constituída por indivíduos pertencentes a uma fase de vida, principalmente definida em termos etários, como também pode ser tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em situações sociais diferentes entre si”. (Pais 1993: 34).

Além disso, também leva-se em consideração a perspectiva de Groppo (2000), que sugere que a juventude, ao ser definida como uma categoria social, torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social. Ou seja, para este autor, a juventude é “uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos”(p. 8).

Na verdade, outras faixas etárias construídas modernamente poderiam ser definidas assim, como é o caso da infância, da Terceira Idade e da própria idade adulta. Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos, que têm importante influência nas sociedades modernas.

Portanto, estas perspectivas teóricas, aqui apontadas, delineiam importantes questões a serem pensadas no estudo sobre a juventude. Aqui, aponta-se para uma compreensão do que seja a juventude, e mais especificamente do que seja a juventude entre os internos do Lar do Garoto, a partir da associação entre estas duas concepções acima citadas. Pois, entende-se que a juventude é, sim, um conjunto de indivíduos pertencentes a uma fase de vida, bem como um conjunto social que, na medida do

possível, é criado, representado e simbolizado por esses próprios indivíduos. Ao mesmo tempo, modernamente falando, é uma situação vivida por grupos e indivíduos.

CAPÍTULO II

PERCURSO METODOLÓGICO

As Referências da Lei

A realização desta pesquisa tem como referência os aspectos jurídicos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que se configura, dentro de uma ordem jurídica estabelecida a partir de 1990, como aspecto legal e que assegura a cidadania e direitos à população infanto-juvenil do país. Especificamente, abordo a regulamentação entre os artigos 98 a 125, que tratam das *medidas de proteção e socioeducativas*, estas últimas quando verificada a prática de ato infracional por parte de menores de 18 anos de idade.

De acordo com o ECA, *adolescente* é toda pessoa com idade entre 12 anos completos e 18 anos incompletos. A esse ser humano, que está nessa fase da vida, assegura-se proteção especial quando colocado em risco ou quando tem violado os seus direitos⁶. As medidas de proteção vão desde o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ao recolhimento em abrigos como medida provisória e excepcional, não implicando privação da liberdade. Já as medidas socioeducativas são aplicadas àqueles que cometeram *atos infracionais*. Entende-se por ato infracional uma conduta descrita como crime ou contravenção penal (Artigo 103 do ECA).

Como penalmente inimputáveis, nos casos com menos de dezoito anos de idade até a data do fato, os jovens autores de atos infracionais, pela legislação brasileira, são submetidos a medidas socioeducativas. A medida socioeducativa é, ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização, contendo, portanto, uma dimensão coercitiva na medida que o jovem é obrigado a cumpri-la, e educativa, uma vez que seu objetivo não se reduz a punir o jovem, mas prepará-lo para o convívio social. De acordo com a legislação são previstas seis diferentes medidas: advertência, obrigação de

⁶ A necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi anunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembléia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular nos arts.23 e 24), e nas Agências Especializadas que se interessam pelo bem-estar da criança.

reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

Os jovens que cumprem medidas socioeducativas têm a garantia de direitos individuais e processuais. Direitos como o resguardo da imagem, a possibilidade de liberação imediata se não comprovado o ato infracional, a defesa técnica por advogado gratuita e integral e a garantia da presença dos pais ou responsáveis em todo os momentos são assegurados pelo ECA. No caso da internação, esta não pode, em qualquer hipótese, exceder o prazo máximo de três anos, sendo o jovem colocado em regime de semiliberdade⁷, liberdade assistida ou desinternado compulsoriamente.

Esta pesquisa foi realizada com jovens infratores do sexo masculino entre 15 e 19 anos de idade que cometeram atos infracionais e cumprem medidas socioeducativas em regime de internamento, como previsto por lei, em uma das unidades de privação de liberdade para jovens infratores no Estado da Paraíba, chamada Lar do Garoto Pe. Otávio Santos.

As unidades de privação de liberdade são instituições de atendimento em regime de internação, isto é, são instituições onde os adolescentes que cometeram atos infracionais ficam internados em tempo integral; mesmo que possam realizar atividades externas, não podem sair sem a permissão da autoridade competente. O Lar do Garoto, neste caso, é uma unidade com um espaço físico definido composto por uma equipe específica: direção, corpo técnico, educadores e auxiliares administrativos. (como veremos detalhadamente mais adiante).

O Antropólogo em Campo

A questão da realização de uma pesquisa no campo das ciências sociais alude a todo um debate sobre a prática da investigação social e, conseqüentemente, da construção da teoria social. A tradição sociológica⁸ define marcos investigativos que embasam os estudos clássicos dessa área. A partir desta, tem-se as regras de

⁷ O ECA, no seu art. 120, trata da medida de semiliberdade como um regime que “pode ser determinado desde o início(da pena), ou como transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial”. Neste caso o jovem está entre a liberdade e a internação, pois realiza atividades externas e retorna para a unidade durante a noite.

⁸ Trata-se, aqui, do trabalho de Émile Durkheim, « As Regras do Método Sociológico » (1895), considerado um referencial para o conhecimento sociológico, o qual sugere eliminar tudo o que de filosófico ou de metafísico possa estar contido na construção do pensamento científico e social.

procedimento para atender às exigências da objetividade do sujeito no momento que está investigando seu objeto.

Este trabalho trilha o caminho dos estudos antropológicos, os quais apresentam certas estratégias de produção de conhecimento, em que a atuação é balizada por categorias e conceitos básicos constitutivos da disciplina. Dessa forma, o Trabalho de Campo é tomado como um momento de percepção apropriado para se criar um discurso sobre o tema investigado. Ou ainda, como coloca Oliveira (2000), um exercício que pressupõe uma observação participante como modalidade de observação que realiza “um inegável ato cognitivo, desde que a compreensão, que lhe é subjacente, capta aquilo que o hermenauta chamaria de “excedente de sentido”, isto é, significações, e, por conseguinte, “que os dados escapem a quaisquer metodologias de pretensão nomológica” (p.24). Neste sentido, os atos de olhar e ouvir, ressaltados no escrever, são funções de um gênero de observação muito peculiar à Antropologia, por meio do qual o pesquisador busca interpretar ou compreender a sociedade do “outro” estando “de dentro”.

Buscando este contexto de proximidade com os interlocutores da pesquisa, foi realizada, entre os meses de março e julho de 2003, a observação participante no interior de uma unidade de internação para jovens infratores: o Lar do Garoto.

Após um contato⁹ com uma funcionária, fiz minha primeira visita. Às 10:00 horas da manhã estava eu, em frente ao primeiro portão de acesso, solicitando que os funcionários avisassem a minha presença. Percebi quando os funcionários me olhavam, bem como quando olhavam para a bolsa que eu tinha nas costas, de modo desconfiado. Entrei e fui até a sala da direção. Depois de explicar o objetivo de “estar ali” à diretora e ao advogado da instituição, fui até o pátio e fiquei apenas a observar o espaço, que saltava aos meus olhos como “exótico”, mas também instigante.

Neste momento, me foi esclarecida a necessidade do pedido de permissão para realização do trabalho de campo, através de ofício, ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Campina Grande/PB, o qual, em seguida, deveria ser apresentado à direção, como foi feito.

⁹ Por ocasião do IV Conferência Municipal em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: Pacto pela Paz – Uma Construção Possível, promovido pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDDCA -, conheci a psicóloga do Lar do Garoto, que passou a ser a minha «cicerone» na instituição, durante a minha apresentação à diretoria e aos jovens da instituição.

O Juiz Titular estava de férias de suas funções no juizado e seu substituto não aceitou dar credenciais para esse tipo de trabalho. Dessa forma, vinte dias se passaram, sem que pudesse ser feito nenhum contato com os jovens do Lar do Garoto. Apenas conversas com funcionários eram permitidas, desde que se dessem fora de seu horário de trabalho ou nos intervalos, caso eu quisesse. Este fato é interessante, na medida em que demonstra duas questões da jurisdição: o cuidado e a garantia dos direitos desses jovens e a regulamentação e vigilância a que estão submetidos (abordo, especificamente, esta segunda questão no quinto capítulo).

Após a permissão do Juiz, o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa – funcionários da instituição e jovens infratores – foi feito por meio de uma visita à sala de aula escolar, quando a educadora apresentou minhas intenções de realizar um trabalho (explicado como “conversas”) com eles durante a minha presença na instituição. Os monitores estavam sentados em cadeiras em frente à porta da sala. A educadora escrevia no quadro negro as matérias da aula e os alunos tomavam nota em cadernos marcados com o nome de cada um, contando eles ainda com lápis grafite e borracha. No fundo da sala havia uma estante de pré-moldado com alguns livros de contos-infantis e tabuadas. Cartazes e mapas pregados nas paredes enfeitavam a sala que tinha janelas com grades de segurança. Enfim, a atividade de sala de aula era mediada pela existência de um quadro negro, giz, cadernos e pela tentativa de desenvolvimento de uma atividade pedagógica de ensino-aprendizagem, a qual ficava um tanto obscurecida pela atenção da educadora em verificar a presença dos monitores em frente à sala de aula.

Em atendimento ao artigo 123 do ECA, parágrafo único, durante o período de internação, inclusive provisória, são obrigatórias as atividades pedagógicas. Dessa forma, o Lar do Garoto oferece as seguintes atividades em caráter pedagógico: oficinas de tear, percussão, computação, pintura, capoeira e futebol, pela parte da tarde, e, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), pela manhã, funciona a educação escolar formal, dividida em: alfabetização; primeira fase do ensino fundamental e supletivo para a segunda fase do ensino fundamental. A observação direta dessas atividades foi uma condição importante para se conhecer o cotidiano do local.

A partir de então, passei a freqüentar a instituição nos turnos da manhã e tarde, geralmente de segunda a sexta-feira¹⁰, durante os horários de realização das atividades. Nos primeiros dias, observei algumas aulas e mantive uma conversa com a educadora, com as assistentes sociais e com os funcionários da direção. Transitava pelos corredores perguntando sobre tudo o que via pela frente. Após a segunda semana, percebi que o horário da manhã não era o melhor momento para se conversar com quase ninguém, pois as tarefas estabelecidas para esse turno não facilitavam a minha aproximação com os internos, nem os monitores, que trocavam de plantão e não demonstravam estarem a fim de conversas, sempre muito reticentes com minhas perguntas.

Já durante a tarde, as oficinas pareciam ser o “tempo mais maneiro” (como disse Magrão – 15 anos) para conversar e relaxar um pouco. Durante as oficinas, o clima da instituição parecia mudar. Apesar de se manipular facas na oficina de tear, baquetas na oficina de música e ferramentas na oficina de pintura, objetos que põem em risco o oficineiro e todos os outros funcionários, caso os jovens internos fizessem alguma rebelião, o fato é que o clima transcorria bem ameno. Os oficineiros desenvolviam uma maneira bem peculiar de manter a ordem. A relação entre os oficineiros e os internos chegava ao desrespeito por ambas as partes: os oficineiros expunham o jovem que não cumprisse a ordem dada. Ou seja, não obedecida a ordem de manter as ferramentas no lugar certo (à vista dele), o oficineiro começava a falar alto e expor alguma fragilidade ou defeito (físico ou moral) do jovem. Dessa maneira, todos riam e a vítima da chacota se envergonhava e mantinha-se disciplinado.

Diante dessa estrutura de atividades pedagógicas, optei por oferecer uma oficina que fosse do interesse dos internos. A intenção era poder construir um espaço, dentro da instituição, onde se poderia conversar mais livremente. Para a criação da oficina, aconteceram reuniões com grupos de oito a dez internos, os quais levantaram temas considerados por eles prioritários para serem abordados na oficina.

A atividade ficou sendo chamada de “*oficina de música*”, pois a grande maioria deles se queixava da manipulação que era feita do sistema de som existente, quando era ligado, pelos monitores. Providenciei aparelho de som e música de acordo com as preferências dos internos: o rock, rap, o funk e o hip-hop foram os ritmos preferidos. As

¹⁰ Cheguei a ir no Lar do Garoto por três vezes em dias de sábado. Uma vez, para a realização do grupo de discussão (como será mostrado adiante) e as outras duas vezes, para assistir à fitas de vídeos com os internos, conforme a solicitação deles próprios. Vale salientar que esta era uma maneira de me « aproximar » dos jovens, de modo que pudesse conversar e saber mais sobre a vida deles, tanto fora quanto dentro da instituição.

letras e os arranjos dessas músicas levavam os jovens a dançar no auditório, ensaiando passos de dança típicos desses estilos musicais. Em outros momentos, ficávamos sentados ouvindo e comentando sobre a idéia que a música queria passar.

Nessas oportunidades, ouvi diversas histórias de roubo, violência, sexo, parceria entre amigos, iniciação nas drogas, associação ao tráfico, divisão de furtos, brigas familiares, temas que se associavam às letras das músicas que ouvíamos¹¹.

A oficina ocorria sempre à tarde, que era o horário das demais oficinas, não sendo estabelecido o número exato de participantes, diferentemente do que ocorria nas oficinas “oficiais”, nas quais eram listados os nomes dos internos participantes, das quais os mesmos eram obrigados a participar¹². De acordo com a disposição de cada jovem, caso não estivessem escalados para nenhuma oficina, poderiam participar da discussão e “*ouvir um som maneiro*” na oficina de música, como eles mesmos diziam. Assim, aconteceram diversas conversas sobre a vida desses jovens, estando nós sentados no auditório para “*curtir um som*”.

É interessante destacar que, no início das conversas sobre a criação da oficina, eu ouvi dos internos que a participação na oficina era bom para o andamento do processo junto a direção e o corpo técnico de avaliação. Daí, em diante, passei a esclarecer-lhes que eu era apenas um estudante a fim de escrever sobre a vida deles ali dentro e que não influenciaria em nada participar daquela oficina para o processo de cada um ali.

É preciso ressaltar que esse início não foi fácil. Percebi, então, que assumira diversas posições dentro da Instituição. Para os funcionários da administração, eu era “*o pesquisador*”. No entender dos oficineiros, era um reforço para os “*recursos humanos*”, haja visto que a minhas conversas ocupavam o tempo de alguns jovens que se encontravam “*ociosos*”. Já entre os monitores fui visto como “*defensor de jovens infratores*” pelo simples fato de não emitir nenhum juízo de valor quando das conversas em meio aos corredores. Por fim, para os internos passei por “*olheiro da diretoria*”, “*oficineiro*”, “*canal de informação*”, “*meio de ajuda*” – seja financeira, psicológica ou

¹¹ Ao final do trabalho de campo, entreguei aos internos todos os Cds que havia comprado para serem usados nessa oficina, o que os deixou muito satisfeitos. Além disso, ainda dei-lhes vários materiais para que confeccionassem artesanato, mesmo que este não fosse o objetivo da oficina de música. Essas eram formas de estabelecer com os internos uma relação de reciprocidade.

¹² Conforme o Regulamento Disciplinar dos Internos do Lar do Garoto. FUNDAC – Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida. Governo do Estado da Paraíba, Secretaria do Trabalho e Ação Social. João Pessoa, abril de 1998.

avaliativa -, ou simplesmente, mas com menor frequência, alguém que andava pelos corredores sem nenhum propósito que julgassem “valer a pena” para estar ali.

Tais classificações foram desfeitas com o passar do tempo e o aprofundamento das minhas relações naquele espaço. Após uma semana de ausência, quando retornei, os jovens me tomaram com perguntas do porquê das faltas e me diziam que era muito boa e “*tranqüila*” a minha oficina. O termo “tranqüilo” me chamou a atenção, pois ter tranqüilidade, ali dentro, é estar satisfeito, tirar proveito dentro da instituição. É “*ficar maneiro*”, como disse Magrão – 15 anos.

Outro momento de inserção na vida desses jovens se deu quando da oportunidade de conversas no “tempo livre” que passávamos no corredor e no pátio da instituição. O “tempo livre” era definido no cotidiano do Lar do Garoto como sendo algo em oposição ao “tempo rotineiro” da vida institucional. Ou seja, quando algum oficineiro e/ou educadora faltavam ou havia atraso no início das atividades, o que era praticamente uma constante, esses jovens ficam pelos espaços do pátio e do auditório a andar de um lado para o outro, “tirando onda” com algum amigo, em pequenos grupos conversando, bem próximo ao portão que dá acesso à área de internamento, a fim de obter notícias de seu processo no Juizado ou de suas famílias.

Para outros, ainda havia a opção de jogar futebol, de modo que formavam-se grupos ao redor do campo. Neste momento, intensamente mergulhado nas atividades da instituição, eu me via jogando com os internos, escutando as histórias dos integrantes dos grupos ao redor do campo. Aproveitando esses instantes, conversávamos pelo pátio, o que deixava os monitores um pouco preocupados com a intensa movimentação, fazendo com que redobrassem a atenção e a vigilância.

Além da observação participante, foram realizadas quinze entrevistas, dentre um universo de quarenta e dois jovens internos e a partir de dois roteiros pré-estruturados: um sobre a vida externa (origem, constituição familiar, escolaridade, vivências sexuais, violência e perspectiva de futuro) e o outro sobre a vida interna (percepção sobre a instituição, amizades, relação com os funcionários, oficinas, lazer, estudo na instituição, percepção sobre a juventude).

Considerando que os internos diferenciaram-se entre si como “*os do interior*” e os “*os de Campina*”¹³, tem-se que o grupo de entrevistados, a partir da participação na oficina de música, obedeceu à seguinte lógica de classificação: nove “jovens do interior” e seis “jovens de Campina”. As entrevistas ocorreram sempre em local reservado, na sala de aula ou da assistente social, de acordo com o tempo disponível do jovem.

Todas as entrevistas foram feitas com um interno por vez. Assim, ficava a sós com eles e mantinha a porta da sala de aula ou da assistente social fechada. Os monitores mantinham a guarda do lado de fora e mostravam-se sempre curiosos em saber o que tanto precisa conversar com os internos a portas fechadas.

Percebi que os monitores sentiam a necessidade de conhecer o teor das entrevistas para assim, poder ter um maior controle sobre aquilo que acontecia entre os internos. Além disso, eles também me mantinham sempre sob suas vistas, afinal, não poderia trazer nenhum risco à ordem interna da instituição.

Por outro lado, isso não fez com que pensasse em deixar de fechar a porta do local onde foram feitas as entrevistas. Esta privacidade facilitava a gravação que fiz das entrevistas, e, sobretudo, deixava os internos mais “à vontade” para falarem tudo aquilo que desejassem falar.

Entende-se, então, que os roteiros de entrevista diferenciados puderam disponibilizar informações que lançaram luz sobre mudanças de percepção da vivência juvenil mediante o cerceamento da liberdade.

Ainda foi realizado um grupo de discussão, a partir do qual foram levantadas as opiniões dos “jovens do interior” e dos “jovens de Campina” sobre os espaços de “curtição” dos jovens, família, namoro, violência, vida no Lar do Garoto etc. A dinâmica do grupo de discussão se deu na medida em que foram reunidos 10 jovens no auditório, tendo como objetivo registrar as experiências, sentimentos, preferências em comum e as diferenças dentre os participantes do grupo. Esta atividade aconteceu durante o final de semana, já que havia mais tempo disponível para que eles participassem sem que fossem interrompidos por monitores ou pelas obrigações da rotina da instituição.

¹³ Os ‘jovens do interior’ são aqueles oriundos das cidades do Sertão e Alto Sertão do Estado da Paraíba, tais como : Cajazeiras, Sousa, Malta, Pombal, Patos, Arara e Itaporanga. Já os ‘jovens de Campina’ são os da cidade de Campina Grande ou das cidades a ela circunvizinhas como : Queimadas, Caturité, Ingá e Lagoa Seca. Vale ressaltar que os jovens do interior, durante o trabalho de campo, eram em maior número em relação aos de Campina : 24 do interior e 18 de Campina.

Por outro lado, tal atividade deixou os monitores bastante preocupados, ainda que tivesse sido realizada num local aberto, como o auditório da instituição. Isto faz com que se possa afirmar que a necessidade de manter os internos sob controle, manifestada pelos monitores, independia de estarmos ou não em locais fechados. Para os monitores, os internos eram sempre um “perigo em potencial”, uma “ameaça constante” e por isso, em qualquer circunstância, eles desconfiavam daquilo que eu fizesse juntos com os jovens.

Outro recurso utilizado foi o registro em diário de campo. Estes aconteceram em momentos, dias e horários diferentes. A anotação, feita depois das conversas à beira do campo, durante os intervalos das oficinas, dentre outros momentos, revelou aspectos relevantes para o processo do trabalho de campo.

Vale ressaltar que, a partir do momento em que o indivíduo é convidado a dar seu depoimento, ele pensa e repensa um pouco antes de falar e o que vai falar. A arrumação das idéias do discurso, então, aponta para uma série de questões já citadas por alguns autores: a intersubjetividade do discurso¹⁴; o indizível do discurso¹⁵; o próprio silêncio¹⁶; ou ainda uma memória subterrânea¹⁷.

No processo de produção do depoimento oral, então, há o que se chama de *intersubjetividade* (Augras 1997). Ou seja, na relação entre depoente e pesquisador, processa-se uma relação onde há troca de valores, ações, representações, expressões corporais e negociações. Assim sendo, é preciso levar em consideração até mesmo o jeito de sentar, a entonação da voz etc.

Assim, o diário de campo foi utilizado dentro destes propósitos, a fim de captar aquilo que não está colocado: não-dito e/ou o indizível. Vale destacar que ainda fiz uso de registros através de fotografias do ambiente físico da instituição e de filmagens durante algumas atividades.

De acordo com Becker (1997), o uso de “enfoques indiretos”, como dados oficiais, estatísticos, entre outros, é um caminho possível a ser utilizado na pesquisa social. A fim de correlacionar variáveis, tais como: origem, formação escolar, tipo de

¹⁴ Augras, M. (1997). História Oral e Subjetividade. In: Von Simson, O R. M. (org.). In : *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas : UNICAMP.

¹⁵ Queiróz, M. Isaura P. (1988). “Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível” In: Von Simson, O. R. M. (org.). In: *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice/ Editora dos Tribunais.

¹⁶ Pollak, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos (Memória)*. Vol. 2. Nº 3. Rio de Janeiro.

¹⁷ Op. Cit.

ato infracional, estrutura familiar e idade dos jovens do Lar do Garoto, fiz uso dos prontuários da instituição, os quais demonstraram o perfil desses jovens.

No período de realização da pesquisa, existiam quarenta e dois jovens cumprindo medidas socioeducativas. Estes haviam cometido as seguintes infrações¹⁸: Roubo (12); Tráfico (01); Assaltos (12); Agressão/ Uso de Drogas (05); Homicídio (06); Seqüestro (02); Arrombamento (10); Tentativa de Homicídio (03) e Porte Ilegal de Arma (01). Vale destacar que a grande maioria foi internada por arrombamentos, roubos ou assaltos, que se configuram como crime contra a pessoa ou contra o patrimônio – seja ele público ou privado. O uso de drogas como a maconha, cola ou comprimidos, associado ao ato de “meter” (roubar) são as atitudes mais freqüentes que levam esses jovens à internação.

Com idade entre 14 a 19 anos, os internos são registrados no arquivo do Lar do Garoto mediante as seguintes informações:

**DADOS SOBRE OS JOVENS INTERNOS DO LAR DO GAROTO
EM 05 DE MAIO DE 2003**

NOME	IDADE	NATURALIDADE	PAIS	IRMÃOS	INFRAÇÃO
Interno 1 ¹⁹	16 anos	Juazeirinho/PB	Pai: falecido Mãe: doméstica	03 (um deles preso por roubo)	Roubo.
Interno 2	16 anos	Campina Grande/PB	Pai: não há registro Mãe: doméstica	08	Assalto à mão armada
Interno 3	16 anos	Cajazeiras/PB	Pai: Vigilante da prefeitura Mãe: doméstica	07	Arrombamento
Interno 4	17 anos	Fortaleza/CE – mas sua mãe mora em Sousa/PB	Pai: gráfico Mãe: costureira (separados)	Filho único	Agressão à mãe
Interno 5	15 anos	Cajazeiras/PB	Pai: proprietário de restaurante Mãe: doméstica (separados)	06 – 1º casamento, 03 – 2º casamento.	Arrombamento

¹⁸ Vale salientar que os jovens que cumprem medidas socioeducativas são acusados por mais de uma infração.

¹⁹ Preservarei aqui a identidade dos jovens internos do Lar do Garoto, conforme recomenda o artigo 27 do ECA. Por uma questão de zelo com a não identificação dos internos, utilizo neste quadro a denominação « interno », de modo a evita que o cruzamento de informações revele a identidade dos mesmos.

Interno 6	14 anos	Marisópolis/PB	Pai: guarda noturno Mãe: não há registro (separados)	04	Arrombamento
Interno 7	16 anos	Itaporanga/PB	Pai: agricultor Mãe: agricultura (separados)	04 irmãos – as mulheres se prostituem	Roubo e arrombamento
Interno 8	17 anos	Sousa/PB	Pai: Falecido Mãe: doméstica	03	Roubo
Interno 9	17 anos	Campina Grande/PB	Pai: promotor de justiça; Mãe desconhecida	04	Uso de drogas e agressão à mãe
Interno 10	16 anos	João Pessoa/PB – mas sua mãe residia em Queimadas/PB	Pai: presidiário Mãe: falecida	05	Arrombamento
Interno 11	16 anos	Campina Grande/PB	Pai: pintor Mãe: doméstica	04	Arrombamento
Interno 12	16 anos	Ingá/PB	Pai: vigilante da prefeitura Mãe: merendeira	05	Agressão e embriaguez
Interno 13	17 anos	Campina Grande/PB	Pai: não assumiu sua paternidade Mãe: falecida	Filho único	Tráfico e assalto
Interno 14	18 anos	Patos/PB – mas está morando em Campina Grande/PB	Pai: motorista Mãe: costureira (separados)	05 irmãos	Tentativa de homicídio.
Interno 15	Não há registro	Fortaleza/CE – mas reside em Campina Grande/PB	Pai: aposentado Mãe: doente	02	Arrombamento
Interno 16	18 anos	Sousa/PB – mas estava residindo em Marisópolis/PB	Pai: agricultor Mãe: doméstica (separados)	05	Roubos
Interno 17	16 anos	Patos/PB	Pai: falecido Mãe: o abandonou	Filho único	Tentativa de homicídio
Interno 18	17 anos	Rio de Janeiro/RJ – mas está residindo em Campina Grande/PB	Pai: não assumiu, mas sabe-se que é um arquiteto Mãe: doméstica	Filho único – o pai tem 06 filhos	Homicídio

Interno 19	19 anos	Campina Grande/PB	Pai: Compositor Mãe: falecida	01 – do pai mais dois irmãos	Homicídio
Interno 20	16 anos	Campina Grande/PB	Pai: doente mental Mãe: falecida	01	Assalto (descumprimento da liberdade assistida)
Interno 21	15 anos	Princesa Izabel/PB	Pai: desempregado Mãe: empregada doméstica	02 – desconhece por terem sido adotados	Furto (descumprimento da liberdade assistida).
Interno 22	18 anos	Cubati/PB	Pai: ex-combatente Mãe: doméstica (separados)	Filho único	Assalto à mão armada.
Interno 23	17 anos	Cajazeiras/PB	Pai: desconhecido Mãe: trabalha num bar	01 – também internado no CEA/JP por homicídio	Arrombamento
Interno 24	19 anos	Solânea/PB	Pai: falecido Mãe: agricultora	03	Tentativa de homicídio
Interno 25	17 anos	Malta/PB	Pai: agricultor Mãe: doméstica	12 – um também interno no Lar do Garoto	Arrombamento
Interno 26	17 anos	Aroeiras/PB	Pai: reside no Rio de Janeiro Mãe: doméstica	06	Homicídio
Interno 27	17 anos	Campina Grande/PB	Pai: “biscateiro” Mãe: empregada doméstica (separados)	07	Assaltos e Furtos
Interno 28	17 anos	Solânea/PB – mas está residindo em Lagoa de Roça/PB.	Pai: vigilante (desempregado) Mãe: desconhecida	05 – dois do 1º casamento e três do 2º casamento do pai	2 homicídios
Interno 29	17 anos	Desterro/PB	Pai: agricultor Mãe: doméstica	05	Porte de arma

Interno 30	18 anos	Campina Grande/PB	Pai: prestanista Mãe: doméstica	05	Assalto à mão armada e seqüestro
Interno 31	15 anos	Campina Grande/PB	Pai: falecido Mãe: auxiliar de serviço	02	Droga e Agressão.
Interno 32	18 anos	Campina Grande/PB	Pai: falecido Mãe: feirante	09	Assalto à mão armada
Interno 33	15 anos	Sousa/PB	Pai: caminhoneiro Mãe: doméstica	03	Assalto à mão armada
Interno 34	17 anos	Campina Grande/PB	Pai: agricultor Doméstica (separados)	02	Homicídio.
Interno 35	14 anos	Pombal/PB	Pai: aposentado Mãe: aposentada	01 – mora com a avó	Arrombamento
Interno 36	19 anos	Campina Grande/PB	Pai: pintor Mãe: costureira e cabeleireira	06	Seqüestro e homicídio.
Interno 37	15 anos	Campina Grande/PB	Pai: Falecido Mãe: presidiária	03	Baderna
Interno 38	18 anos	Campina Grande/PB	Pai: vendedor ambulante Mãe: doméstica	07	Arrombamento e assalto à mão armada
Interno 39	16 anos	Rio de Janeiro/RJ – mas está residindo em Queimadas/PB	Pai: comerciante Mãe: doméstica	02	Assalto à mão armada.
Interno 40	17 anos	Itaituba/PA – mas está residindo em Cajazeiras/PB	Pai: aposentado Mãe: doméstica	04	Furto

Quanto à escolaridade, os internos apresentam baixo grau de instrução. Como motivo para tal, os internos alegam as péssimas condições de vida em que viviam, decorrendo disto a necessidade de trabalhar para, em alguns casos, completar ou prover a renda familiar. Para outros, o trabalho possibilitava o sustento individual e a satisfação de necessidades de consumo.

O grupo familiar, geralmente, é composto por filhos e mães. Em alguns relatos dos internos e como pode ser constatado em seus prontuários de entrada no Lar do Garoto, o pai ou a representação deste aparecem. O número de irmãos varia de três a nove, sendo estes advindos de mais de uma união, seja do pai ou da mãe. A profissão

mais comum entre os pais é a de empregada doméstica, costureira, vigilante, biscateiro, agricultores(as) ou se encontram desempregado(as). Há ainda aqueles que moram com os avós, que são aposentados, desde que foram entregues, ainda pequenos, pelas mães ou pelos pais. Muitos destes internos já são pais, residam eles ou não com a mãe das crianças.

Este é um quadro geral do que pode se chamado de um “perfil” dos internos do Lar do Garoto, com os quais convivi durante o trabalho de campo. Tal perfil será mais detalhado no terceiro capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO III

LAR DO GAROTO: DA FILANTROPIA À ESFERA ESTATAL. CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA

Um Contexto Geral

As práticas de atendimento voltadas às crianças e adolescentes pobres, até o século XIX, de acordo com Bonamigo (1998), fundavam-se na caridade, ficando a cargo da Igreja Católica, em geral, as iniciativas neste sentido. A maioria dos estabelecimentos caritativos existia devido às esmolas e aos donativos e seus serviços estavam voltados ao asilamento daqueles que se encontravam em pobreza geral.

Conforme a referida autora, já em 1899 surge outro tipo de prática de atendimento às crianças e adolescentes pobres. O atendimento filantrópico contrapõe-se ao caritativo propondo o conselho eficaz, no lugar da doação humilhante e a norma preservadora, no lugar da repressão destruidora. Neste intuito, a prática filantrópica de atendimento pretende distinguir o pobre que pode ser recuperado, do vagabundo incorrigível, tentando não só preservar a vida do pobre, mas também modificá-la, ao contrário do que acontecia nos estabelecimentos caritativos.

A entrada do Estado no atendimento à infância e adolescência pobre, se revela mais significativa a partir do período republicano. Neste período há a separação de Estado e Igreja, o que obriga os novos poderes públicos a se ocuparem do atendimento aos pobres.

No início do *regime republicano*, a assistência oficial se aproxima das práticas caritativas e se constitui através da criação de estabelecimentos tipo internatos. Por outro lado, aparecem neste contexto novas denominações, tais como: “*os institutos, os reformatórios e as escolas correcionais*”. Tais denominações fazem perceber mudanças na concepção do atendimento a que se destina: “*prevenir desordens e recuperar os desviantes*”.

Segundo José J. Queiroz (1987), como resultantes do processo de industrialização da sociedade brasileira e, conseqüentemente, de problemas sociais

como: alcoolismo, roubos, grandes favelas, mendicância etc, provocadas por esse processo, surgem várias instituições sociais, entre essas as de bem-estar. Comenta o autor:

São as exigências da nova sociedade brasileira resultantes da industrialização, nos anos 30, que vão exigir uma atualização ou criação de novas instituições entre as quais a de bem-estar. A assistência ao menor por meio de programas e instituições do Estado também se origina nesta época. O que havia anteriormente era a assistência prestada por instituições religiosas, como a Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia (Queiroz 1987: 32).

Assim, nas primeiras décadas do século XX, segundo Bonamigo (1998), o atendimento a crianças e adolescentes pobres se constituiu através de estabelecimentos públicos e privados com subvenção governamental, basicamente em internatos, sem controle centralizado dos serviços e das verbas.

Em 1923, foi criado, por iniciativa do Estado, o Juízo de Menores. Com isso houve um aumento da intervenção do Estado através do Juiz de Menores, que assume as funções jurisdicional e a assistencial com relação à infância e a adolescência. O Juízo de Menores, então, inicia uma nova etapa, funcionando como um órgão centralizador do atendimento oficial ao menor. Ele inaugura uma “política sistemática de internação em estabelecimentos criados ou reformados” para atender especificamente a criança, material ou moralmente abandonada e/ou delinqüente.

Em consequência disso, a demanda de internações cresceu. Contudo, a estrutura organizada para receber esta clientela era deficiente, surgindo problemas como efeitos. Sendo assim, em 1927 é criado o primeiro Código de Menores, que tem por objetivo consolidar as leis de assistência e proteção aos “menores”.

É interessante aqui se analisar a produção da noção de “menor”. Antes do século XX, o termo menor era utilizado com referência civil e criminal. A partir do mesmo século, principalmente a partir deste primeiro Código de Menores, o termo menor aparece como categoria classificatória da infância pobre. Sendo assim, carrega a contaminação do preconceito para com a criança pobre.

A Lei, em seu artigo 26 desse Código, revela o significado do que vem a ser a criança ou adolescente ora vítima, infratora ou negligenciada, agora transformada em “menores”. Diz a lei:

Considera-se abandonados os menores de 18 anos:

→ que não tem habitação certa nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda viva;

→ que vivem em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoas que se entreguem habitualmente à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes;

→ que se encontram em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem;

→ que freqüentem lugares de jogos ou moralidade duvidosa ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida;

→ que devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:

a) vítimas de maus tratos físicos habituais imoderados,

b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde; excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem.²⁰

Na década de 40, na vigência do Estado Novo, se delineou uma política de atendimento a crianças e adolescentes pobres centralizadas federais: SAM (Serviço de Assistência a Menores), DNCR (Departamento Nacional da Criança) e LBA (Legião Brasileira de Assistência). Essas práticas de atendimento ultrapassaram a esfera jurídica e abarcaram o controle das ações dirigidas à população pobre, tanto no setor público como do privado.

O SAM tentou resolver os problemas enfrentados pelo Juízo de Menores e centralizou a assistência no Distrito Federal. Sua intervenção tinha por fim a prevenção e combate à criminalidade infanto-juvenil. Produzido numa época de ditadura, onde o lema era a “defesa nacional”, o SAM caracterizou-se por aplicar práticas produzidas, por um lado, na necessidade do controle das crianças e adolescentes que estavam fora da escola ou do trabalho, nas ruas ou em situação de delito. Por outro lado, as práticas baseavam-se na ratificação do aviltamento às camadas empobrecidas, pois não eram levados em consideração seus direitos ou demandas, seja nos estabelecimentos ou fora deles, herança que continua hoje em muitas instituições.

²⁰ Citado em Mário Volpi (2001: 26).

O DNCR, criado em 1940, tinha como objetivo coordenar nova política de proteção à maternidade, à infância e à adolescência e, sobretudo, manter a estabilidade familiar, através do auxílio aos Estados e subvenção as instituições privadas. Suas práticas privilegiaram o papel da mãe por ser responsável pelos cuidados físicos e educação moral da criança. Devido à falta de recursos, o DNCR associou-se à LBA.

Esta última foi criada em 1942 para atender as famílias dos convocados da II Guerra Mundial e, em 1945, passou a atender à maternidade, infância e adolescência como órgão federal. A sua intervenção nessa área social foi justificada a partir dos problemas que atingiam a criança brasileira no que tange a educação e saúde, considerados responsáveis pelo “atraso econômico” do país.

Na segunda metade da década de 60 a aceleração do processo de urbanização impulsionou o êxodo rural e estimulou o povoamento das periferias das cidades em busca de melhores condições de vida. O mercado de trabalho não absorveu a mão-de-obra disponível, tanto em nível de quantidade quanto em nível de qualificação para o trabalho.

Como consequência ocorreu um processo de pauperização de amplos segmentos da sociedade. A população pauperizada passa a ser vista como “grupo marginalizado” e grupo “perigoso”, inclusive para a “segurança nacional”, constituindo-se objeto de estudo e intervenção. Neste sentido, a massa crescente de crianças e jovens marginalizados fazia prever, a curto e médio prazo, prejuízos consideráveis, quer do ponto de vista sócio-econômico quer do ponto de vista político.

É nesse contexto que a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) surge para intervir na questão do “menor” dentro de uma perspectiva modernizadora e propõe novas práticas como contraponto ao SAM: a reeducação seria baseada não somente na internação, mas também no apoio à família.

A FUNABEM se constituiu como órgão central, de caráter normativo, desempenhando a função básica de repassar recursos e conhecimentos. Para isso, desencadeou o processo de criação e capacitação de organismos estaduais – as FEBEMs.

A partir de tais princípios é que a FEBEM define seu objeto institucional que é a “reintegração” ou “ressocialização” do menor, declarando-se ser uma entidade antiassistencialista e antiprisão, mas uma entidade educacional. Por isso, todas as Unidades de atendimento aos jovens infratores são chamadas “Unidades Educacionais”.

No entanto, a FUNABEM também não teve sucesso no que se propunha: “prevenção da marginalização do menor”. Então, em 1979, foi criado o “Novo Código de Menores”, que dispõe sobre o “menor em situação irregular”. Este código, conforme Bonamigo (1998), diferentemente do anterior, se volta muito mais para o “menor” infrator do que para o “menor” trabalhador. Isto tem a ver, como mostra a autora, com o momento em que o mesmo é promulgado. A “questão do menor” ameaçava sair do controle da sociedade, devido ao aumento do número de crianças e adolescentes pobres e devido ao aumento da delinqüência juvenil no país.

O termo “menor”, neste código, continua sendo a referência para tratar a infância e a adolescência, tida como “problemática”. Este termo, então, atribui uma carga pejorativa, a qual influencia na regulamentação do atendimento à criança e ao adolescente pobre. Ou seja, trata estes últimos como “coisa” ou “problema”, associando-os a uma “situação irregular”²¹, e não como sujeitos de direitos. Isto só acontece com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Criado em 1990, o ECA define a garantia de proteção integral, bem como a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais das crianças e adolescentes. Este Estatuto proíbe a detenção de crianças e adolescentes menores de 14 anos, sendo que os acima dessa idade só podem ser detidos em flagrante. Nos casos de infração, os adolescentes têm o direito a um advogado de defesa. Isto põe fim a internação sob alegação de perambulação e situação irregular. O ECA²², então, reconhece os direitos de quem, devido a sua menor idade, ficava submetido ao arbítrio dos Juizes de Menores, à ação da polícia e das instituições fechadas.

Portanto, o Estatuto não só melhora a aparência do Novo Código de Menores, mas, sobretudo, moderniza seu funcionamento, humaniza seus procedimentos, agiliza

²¹ O Art. 2 – Para efeito desse Código considera-se em situação irregular o menor:

I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão da: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-las.

II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis.

III – em perigo moral devido a: a) encontrar-se de modo habitual em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes.

IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável.

V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária.

VI – autor de infração penal. (citada em Queiroz p. 45)

²² Vale salientar que o ECA cria órgãos destinados a defender os direitos garantidos, são eles: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. O primeiro tem a garantia de participação, na ordem de 50%, de representantes da sociedade civil sendo os demais representantes do Governo. Os segundos são eleitos pela comunidade e exercem poder de polícia quando acionados pela população em geral para fiscalizar e fazer cumprir as normas do Estatuto.

suas ações e harmoniza os conflitos de competência entre seus diversos agentes. Assim, ao reordenamento jurídico (do Código ao Estatuto) compõe-se o reordenamento institucional e a mudança das práticas de atendimento – o que tem encontrado dificuldades e resistências de várias ordens, criando um vazio institucional onde práticas como a violência física e simbólica vem se instalar.

Um Contexto Específico

A instituição “Lar do Garoto” está localizada na cidade de Lagoa Seca /PB, distante 7 quilômetros de Campina Grande/PB. Sua criação e desenvolvimento seguem o mesmo percurso histórico das instituições de atendimento à criança e ao adolescente referidas anteriormente.

A Fundação Lar do Garoto nasce na década de 60, a partir de uma ação filantrópico-religiosa encabeçada pelo Pe. Otávio Santos, apoiando crianças e adolescentes das cidades de Lagoa Seca e Campina Grande. Pautada numa doutrina cristã de solidariedade e ajuda aos “necessitados”, a Fundação, neste período, desenvolvia ações no âmbito da prestação de serviços de tipo assistencial.

Caracterizando uma mudança do mundo a partir de uma ação cristã, a Fundação Lar do Garoto inicia sua história pelo caminho da filantropia, com a prestação de um serviço que agiu sobre um problema social relevante: o da criança e do adolescente, denominados, na época, “carentes” e/ou “abandonados”, sendo hoje chamados de “crianças em situação de risco”.

Mais tarde, na década de 70 a Fundação Lar do Garoto, seguindo as mudanças que ocorriam nessa época, torna-se uma unidade para internamento de menores, passando a se chamar apenas “Lar do Garoto”. A criação desta unidade de internação se dá em conformidade com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e com o Código de Menores. Nesse ínterim, o Lar do Garoto passa a integrar a constituição de uma rede nacional sendo administrado localmente pela Fundação do Bem-Estar do Menor Alice de Almeida (FEBEMA-A).

O relatório apresentado pelo próprio Pe. Otávio Santos, então coordenador do convênio estabelecido entre o UNICEF, a FNBEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) e a FURN (Fundação Universidade Regional do Nordeste), em 1971, como contribuição ao I Encontro de Integração Nacional de Jovens em Programas de Bem-

Estar do Menor, lista mais cinco instituições, que assim como o Lar do Garoto visavam “atender aos menores marginalizados” em Campina Grande: 1) Casa do Menino Santo Antônio; 2) Casa de Caridade Pe. Ibiapina; 3) Creche Felix Araújo; 4) Casa da Criança Dr. João Moura e 6) Creche do Centro Integrado dos Serviços Sociais do Estado.

Destas, três foram fundadas por padres: o próprio Lar do Garoto, a Casa do Menino Santo Antônio (pelo então vigário responsável pela Catedral de Campina Grande em 1957) e Casa de Caridade Pe. Ibiapina (pelo próprio no ano de 1869). A Creche Felix Araújo e a Casa da Criança Dr. João Moura, foram fundadas por pessoas influentes da cidade, a primeira no ano de 1966 e a segunda em 1952. Já a Creche do Centro Integrado dos Serviços Sociais do Estado, foi fundada em 1969 por iniciativa do governo do Estado.

Em geral todas as instituições funcionavam em regime de internato ou semi-internato e tinham como finalidade abrigar “crianças realmente abandonadas” ou crianças cujas mães trabalhavam fora do lar. As crianças e adolescentes atendidas nessas instituições, reconhecidamente pobres, órfãos e/ou delinquentes, recebiam instrução primária e eram inseridos no aprendizado de certos ofícios: tecelagem, carpintaria e sapataria, para os do sexo masculino, e datilografia e trabalhos manuais, para as do sexo feminino. Destaca-se ainda que, destas, apenas a Casa de Caridade Pe. Ibiapina era dedicada exclusivamente às meninas.

A partir de 12 de outubro de 1993 o Lar do Garoto passa a ser denominado “Lar do Garoto Pe. Otávio Santos”, em homenagem ao seu fundador. A Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC) torna-se sua entidade gerenciadora, em cumprimento às exigências do ECA.

A unidade do Lar do Garoto Pe. Otávio Santos é uma das duas instituições para internamento de jovens em conflito com a Lei que existem no Estado da Paraíba. A outra se localiza na capital do Estado, João Pessoa, chamada de Centro Educativo para Adolescentes (CEA). Ambas as instituições de internamento se destinam apenas a jovens do sexo masculino²³, obedecendo às normas do ECA da divisão de gênero no cumprimento de medidas socioeducativas para jovens infratores.

²³ No Estado da Paraíba existe apenas uma instituição voltada ao internamento de “meninas infratoras”, sendo a mesma localizada na capital do Estado.

A instituição Lar do Garoto²⁴ apresenta uma estrutura física e material adequada para ser uma “prisão” para menores infratores. Atestam isso, o rigor e a disciplina a que são submetidos. Além disso, a referida instituição se configura como um local de vigilância constante e contínua, dada através de mecanismos de controle (castigos e recompensas) e da correção (ressocialização).

Afastado do perímetro urbano da cidade de Lagoa Seca, o acesso à instituição do Lar do Garoto se dá por uma estrada de terra, passando por sítios e granjas, entre plantios de feijão, milho, batata, capim, entre outras culturas cultivadas na região. Quando se chega, observa-se logo um prédio desativado, atualmente servindo de depósito de material de construção e de cadeiras quebradas, onde antes funcionava a semiliberdade²⁵.

Uma área cercada por um muro de seis metros de altura, branco e com três guaritas de observação interna e externa, e apenas um portão de acesso, apresenta a Unidade. No único portão de acesso há um funcionário da instituição, que juntamente com dois policiais militares, recepcionam aqueles que ali chegam.

Toda a estrutura do Lar do Garoto pode ser dividida em dois setores, os quais chamo de “setor da gerência” e o “setor de internamento”. Ao passar pela primeira porta de entrada do Lar do Garoto, o visitante tem a sua frente o “setor da gerência”, que é constituído pelas salas da direção, da vice-direção, dos educadores, da secretária, pela sala de reunião e pela cozinha. Esta grande área se mantém isolada do “setor de internamento” e o acesso entre ambos os setores se dá apenas por um portão. Neste acesso encontra-se um monitor permanentemente de prontidão. Há também um grande portão ao fundo, que tem por função servir de acesso para o abastecimento d’água através de carro-pipa. Vale destacar ainda que esse segundo portão, por ser uma ligação entre tais setores, numa área antigamente destinada ao plantio de hortaliças, hoje desativada, não tem nenhuma movimentação além daquela exigida pelos serviços gerais da instituição. Os próprios meninos são impedidos de contornar o pátio e chegar até a antiga área de plantio.

²⁴ A partir daqui e ao longo do restante desta dissertação será usado o termo “Lar do Garoto” para designar a instituição “Lar do Garoto Pe. Otávio Santos”, uma vez que este termo é o mais corriqueiramente usado pela sociedade, para se referir à mesma.

²⁵ Como exposto anteriormente na nota nº 7. Vale ressaltar que, por decisão do Juiz responsável, as medidas de semiliberdade não estavam sendo aplicadas devido à falta de condições apropriadas para a sua execução, isto é, pela falta de um técnico treinado para acompanhar todo este processo.

O acesso ao “setor da gerência” é proibido aos internos, com exceção dos dias em que eles telefonam para as suas famílias (duas vezes por mês, seguindo uma lista de ordem para as ligações, que duram 10 minutos cada) ou em ocasiões que digam respeito a algum procedimento processual que necessite da presença dos internos nesse setor. Observei ainda que estes meninos transitam nestes espaços quando “ajudam” o pessoal de serviços gerais, lavando os carros ou auxiliando na faxina da Unidade.

Quanto ao “setor de internamento” (assim o chamo por ser este o espaço da vivência do cotidiano dos jovens que ali estão “presos”), comporta os seguintes espaços: sala de aula; salas das oficinas; um auditório; salas de atendimento odontológico, psicológico e de assistência social; quarto para encontros íntimos (que nunca foi ativado, pois sua abertura provoca uma grande discussão dos técnicos a respeito do direito dos jovens receberem visitas íntimas); refeitório; Alas – dos dormitórios, da triagem, dos banheiros; “Ala da Reflexão”, nome dado ao espaço que abriga celas para aplicação do isolamento aos internos, quando estes transgridem as normas da instituição; e um grande pátio com quadra e campo de futebol.

O cotidiano da instituição, vivido no “setor do internamento”, é, em alguns momentos, intenso e tenso. Em outros, é sigiloso e calmo. Neste espaço estão circunscritas as vivências dos jovens internos. Elas são alvo da atenção, preocupação e controle exercido pelos funcionários da instituição. O corpo de funcionários é formado por: direção e vice-direção; corpo técnico: formado pelo advogado, pela psicóloga, pelas assistentes sociais, pela odontóloga, pelos oficineiros, pela educadora e pela técnica em enfermagem; monitores; e o pessoal dos serviços gerais: as cozinheiras e auxiliares de manutenção.

Queiroz (1987) expõe que, em geral, as instituições de internamento dedicadas a jovens infratores, dado o pequeno número de técnicos de que dispõem, parecem oferecer pouca possibilidade de realização de um “trabalho terapêutico” de profundidade. Para o referido autor, a heterogeneidade da experiência dos funcionários que trabalham neste tipo de instituição, os quais convivem diariamente com os internos, bem como a ausência de uma verdadeira coesão entre técnicos e demais funcionários, fazem com que a proposta de reeducação dos internos, encampada pela instituição, seja pouco eficaz.

No entanto, o que se percebe no Lar do Garoto é um número relativamente grande de funcionários frente ao número de internos que ali se encontram. Durante o

trabalho de campo existiam na instituição 54 funcionários para atender a 40 internos. Especificamente no que diz respeito aos monitores, vê-se que há 28 monitores²⁶ responsáveis por este mesmo número de jovens.

Se por um lado, constata-se que o número de funcionários existentes no Lar do Garoto não pode ser colocado como uma das causas possíveis para a ineficiência do projeto de reeducação dos internos, implantado pela instituição; por outro lado, é possível depreender que o número de funcionários, especialmente de monitores, faz com que a vigilância e a disciplina aplicadas no Lar do Garoto seja bastante rigorosa.

Todo jovem recém-admitido passa um ou dois dias nas celas dos novatos (a Triagem) e nesse espaço de tempo recebe informações, através de entrevistas de integração, sobre o regime da instituição, sobre as funções dos técnicos e sobre questões de disciplina.

A vida no Lar do Garoto segue a seguinte rotina:

- 06 h: 30 min – Despertar;
- 07 h: 30 min – Café da Manhã;
- 08 h: 30 min – Início das Atividades;
- 09 h: 30 min – Intervalo;
- 11h: 30 min – Fim das Atividades Matinais e Almoço;
- 14: 00 h – Retorno às Atividades;
- 16: 00 h – Final das Atividades do Dia e Recreação;
- 17: 00 h – Banho;
- 18: 00 h – Jantar;
- 19 h: 30 min – 21 h – Televisão;
- 21h: 30 min – Dormir.

A distribuição dos internos pelas celas do dormitório, que ficam defronte ao campo de futebol, não leva em consideração seus “antecedentes”, mas sim suas idades e portes físicos. As celas são amplas e possuem uma espécie de *hall* de entrada, contendo um armário de ferro, que serve para que os internos tenham onde guardar seus

²⁶ Os monitores, funcionários que lidam diretamente com os jovens, são em número de sete por turma. Cada turma trabalha vinte e quatro horas e folga outras trinta e seis.

pertences. Cada cela é composta por dois “quartos” isolados, em cada qual são alojados três ou quatro internos.

Os monitores devem exercer vigilância no sentido de evitar abusos sexuais. Todavia, não é difícil que isto aconteça efetivamente entre os internos no ambiente das celas do dormitório. Os próprios internos me sugeriram, durante os intervalos das partidas de futebol, a prática de tais atos entre si. Aqueles que porventura eram molestados passavam a serem chamados pelos demais de “mulherzinha”. No momento em que os abusos aconteciam, nem todos os internos ficavam sabendo. Porém, no outro dia, aqueles que sabiam iam logo contar aos outros. Tais histórias não eram repassadas aos funcionários, uma vez que os internos temiam serem punidos. A mim, estas histórias nunca foram abertamente reveladas. Elas foram apenas sugeridas, em tom de “brincadeira”, em tom “jocoso”. Isto só aconteceu porque os internos não me viam como um funcionário. Eles sabiam que minha convivência com eles seria passageira e, além disso, eles pareciam, em muitos momentos, como as partidas de futebol, estarem ao meu lado “relaxados”. Vale salientar que apenas eu e um outro oficineiro jogávamos futebol com eles.

Quando acordam, os internos devem se dirigir ao refeitório para tomar seu café da manhã (o mesmo lugar para onde devem dirigir-se nos horários do almoço e do jantar). O refeitório é grande, bem iluminado e arejado. Com uma copa ao fundo, ele contém mesas de fórmica, acompanhadas de bancos, nos quais os internos devem sentar-se. Entre o espaço das mesas e da copa há grades de ferro e um balcão no qual as cozinheiras depositam a comida, de modo que os monitores possam repassá-la aos internos.

Aos meninos são ensinadas “certas regras” de boa educação à mesa. Assim, durante as refeições não são permitidas conversas. Nem por parte dos funcionários (que devem dar o bom exemplo), nem por parte dos internos (que precisam mostrar que são bem educados, para não serem punidos). O silêncio, então, nesses momentos, é absoluto e atua como uma forma de controle da instituição para com os internos.

Após o café da manhã, os internos são encaminhados para as atividades matinais. Estas estão reunidas apenas em torno das aulas com a educadora e são as únicas nas quais a participação dos internos é obrigatória.

Depois de almoçarem, os internos têm um tempo para repousar, mas também têm um horário definido para retornar às atividades. À tarde, as atividades se

concentram em torno das oficinas, que são realizadas em salas separadas e possuem material específico para sua execução conforme o ofício executado. A oficina de música, por sua natureza, acontecia no auditório e contava com o uso apenas de um aparelho de som, CDs e letras das músicas executadas, todos esses comprados e disponibilizados aos internos por mim.

Terminado o horário das atividades do dia, os internos eram liberados para práticas recreativas. Estes só dispõem da realização de partidas de futebol, geralmente entre eles mesmos, num campo de terra batida que fica rente a um dos muros laterais do Lar do Garoto e bem abaixo de uma das guaritas de observação. Os jogos de futebol se dão sob a vigilância dos monitores que ficam atentos a qualquer sinal de distúrbio.

As partidas devem durar apenas uma hora, seguindo-se do banho que os internos têm que tomar. O banheiro é coletivo e conta com uma boa área. Todavia, ele é mal iluminado, sendo o espaço destinado aos chuveiros bastante escuro. Existem algumas infiltrações no local, tanto nas torneiras quanto nas duchas. A limpeza é feita regularmente, mas os alagamentos provocados por um péssimo sistema de escoamento da água, fazem com que os internos fiquem com água muitas vezes pelo calcanhar, bem como provoca mal-cheiro.

Tendo tomado o banho, os internos seguem para jantar e, em seguida, podem assistir televisão durante um tempo determinado. Não há restrições quanto à programação que os mesmos possam acompanhar, porém muitos me relataram que a escolha da programação era feita pelos monitores. A única determinação se volta para o horário em que a televisão deve ser desligada e em que os internos devem ir deitar-se para dormir.

Vale salientar que esta rotina da instituição foi por mim acompanhada do momento do final do café da manhã (quando lá chegava) até o início do jantar. Muitas vezes almocei no refeitório, sendo a mim permitido sentar próximo aos internos. A comida era sempre bem feita. O cardápio variava ao longo da semana, mas eram mantidos alguns alimentos considerados básicos: feijão, arroz, macarrão e verduras. O item que variava segundo os dias da semana era a “mistura”, de modo que um dia se tinha carne, em outro se tinha peixe, fígado, frango, em outro se tinha alguma massa que não fosse macarrão etc.

Não me foi permitido estar na instituição no período noturno, de modo que o que os internos faziam após o jantar até a hora em que iam dormir, me foi contado por eles

mesmos. A direção do Lar do Garoto me deu permissão para lá estar por três ocasiões aos sábados. No entanto, a minha visita restringiu-se, nessas ocasiões, apenas ao período da manhã. Sendo assim, não pude acompanhar a rotina dos internos durante os finais de semana e esta me foi relatada também pelos mesmos.

Durante os finais de semana uma nova rotina era estabelecida. As atividades escolares e das oficinas não funcionavam. Desse modo, o tempo dos internos era ocupado durante as manhãs do sábado e do domingo pela faxina e pelo futebol. Nas tardes de sábado aconteciam, geralmente, sessões de vídeo promovidas pelos monitores. Já as tardes do domingo eram ocupadas pela visita dos familiares aos internos e pela visita de missionários evangélicos dirigidas aos mesmos. Estas aconteciam tanto no pátio quanto no auditório da instituição e eram acompanhadas pelos monitores.

O momento das visitas servia para os internos matarem as saudades, para ficarem sabendo do que estava acontecendo “lá fora” e para serem doutrinados. Muitas vezes, os familiares acompanhavam os internos nas práticas evangélicas que aconteciam na instituição no período de visitas. As visitas duravam toda a tarde e se davam semanalmente.

Desse modo, a partir desta rotina se dá o processo diário de reintegração aplicado aos internos. Tal processo tem como base para a readaptação e futuro reconhecimento social dos internos a *disciplina*. Assim, quando as regras disciplinares são descumpridas pelos internos do Lar do Garoto, os mesmos são submetidos a certas punições.

Caso a falta seja considerada “leve” (conversar durante as refeições, desobediência aos técnicos, atrasar-se no banho, passar do horário de dormir etc.), os internos são punidos a ficarem durante toda a tarde sozinhos em seu “quarto”. No caso de faltas “graves” (agressões físicas entre si e/ou aos funcionários, tentativas de fuga etc.), os internos são duramente reprimidos e encaminhados para a “Ala da Reflexão”. Lá eles são colocados um em cada cela (por isso são deixados no “isolamento”), cumprindo até quinze dias de punição.

Quando estão na “Ala da Reflexão”, os internos, algumas vezes, chegam a rebelar-se batendo nas grades e gritando para serem soltos, conforme cheguei a presenciar durante o trabalho de campo. Daí, então, os monitores logo se encaminham para o local, de modo a fazerem com que os internos se calem e se “comportem bem”.

Sendo assim, a “Ala da Reflexão” é, por excelência, o espaço do controle no Lar do Garoto. Note-se que os próprios termos: “Ala da Reflexão” e “Lar do Garoto”, são representações da autoridade a que os internos estão submetidos²⁷. Através de tais termos, sobretudo de suas representações, a instituição visa recriar um tipo de autoridade que discipline os internos, tornando-os “bem comportados”, ou seja, “dóceis”, “adestrados”.

Portanto, a partir daqui²⁸ já é possível apontar para o fato de que os internos são o alvo de um projeto de integração social, que acaba por tirar-lhes sua cidadania. Dessa forma, já sendo oriundos de um contexto de marginalização, estes internos vivem uma rotina dentro da instituição que não parece transformar para melhor a sua qualidade de vida no que tange ao respeito aos seus direitos.

Isto posto, cumpre tecer algumas considerações a respeito da correlação que muitas vezes se dá entre “marginalidade” e “juventude”.

A Marginalidade e o Menor

Desde o conceito de “homem marginal” utilizado por Robert Park, nos Estados Unidos em 1928, que a noção de populações marginais é empregada na América Latina como um todo, para os estudos no plano individual e social nas suas mais diferentes significações.

Referindo-se aos trabalhos produzidos dentro desta temática na década de 70 e 80, Kowarick (1975: 16) comenta:

Com efeito, o conceito de marginalidade foi utilizado numa pluralidade de acepções, referindo-se a situações e grupos sociais os mais díspares. No plano da personalidade, aplica-se ao indivíduo que pertence a duas culturas. Serve para caracterizar um grupo internamente desarticulado, o que é geralmente associado à apatia e à anomia. Por vezes se refere à carência de participação social, ao isolamento e mesmo à falta de identificação aos padrões da cultura dominante. Em outros casos diz respeito a incongruência de status, à descontinuidade entre o grupo de participação e o grupo de referência positivo. Foi também empregado como sinônimo de pobreza cultural ou de populações de baixa renda.

Para o autor acima citado, a teoria da marginalidade, no seu enfoque social, se divide em duas vertentes interpretativas: o modelo funcionalista e o histórico-estrutural. Segundo Kowarick (1975), a compreensão do fenômeno da marginalidade está ligada ao

²⁷ Esta questão será mais bem desenvolvida no último capítulo deste estudo.

²⁸ Também esta questão será mais bem discutida adiante, mais especificamente no próximo capítulo.

estudo da modernização do setor agrícola e das relações de produção tipicamente industriais que se desenvolveram nos grandes centros urbanos. Dessa forma, “a marginalidade é, pois, caracterizada com relação à estrutura ocupacional. A própria estrutura econômica e social condiciona a existência de ‘ocupações’ marginais” (p. 85).

Relacionada aos grupos sociais, a teoria da marginalidade é entendida enquanto uma situação social. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, a marginalidade começou a ser encarada tanto como problema teórico como prático. Ou seja, o ritmo acelerado da urbanização, seguida de grandes migrações campo-cidade, estabelecia na periferia dos centros urbanos uma grande massa não absorvida pelo processo de crescimento. Isto se deve a uma “falta de participação” e/ou de “integração” de determinado grupo (os excluídos) nas estruturas sociais.

Como identifica Oscar Lewis (apud Oliven 1988), surge a partir deste contexto a “cultura da pobreza”, caracterizada por um baixo nível de organização e pela falta de consciência dos ditos excluídos enquanto grupo social. Isto particulariza, deste modo, uma subcultura ou a pobreza das populações marginais que se defrontam com a dificuldade de participação, criando um mundo à parte.

Colocada a questão da marginalidade em sua vertente funcional, cabe agora correlacioná-la ao contexto das economias subdesenvolvidas, sendo, portanto, um problema histórico-estrutural e não uma questão determinada pela incapacidade de inserção de certo grupo no sistema vigente.

Os países subdesenvolvidos, na medida em que baseiam seu desenvolvimento nas economias centrais (países desenvolvidos), muitas vezes agravam a relação de dependência por tentarem desenvolver um modelo que pode ser precoce nas suas estruturas e nas condições de desenvolvimento. Isto estabelece uma situação de dependência não só no plano econômico, mas também político. A respeito desse assunto escreve Fernando Henrique Cardoso (apud Queiroz 1987):

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características do modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. As economias baseadas em enclaves coloniais constituem o exemplo típico dessa situação extrema.

É neste contexto que surge o “menor abandonado”. Na literatura das décadas de 70 e 80, este, que numa relação direta será também considerado delinqüente, é a criança ou adolescente menor de 18 anos, pertencente a uma parcela da classe trabalhadora, pejorativamente associada à marginalidade e a pobreza. O “menor abandonado” ainda pode ser caracterizado como aqueles cujos pais, geralmente, têm uma inserção marginal no mercado de trabalho. “Neste caso significaria que as políticas de bem-estar do menor atendem ao bem-estar de uma determinada classe”. (Queiroz 1987: 38).

Assim, no relatório apresentado pelo Pe. Otávio Santos na década de 70 e que foi citado anteriormente, consta que o público alvo das instituições de atendimento à criança e ao adolescente desta época em Campina Grande/PB eram justamente os ditos “menores abandonados”, de ambos os sexos, tendo as instituições como finalidade dar aos menores “uma educação integral, baseada nas necessidades básicas do menor, existindo um relacionamento positivo entre a direção-auxiliares-menores, constatando-se assim, um verdadeiro ambiente familiar” (CEMIC 1971: 31).

Perlman (2002), então, advoga que o estudo do conceito da marginalidade é de particular relevância porque as ideologias e estereótipos que a ele se associam, afetam as vidas de milhões de pobres moradores de favelas ou cidades. Para a referida autora, a marginalidade também tem sido usada em muitos debates como uma cortina de fumaça por atrás da qual continuam a serem conduzidas velhas batalhas ideológicas – tais como as que são travadas a respeito da natureza do sistema social, do processo de modernização ou das implicações do capitalismo e do imperialismo.

Segundo a autora, a marginalidade é um reflexo do desenvolvimento *dependente* e se deve a uma forma de sociedade radicada no processo histórico da industrialização e crescimento econômico das nações em desenvolvimento, em particular as latino-americanas. Desse modo, a marginalização é consequência de um modelo de desenvolvimento que tem como característica básica a exclusão de vastos setores da população de seu aparato produtivo principal, como é o caso dos “menores abandonados”, por exemplo.

Perlman (2002) mostra que a marginalidade não mais deve ser entendida como um reflexo das condições deficientes de moradia ou através das características de indivíduos ou grupos, os quais seriam apenas “sintomas externos”, mas através do processo histórico da industrialização e do crescimento econômico das nações em desenvolvimento e em particular, das latino-americanas.

Como *dependência*, a autora entende não somente a situação de domínio econômico de um país sobre outro, mas mostra que ela também implica em um sistema completo de relações sociais, políticas e econômicas, que interligam grupos de pessoas, ou melhor, classes sociais inteiras, entre países como dentro destes.

Neste sentido, os *marginais* desempenharam e desempenham papéis essenciais na manutenção do sistema econômico, sócio-cultural e político no Brasil. Ao mesmo tempo, o que lhes acontece depende quase inteiramente das tendências nacionais econômicas e políticas. Os *marginais*, então, seriam constituídos por aqueles que estivessem alocados nas camadas pobres da sociedade, ocupando, assim, as margens da estrutura política e econômica. Desse modo, pode ser considerado o menor infrator como um *marginal*, ou seja, um indivíduo empobrecido, “vagabundo indolente” e “perigoso”, em geral ligado ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição.

Violante (1989) apresenta uma linha de reflexão crítica sobre o surgimento de instituições para atender ao problema da “situação irregular” do menor, compreendendo que a vida “desregrada” do menor não é inerente a ele, mas sim à condição de exclusão a que este e sua família estão submetidos na sociedade. Segundo a autora:

O modo marginal de sobrevivência não é produzido pelo modo como suas vítimas se comportam: o não trabalho, a prostituição, o alcoolismo, os pequenos roubos e assassinatos (pois que os grandes não são de sua autoria, senão dos detentores do poder). Sob o ponto de vista psicossocial, seus comportamentos devem ser considerados manifestações e não causa de sua condição marginal de vida. São manifestações de revolta, de insubmissão às condições de vida que lhes são socialmente impostas. Não podem ser considerados comportamentos revolucionários porque se dão ao nível individual, competitivo, de modo desorganizado, demonstrando o limite possível da consciência desses indivíduos e a presença das crenças e valores dominantes (Violante 1989: 186).

De acordo com a colocação acima, vê-se que não somente o menor, mas toda a sua família, pode ser tida como vitimizada pela exploração do sistema capitalista, decorrendo disto a sua inserção nos estratos mais baixos da hierarquia social. Ademais, ainda é possível perceber através da citação acima que esse contingente – o dos menores infratores – não formava uma massa revolucionária, consciente e articulada para a mudança do rumo da história da classe oprimida. Ora, se o menor é vítima de uma sociedade de consumo, desumana e muitas vezes cruel, há que ser tratado e não punido, preparado profissionalmente e não marcado pelo rótulo mais fácil de infrator.

Portanto, a institucionalização do menor, através de seu internamento em entidades repressivo-assistenciais, como a FEBEM, se deveu e se deve antes à sua condição material de existência do que aos seus comportamentos²⁹. Pois, o chamado “menor infrator” torna-se um exemplo denunciador das condições precárias da vida a que todos os marginalizados estão sujeitos.

Schneider (1987) apresenta a questão da associação da delinquência juvenil e da criminalidade à população marginalizada, estabelecendo, inclusive, uma relação de causa e efeito entre as duas situações. Para a autora, muitos trabalhos empíricos têm demonstrado a associação entre a marginalidade e a criminalidade. Porém, nas suas próprias palavras a “*criminalização da marginalidade*” é apenas uma das variáveis da explicação desse fenômeno.

Sobre a discussão que trata dos “pobres” como marginalizados ou como “incorporados” à sociedade, Zaluar (1994) realiza uma longa análise. Ela apresenta o populismo e seus reflexos na política nacional, bem como os sentidos e usos que foram feitos na dinâmica política dessa ideologia “voltada” para os “pobres”.

Ao contrário de teses como as referidas acima, Zaluar (1994: 43) diz que “fica a idéia talvez falsa da identificação positiva dos pobres com a sociedade nacional na sua versão de classe dominante. E a idéia de que existe uma cultura brasileira una, indivisa e disseminada em todas as manifestações da vida social”. Para a autora, ao se apresentar modelos de unicidade e coerência de ideologias, destrói-se a diversidade e as tensões presentes entre as classes. Assim, a categoria “pobre” enfrenta um bloco ideológico que “não é todo uno, convive com a diversidade, o conflito, a contestação, a dúvida e o risco dos que, mesmo sem serem reconhecidos como intelectuais, pensam sobre o que lhes acontece e participam ativamente do processo de produção dos significados sociais” (p. 47).

Segundo a referida autora, a saída ideológica é formular o discurso da relação entre “pobres” como marginalizados (mito da marginalidade) ou como incorporados à sociedade (sociedade indivisa). Tais colocações são fruto de uma análise populista e de seus reflexos na política nacional. Diante disso, aponta Zaluar (1994), algumas formulações deixam de visualizar o local de moradia, as associações, praças, bares e a

²⁹ Aqui não se trata de esvaziar a culpa que pertence aos menores infratores. Seus comportamentos são, sim, um vetor de explicação para a sua inserção no mundo dos delitos. O que se quer ressaltar é que o contexto de marginalização em que vivem também pode ser colocado como um dos fatores que levam esses menores a cometer infrações.

própria rua, tendo estas significações culturais sempre renovadas, reinventadas. Isto chama a atenção para o fato da associação errônea entre pobreza e marginalidade, ou seja, não é porque determinados jovens sejam pobres que necessariamente sejam praticantes de delitos.

De acordo com Oliven (1988), ainda se pode destacar os aspectos econômicos que essa grande massa de marginalidade urbana oferece, ou seja, os miseráveis excluídos, a partir da idéia de dependência do país, são considerados como mão-de-obra barata, dando base a tendências radicais para a marginalidade.

Partindo desse pressuposto, a teoria da modernização, ideologicamente, justifica o desenvolvimento do mundo subdesenvolvido. Assim, a urbanização teria formas e modos variados de acordo com as configurações econômicas e políticas. Dessa forma, os aspectos culturais entram como ponte para se pensar a marginalidade. Logo, o que é marginal é divergente ou desviante.

Portanto, a partir das idéias dos autores desenvolvidas acima, pensa-se os jovens internos do Lar do Garoto como referendados por muitos desses conceitos e noções. Classificados de diferentes formas³⁰, os internos do Lar do Garoto são aqui entendidos como *marginais*, uma vez que estão inseridos num contexto de pauperização, mas, por outro lado, não se toma esta sua condição como único fator explicativo para o fato de terem entrado no mundo dos delitos.

A condição *marginal* dos internos, na compreensão apresentada nesta dissertação, soma-se aos fatores culturais que envolvem os mesmos, tais como: a representação da sua violência, o tipo de vínculo que estabelecem com a família e com os amigos, entre outros.

Desse modo, a pretensão deste estudo é apresentar uma análise que promova uma associação entre aspectos advindos da *marginalidade* e aspectos culturais, de modo a abarcar a visão de mundo dos jovens internos do Lar do Garoto, especificamente no que tange ao modo pelo qual consideram que o cerceamento de sua liberdade reordena sua juventude.

³⁰ A respeito dos termos que usualmente são atribuídos a esses meninos temos: “trombadinha”, “cheira cola”, “ladrão”, “pivete”, “safado”, “maloqueiro”, “mala”(derivação de “malandro”), “metedor” (referente àquele que rouba), entre outros.

CAPÍTULO IV

A VIDA ANTES DO LAR DO GAROTO

Segundo alguns estudos³¹, o fenômeno contemporâneo do ato infracional juvenil está associado não à pobreza ou à miséria em si, mas, sobretudo, à desigualdade social, ao não exercício da cidadania e à ausência de políticas sociais básicas supletivas e de proteção implementadas pelo Estado. É a convivência em um mesmo espaço social de adolescentes pobres e ricos que dificulta sua busca por reconhecimento social na direção da construção de sua identidade.

Para os adolescentes que vivem em família de baixa renda, sem escola e sem trabalho, quais seriam as estratégias possíveis de reconhecimento excetuando o delito? Em que medida a mobilidade social, um mecanismo considerado legítimo, poderia ser uma saída de valorização para a juventude da periferia? Como está o acesso desses jovens à escola e ao trabalho, duas das formas mais utilizadas para o reconhecimento social em nossa sociedade?

A partir destes questionamentos, considera-se pertinente, neste capítulo, abordar a vida dos jovens infratores do Lar do Garoto antes de serem internados nesta instituição. Desse modo, faz-se necessário colocar algumas questões que dizem respeito à vida desses jovens antes do Lar do Garoto, tais como: a constituição e relação com a família, a escolarização, o ingresso no mercado de trabalho, a sexualidade e as relações de amizade.

Constituição e Relacionamento Familiar

De acordo com os dados coletados, a maioria dos adolescentes internados vivia com a família na época em que praticaram o delito que resultou na sua sentença de privação de liberdade. Quando não moravam com os pais e irmãos, moravam com parentes próximos, como os avós ou os tios. Esse tipo de formação familiar foi estudado por Sarti (1996), sendo considerada pela referida autora como típica das camadas pobres da população. Sobre este tipo de formação familiar diz a autora que ela:

³¹ Oliveira, 2001; Teixeira e Vicentin, 2001.

não se constitui como um núcleo, mas como uma rede com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo; configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos (Sarti 1996: 48-49).

Assim, os dados que mostram que os jovens infratores moravam com a família quando da prática de delito e sua posterior privação da liberdade são fundamentais para derrubar o mito de que os jovens infratores são “meninos de rua” que foram abandonados ou que, por opção, deixaram suas famílias. Fica claro também que não é a ausência de convivência familiar o fator determinante do ingresso no mundo infracional.

A motivação para o ingresso está muito mais relacionada à qualidade do vínculo familiar mantido com o jovem. De acordo com Silva e Guerresi (2003), em recente pesquisa realizada pelo Unicef, que ouviu a opinião de adolescentes brasileiros de todos os níveis de renda e em todas as regiões brasileiras a respeito de temas variados, a família foi apontada como a principal responsável pela garantia de direitos e do bem-estar de adolescentes (85%), acima da escola (40%), da igreja (24%), da comunidade (23%), do governo (20%), da polícia (16%) e dos partidos políticos (5%). Ainda segundo esse estudo, além de importante instituição, a família é fonte de alegria para os adolescentes e as brigas com a família foram citadas como o principal motivo de infelicidade para estes.

Através dos relatos dos jovens infratores do Lar do Garoto colocados a seguir, é possível depreender que sua realidade se aproxima da realidade mostrada pelos dados da pesquisa do Unicef mencionada acima.

“Eu morava mais meus avós. Com um ano de idade, porque meu pai morreu, aí minha mãe me abandonou, aí meus avós me pegou pra criar, até hoje moro com eles.” (Fafã³² - 16 anos)

“Minha mãe morreu eu tinha seis anos e eu morava com minha avó. Meu pai é doente mental. Tinha um irmão, mas mataram há dez anos atrás e tem só um irmão” (Guga - 16 anos)

Desse modo, o fato de que os jovens viviam com a família na época em que praticaram o delito, conjugado à importância que os adolescentes concedem à qualidade do vínculo familiar, sugere que o jovem infrator do Lar do Garoto não desfrutava um vínculo familiar saudável.

³² Os nomes dos internos a partir daqui serão utilizados de forma fictícia.

O que se percebeu durante o trabalho de campo é que é comum entre os jovens internos do Lar do Garoto a organização de suas famílias girar em torno da figura materna, ou porque o pai sucumbiu às tensões e acabou desaparecendo, abandonando a família, temporária ou definitivamente, ou porque, desde o início, os vínculos que uniam o casal eram frágeis e são desfeitos e substituídos por novas uniões temporárias. Seja qual for o caso, os filhos são deixados sob a responsabilidade materna, especialmente depois da internação dos jovens. Durante o trabalho de campo nenhum pai visitou seus filhos, apenas as mães o fazem. O mesmo acontece durante as audiências com o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, conforme afirmaram os jovens.

No entanto, ainda que sua forma de organização difira dos padrões tradicionais, geralmente utilizados como parâmetros de “normalidade”, não se pode afirmar que essas famílias sejam desintegradas ou desestruturadas. As entrevistas realizadas permitem que se perceba uma forma de organização e integração peculiar às parcelas mais pobres da sociedade. Se os laços que unem marido e mulher, pais e filhos, parecem frágeis e rompem-se facilmente em momentos de crise, isso reflete, antes de mais nada, as precárias condições gerais de vida dessas pessoas.

O papel importante da figura materna na organização familiar transparece no discurso dos jovens infratores, que se referem a ela de forma algo idealizada e a cuja falta atribuem, algumas vezes, a ocorrência de acontecimentos desagradáveis na sua vida, até mesmo o ingresso definitivo na delinquência.

“Tenho certeza que se minha mãe não tivesse me abandonado eu não estava aqui não.” (Fafá - 16 anos)

Enquanto isso, o pai é uma figura um tanto obscura ou até mesmo detestada pelos filhos, acusada de autoritarismo e práticas de violência contra mulher e filhos.

“Meu pai e minha mãe, aí meu pai abandonou, aí nós fomos pra Cajazeiras, eu minha mãe e meus irmãos. Eu tinha uns dois anos de idade, aí batia demais na minha mãe, aí minha tia deu o dinheiro da passagem pra gente vim embora. Aí nós fomos. Batia nela demais, ele usava muita droga, bebia... inimigo, aí não dava certo aí minha pegou e já estava a fim de sair dele mesmo. Quando nós chegamos em casa ele espancou ela, aí ela disse: amanhã nós vamos embora, quando nós ia embora ela... quando nós subimos no ônibus ele entrou aí queria matar ela de faca, aí nós... a polícia pegou ele e nós viemos embora.” (Magrão - 16 anos)

Rosenmayr (1968) já havia atentado para o que chama de “matricentrismo das camadas pobres latino-americanas”, em que, para os adolescentes, a mãe é a personagem central da família devido ao alto grau de abandono das crianças e das mulheres pelo marido.

Assim, o cotidiano desses jovens transcorria nesse clima de tensão no lar, devido à falta de espaço físico, às agressões permanentes, às pressões para trabalhar e ajudar a família a obter meios para satisfazer as necessidades de subsistência. Nessas circunstâncias, acabam afastando-se das suas casas, em caráter definitivo ou por períodos de tempo variáveis, iniciando-se nos “biscates” e pequenos delitos.

“Porque eu já estou aqui devido a essas brigas em casa. Eu vim para cá, porque o Juiz me mandou para cá mais por causa de recuperação e não de detenção, foi por causa de recuperação que me mandou para cá, uma forma de detenção, né?” (Rico - 17 anos)

De acordo com Minayo et al (1999), a família, independente de seu tipo de organização, é uma organização social complexa, um microcosmo da sociedade, onde ao mesmo tempo se vivem as relações primárias e se constroem os processos identificatórios. É também um espaço onde se definem papéis sociais de gênero, cultura de classe e se reproduzem as bases do poder. É ainda o *locus* da política, misturada no cotidiano das pessoas, nas discussões dos filhos com os pais, nas decisões sobre o futuro, que ao mesmo tempo tem o mundo circundante como referência e o desejo e as condições de possibilidade como limitações. Por tudo isso, é o espaço do afeto e também do conflito e das contradições.

Além disso, a família também é o local do controle, da disciplina. Desse modo, as proposições teóricas de Foucault (1987) mais uma vez lançam luz sobre a realidade do jovem infrator do Lar do Garoto. Segundo Foucault (1987) o indivíduo passa de um espaço fechado a outro: família, escola, fábrica, hospital, prisão etc. Estes espaços não têm por finalidade excluir, mas fixar os indivíduos. Mesmo que seus efeitos sejam de exclusão dos indivíduos, a finalidade é de fixá-los em aparelhos de normalização, trata-se de uma inclusão por exclusão.

Os jovens do Lar do Garoto também encontram em suas famílias a disciplina e o controle. Essa disciplina e controle se configuram tanto nos valores que os pais ou responsáveis tentam transmitir aos filhos, quanto nas obrigações estabelecidas pelos pais ou responsáveis aos filhos, quais sejam: estudar, trabalhar para ajudar no sustento

de todos etc. Como também o controle da família é exercido na medida em que os pais proibem e punem o uso de drogas e a prática de delitos na rua.

Muitas das discussões e agressões pelas quais os jovens infratores passaram em casa se deram pelo uso de drogas que faziam e por “ficarem na rua em más companhias”.

“Eu comecei a fumar e gostei das drogas e a minha mãe mandou chamar, de criação, mandou chamar eu, aí eu disse que não ia não. Passou um bocado de tempo aí eu vi filho dela lá, aí ele disse: mãe tá chamando pra você ir em casa. Eu disse: vou nada! Quando eu fui lá na casa dela, fui lá de noite, peguei só umas roupas que tinha lá, sabe? Ela disse assim: quer uma chance? Eu disse: quero não, quero não. Peguei e saí. Aí nesse dia comecei a roubar, fazer esses negócios.” (Jó - 18 anos)

Percebe-se, então, um controle familiar sobre os jovens infratores do Lar do Garoto antes de sua internação, com a presença de limites que constroem um ideal de total liberdade por parte destes jovens.

As queixas dos jovens infratores são compartilhadas por todos os grupos juvenis. Um ideal de liberdade total é cultivado pela juventude, o que vai diferenciar os grupos juvenis e seu desejo de liberdade é o contexto no qual estão inseridos e os meios utilizados para conquistar seu ideal. No caso dos jovens infratores, o desejo de liberdade está em ter o tempo livre para “curtir”, como será mais bem explorado adiante.

Assim, estudar, trabalhar, estarem limitados pelos pais quanto à sua permanência na rua, tudo isso vai de encontro a esse desejo de “curtir a vida”. Desse modo, os jovens buscam quebrar certas regras estabelecidas pelos pais e, em face de um contexto de pauperização no qual estão inseridos, terminam por enveredar no mundo da delinqüência.

Vale ressaltar que esses jovens também estão imersos no desejo de consumo de símbolos juvenis, tais como: o tênis, o jeans, os shows etc, os quais traduzem o “curtir a vida” que ambicionam. Isso encontra obstáculos num diálogo tenso com os pais, representantes, para os jovens, de um tempo ultrapassado, já que eles se vêem como arautos de um novo tempo.

Sendo assim, as condições sócio-econômicas desfavoráveis associadas ao desejo desses jovens de “curtir” a vida fazem com que esses jovens busquem na rua e na delinqüência um meio de satisfazer seus ideais.

Cabe, então, refletir sobre vida dos jovens infratores antes de serem internados sob o ponto de vista da escolarização.

Escolarização

De acordo com Silva e Gueresi (2003), a maior parte dos adolescentes privados de liberdade no Brasil não freqüentava a escola quando praticou o delito (51%) e não trabalhava (49%), sendo que, entre os que trabalhavam, cerca de 40% exerciam ocupações no mercado informal. Além disso, em relação ao grau de instrução, observa-se que 89,6% dos adolescentes internos não concluíram o Ensino Fundamental, apesar de estes se encontrarem em uma faixa etária (16 a 18 anos) equivalente à do Ensino Médio. Cabe notar, também, que existe entre esses adolescentes uma proporção ainda significativa de analfabetos, em torno de 6%, que 2,7% terminaram o Ensino Fundamental e 7,6% iniciaram o Ensino Médio.

Os jovens internos do Lar do Garoto abandonaram a escola e nenhum chega a ter o ensino médio completo. A maioria sequer completou o ensino fundamental.

“Fiz até a quarta. Era bom, eu ia à escola pra ver se aprendia, aí de repente já não queria ir mais, o cabra faz coisa errada e cai num negócio desse aqui.” (Batoré -17 anos)

“Fiz só até o primeiro mesmo. Eu ia só pra brigar e dormir na escola. A escola era bom, os aluno lá, as meninas.” (Duda -16 anos)

“Fiz até a primeira série porque toda vez que eu ia desistia de ir e ia andar no meio da rua. Sei lá. Preguiça de estudar.” (Nino -16 anos)

“Eu tava aprendendo a ler já, comecei na primeira, aí segunda, tava aprendendo a ler que só, aí não me interessei não joguei tudo fora, quando eu fui pra casa era uma bagunça amuada. Eu ia lá e: professora eu vou aqui, na hora do recreio, aí ia lá pra trás e apertava o baseado e fumava. Olha o tamanho da faca, de dez assim, andando com ela normal e fumando, eu ia pra sala de aula. Eu ia pra sala de aula armado, sabe? Mas nunca furei ninguém não, que eu nunca tirei sangue de ninguém. Pode algum bicho querer furar o cara, eu andava com a faca, quando não era com a faca era com o facão na cintura. Aí eu pegava e saía da sala de aula e ia fumar o bagulho, chegava na sala de aula a professora: oxe, o que isso heim, tá bêbado é? Não! E eu agoniado. Daí eu me revoltei.” (Jó - 18 anos)

O trabalho prematuro desses jovens implica geralmente a impossibilidade de escolarização ou, no melhor dos casos, a sua interrupção. Todos os jovens internos do Lar do Garoto já tiveram alguma experiência de trabalho, como será colocado adiante.

Outra questão a ser destacada é que, como aponta Queiroz (1987), a própria escola, mal preparada para atender às necessidades desses jovens, oferece pouco estímulo para mantê-las em classe, especialmente no caso de elas terem dificuldade de aprendizado e tornarem-se alunos repetentes.

Segundo Sposito (1994), o processo de socialização do jovem sob o ângulo da escola produz novo conjunto de relações marcadas pelo seu aspecto tenso e descontínuo, sendo a primeira expressão dessa incongruência o desencontro entre as esperanças construídas pelas famílias em torno do valor da escola e as aspirações juvenis, produzidas em um ambiente não mais colorido pela crença nos benefícios imediatos da instrução para a ascensão social e melhoria das condições de vida, tão importantes para a geração anterior.

Sendo assim, a eficácia da escola como instituição socializadora é bastante reduzida, como pode se perceber através dos relatos dos jovens infratores do Lar do Garoto ao falarem de sua vida antes de serem internados. Além disso, também é possível colocar o quase absoluto insucesso da escola na transmissão do conhecimento para os setores desprivilegiados da população.

Desta feita, tanto pela ausência, como pela sua incapacidade em atender às suas aspirações, a escola, para Sposito (1994), tende a ocupar um espaço menor no âmbito da socialização dos jovens, sendo incapaz de estruturar relações sociais duradouras e significativas.

Os dados aqui colocados mostram que os jovens, antes de serem mandados para o Lar do Garoto, confirmam a tese da autora supracitada. No entanto, como será tratado no capítulo seguinte, após a entrada e vivência no Lar do Garoto, esses jovens passam a ter uma visão diferente da escola.

Nesse sentido, Minayo et al (1999) coloca que a escola é encarada pela sociedade das mais diversas formas. Para os idealistas é uma instituição idônea para a formação do caráter e preparação para a vida. Para os céticos e para os que têm uma visão reprodutivista da realidade, trata-se de uma instituição que deveria ser denunciada pela função de perpetuar o status quo da dominação e da desigualdade. Para outros, menos pessimistas e mais realistas, ela ao mesmo tempo reflete as condições sociais e terá a potencialidade de contribuir para transformá-las na medida em que se dedicar ao crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens.

Assim, a autora supracitada afirma que apesar de toda a diversidade de opiniões e das crises por que passam as instituições de ensino do Brasil, o papel que a escola desempenha é considerado socialmente fundamental, e nunca essa convicção foi tão forte na sociedade brasileira, em todas as classes sociais, tendo em vista a necessidade da educação formal para atender às novas exigências do mercado de trabalho e de atuação no mundo globalizado. Entretanto, as demandas mais exigentes do mercado de trabalho se contrapõem aos precários índices de escolaridade ainda existentes no país. Tal contraposição se reflete nos dados colocados a respeito da escolaridade entre os jovens internos do Lar do Garoto.

As visões sobre a escola por parte dos jovens internos do Lar do Garoto, então, oscilam. Antes de serem internados, os jovens infratores não demonstravam interesse pelos estudos e viam a escola como um lugar apenas para “passar o tempo” e aonde iam para satisfazer às exigências dos pais. O interesse dos jovens infratores estava mais voltado para os ganhos que podiam auferir na rua, tanto materiais como subjetivos. Os ganhos materiais estavam voltados para o que podiam ganhar com pequenos furtos para comprar drogas e outros artigos de consumo como roupas, ingressos de shows, bebida etc. Os ganhos subjetivos estavam ligados à satisfação de no espaço da rua poder exercer a sua liberdade.

Depois de serem internados, os jovens infratores passam a ver a escola e os estudos como valor, como meios de oportunidades de vencer na vida, na medida em que a partir daí podem ter acesso ao aprendizado, ao enriquecimento da vida, a conteúdos programáticos que julgam necessários ao seu desempenho na sociedade.

Assim, também é importante destacar aqui como o trabalho permeou a vida dos jovens internos antes de serem internados no Lar do Garoto.

Trabalho

Outra questão que merece ser tocada aqui se refere ao fato de que todos os jovens infratores já tiveram alguma experiência de trabalho. Entre os mesmos as atividades desenvolvidas estavam voltadas aos trabalhos rurais ou ao setor de serviços e estavam voltadas à ajuda no sustento da família e/ou ao consumo pessoal. Assim, entre as atividades desenvolvidas tem-se o comércio de frutas na feira, o ofício de mecânico, engraxate, serigrafista, vendedor de roupas e de sapatos etc.

“[Tu já trabalhou?] Só uma vez mesmo, passei um mês trabalhando e desisti. [Trabalhou em quê?] Serigrafia. Aí eu passei um mês e desisti, deu preguiça e sai. Eu ganhava trinta e cinco por semana. Trabalha só de manhã e de tarde, trabalhava assim dentro de uma casa, era bom, mas sei lá... o cara tem preguiça.”
(Fafá - 16 anos)

“[Tu já trabalhou?] Só engraxando sapato. Quando eu era pequeno e antes de eu vim pra cá, pra ganhar dinheiro pra dar pra minha mãe e sustentar meu vício.”
(Duda - 16 anos)

“Eu trabalhei, trabalhei cortando mato, coisando assim pra vaca, cortando mato. Saia no meio da rua com uma serra ou então com uma faca cortando com uma carroça e trazendo. Aí esse serviço não deu pra mim não porque é pesado demais, isso é serviço de doido, aí deixei não dá pra mim não que é pesado demais, se queixei demais, achando pouco, mau demais, se corta todinho, tanto faz cortar como se coçar. **[E tu trabalhava porque?]** Pra ajudar em casa, porque em casa só tem minha mãe, quando não tem minha mãe tem eu assim quando eu tô fora, pra botar comer pra dentro de casa, porque é meio ruim.” (Lelo - 16 anos)

“[Tu já trabalhou?] Já, lá mesmo onde eu moro, assim, vendendo sapato, vendendo na feira todo sábado e domingo. Não assim, porque às vezes tem uma festa assim e tá pedindo dinheiro toda hora não dá, pra também corre atrás né, não só ficar parado e querer na mão e trabalhar também pelo menos já é uma ajuda pra pessoa, a pessoa com o dinheiro na mão é melhor ainda, porque tá pedindo a mãe da pessoa, às vezes a mãe da pessoa nem... né, tem condições, mas pelo gosto da pessoa dar e tal, mas isso é assim mesmo.” (Rada - 17 anos)

O tipo de trabalho desempenhado pelos jovens infratores antes de serem internados no Lar do Garoto é de baixa qualificação e o salário pago é irrisório. Muitas vezes, como mostra Queiroz (1987), isso faz com que os jovens procurem uma remuneração melhor nos chamados “biscates”, atividades tangenciais aos chamados “atos anti-sociais”.

Como mostra Sposito (1994), as esferas de socialização advindas do mundo do trabalho cedo penetram e podem influenciar a condição do jovem e interferir tanto na dinâmica familiar como no padrão de interação que ele mantém com o mundo escolar. Porém, embora a constatação de que a atividade remunerada seja uma realidade para grande parcela dos jovens brasileiros, inclusive dos jovens do Lar do Garoto, não se pode atribuir apenas aos elevados índices de pobreza as razões para a busca do emprego, pois o desejo de maior autonomia (como aconteceu com Heraldo); a liberdade para decidir sobre seus hábitos de consumo e estilo de vida (como aconteceu com Danilo), são fatores que oferecem estímulos suficientes para o ingresso em uma fase bem precoce da vida.

Muitas vezes a inserção no mundo do trabalho é movida pela pressão familiar, tanto para melhorar o nível de subsistência do grupo (como aconteceu com Danilo e Alexandre) quanto para ocupar o tempo ocioso do jovem, freqüentemente despendido na rua (como aconteceu com Fernando). Mas a renda mensal advinda do trabalho, além do auxílio à manutenção familiar, proporciona possibilidades de um tipo especial de consumo não garantido pela família, resultando na adoção de novas indumentárias ou atividades de lazer.

Muitos dos jovens internos afirmaram que trabalhavam para ser “mais livres”. Tal liberdade, por sua vez, significa para eles um poder de negociação maior junto à família para ganhar autonomia nas decisões, sobretudo na decisão de seu próprio consumo.

Esta constatação mostra que os jovens infratores dividem-se tanto pela necessidade de trabalho como algo imposto pela família por problemas materiais objetivos, quanto pela necessidade de trabalho como um processo importante na obtenção e manutenção de sua autonomia.

Assim, trabalhar, receber algum salário, para quem tem uma autonomia apenas relativa, mas está procurando aumentar o grau da mesma, significa liberdade. Está realidade, inclusive, perpassa muitos jovens das camadas pobres da sociedade brasileira. O que os diferencia dos jovens infratores é que muitas vezes o caminho encontrado para essa autonomia advém dos “biscates”, de atos considerados anti-sociais.

Madeira (1997) mostra que o consumo é próprio dos jovens e serve de tema de discussão e disputa permanente no seio familiar. Os jovens infratores não estão excluídos dessa realidade. A disponibilidade que gozam de algum dinheiro significa a possibilidade de maior poder de barganha, de negociação com a família no momento de disputas. A necessidade de ostentar sinais visíveis de pertencer à categoria jovem, sobretudo aqueles veiculados pelos meios de comunicação, é um dos pontos nodais de atrito com a família, fonte de intensos e violentos conflitos. Outro ponto nodal de atrito é aquele que se volta ao consumo de drogas.

Segundo Carlini-Cotrim (2000) o uso de drogas entre os jovens atualmente é tido pela sociedade como algo patológico, quando na opinião da autora deveria ser visto como algo que se origina da curiosidade do jovem, da necessidade deste de pertencer a grupos e, também, do fato de o jovem olhar para a transgressão com certa curiosidade, e o uso de drogas é visto hoje pela sociedade como algo extremamente transgressor.

Desse modo, o trabalho dos jovens infratores com vistas ao consumo de drogas encontra obstáculos dentro de suas famílias, na medida em que os pais não aceitam esse tipo de transgressão, ainda mais quando ela é precedida de uma outra: o “biscate”.

Assim, na visão de Sposito (1994), o reconhecimento de que o trabalho é um elemento que integra a vida dos jovens no Brasil pouco ajuda para a compreensão das relações entre esse mundo e a configuração da identidade, uma vez que a sociabilidade tecida pela mediação dos vínculos com o mundo do trabalho, extremamente diversificado, pleno de situações de instabilidade, tende a exercer menor força na conformação da identidade do jovem.

No entanto, isto parece não acontecer no que diz respeito aos jovens internos do Lar do Garoto. Isto se explica pelo fato de que mesmo tendo tido experiências de trabalho e ainda assim terem ido parar numa instituição correcional, os jovens infratores afirmam o valor do trabalho, no sentido de que é preciso ter uma profissão para seguir a vida de forma digna e honesta.

Aqui também é necessário destacar a vida dos jovens internos do Lar do Garoto no que tange às relações mantidas pelos mesmos em seu cotidiano antes de serem internados como as de namoro e amizade.

Sexualidade

Segundo Duque-Arrazola (1997), a sexualidade é um dos “*modos de existir o corpo*” e de escolha do gênero, conseqüentemente uma das manifestações da identidade. Escolha que implica interpretar e internalizar o feminino ou o masculino no cotidiano sexuado de sua socialização e da experiência de sua sexualidade, o que faz dessa escolha uma das vivências mais imediatas do existir de meninos e meninas.

Assim, no que tange as relações de namoro, é possível perceber que os jovens do Lar do Garoto têm uma sexualidade bastante desenvolvida. A maioria desses jovens iniciou sua vida sexual a partir dos doze anos de idade e tal iniciação aconteceu com “mulheres da rua”. Essas mulheres eram, em geral, adultas e com elas os jovens internos mantiveram encontros apenas com vistas ao sexo. No curso de suas vidas, estes jovens mantiveram relações mais duradouras com garotas de sua idade, as quais tanto faziam parte dos grupos com os quais andavam na rua, quanto eram parentes próximas e de muitas dessas relações duradouras já nasceram filhos.

“Tenho uma mulher. Vivemos juntos, mas quando eu fui preso ela ficou lá. Ela mora na casa de minha mãe. Tinha um filho, mas essa abortou o moleque, ela usou... tomou um negócio que tem lá... um citoteque³³ lá e botou o moleque pra fora. Porque ela falou que não valia a pena não porque eu não tinha emprego e ela era muito nova e a mãe dela ia botar ela pra fora de casa, assim mesmo a mãe dela botou quando soube. Conheci ela numa boate, numa boate que tem. Eu conheci ela em 98. Eu tinha o quê? Uns quatorze anos a quinze anos. Eu gostei dela e fiquei com ela. Ela era moça, eu tirei a virgindade dela e fiquei com ela.” (Batoré - 17 anos)

“Namorada tem não, tenho esposa. [**Tu tem filho?**] Está para nascer. Eu conheci ela lá e através das colegas dela, teve assim um pé, eu me aproximei dela, eu me agradei dela e ela de mim, aí a gente começamos a namorar de uma hora pra outra a gente foi morar junto, né, quer dizer. Faz uns sete meses por aí, nessa faixa.” (Rada - 17 anos)

“[**Tu tens namorada?**] Não. [**Mas já teve?**] Já, tenho até um filho já. É minha prima. Foi, a gente namorou um ano, escondido em casa, aí ela engravidou, aí fomos escondendo né? Ninguém descobriu não, até porque meu pai... ninguém sabia que ela estava grávida não, ela tava grávida, ninguém sabia disso não, pensava que ela era moça, a mãe dela e tudo e ninguém imaginava assim dela não, até porque eu nunca peguei na mão dela, aí ela grávida, a barriga começou, aí descobriram que ela estava grávida, que ela estava com uma dor na coluna, aí levaram ela para o hospital, aí disseram que ela estava grávida, aí pronto foi aquele tumulto, família e tudo, briga pai, briga mãe, discussão vai, discussão vem, aí meu pai se intrigou do pai dela, até hoje são intrigados e toda vida foram unidos, até hoje tem essa mágoa um do outro, já eu me dou bem com meu tio, eu me dou bem e ele não se dá com o meu pai.” (Rico - 17 anos)

Os jovens parecem, então, fazer uma divisão entre as mulheres, segundo a qual existem “as mulheres da rua”, com as quais só se deseja o prazer sexual e as “boyzinhas”, que são as garotas de sua idade com quem desejam além do sexo, uma relação estável e duradoura.

“Gostaria de ser um menino direito, trabalhador, arrumar minha boyzinha e ficar bem sossegado, meu empreguinho que é para manter a família, poder ajudar minha mãe, meus irmãos, só isso que eu queria.” (Nino – 16 anos)

Para alguns jovens internos, o namoro aparece como um momento de seriedade e compromisso e muitos afirmam que ao sair do Lar do Garoto desejam constituir uma família, no caso dos que ainda não as têm e de dar uma maior estabilidade à família, no caso dos que já possuem mulher e filho.

Uma questão a ser pensada é que a maioria dos jovens infratores não adota medidas anticonceptivas e também não faz uso de preservativo.

³³ Remédio que pode causar o aborto.

“**[tu já usou camisinha?]** Já não. **[E tu fazia como pra evitar ter menino?]** Fazia não. Eu não ligava pra isso não porque eu pensava que a pessoa pequeno não fazia isso não. **[Tu conhece a camisinha?]** Lá na FUNDAC dava um monte a nós.” (Magrão - 16 anos)

“**[Tu já usou a camisinha?]** Já não. **[Por quê?]** Porque eu não dou valor. Mas os povo fala que é bom, evita muitas coisas. **[Tu sabe que evita filho e doenças, né?]** É, e doenças. Mas na hora o cara não quer usar não. **Ela te obriga a usar?** Não, ela nunca pediu não.” (Batoré - 17 anos)

“No cabaré cheguei lá e começamos a tomar cerveja e eu chamei uma moreninha assim pra nós conversar, aí conversando eu: ei como é o seu nome? Aí ela pá e tal... eu disse: ei quanto é pra nós sair aí hoje? Ela disse: não é dez conto. Eu já conhecia a mulher e nesse tempo eu vendia confecção, vendia roupa. Aí eu peguei fui pro quarto mais ela, cheguei lá aí ela perguntou: quer preservativo? Aí eu disse: quero não! Botei ainda, mas eu não achei muito bom preservativo não, gostei não. **Por quê?** Gostei não, não me dei não de preservativo não. Por que sem preservativo dá mais tesão no cara, eu peguei e tirei e comi ela. Ela dizendo a vida dela a eu, disse que gostou muito deu. Nesse tempo eu tinha o quê? Tinha uns 15 anos de idade.” (Jó - 18 anos)

“**[Tu já transou?]** Já. **[E tu usou camisinha?]** Não. **[Por quê?]** Porque não. **[Mas tu conhece...?]** Conheço. **[Mas nunca teve vontade de usar?]** Não.” (Tatá - 17 anos)

“**[Mas tu já transou?]** Um bocado. **[Mas tu já usou camisinha?]** Em umas sim, em outras não. Usava quando eu tinha e não usava quando eu não tinha. Tinha vez que eu tinha na carteira algumas camisinhas que eu comprava, aquelas de fruta, de morango. Eu comprava quando ia sair com uma menina, eu usava, mas tinha vez que eu saía e me esquecia da camisinha, não tinha, ia de bolo mesmo.” (Raul - 19 anos)

A partir dos relatos acima mencionados é possível afirmar que ainda persiste a ausência de uma educação sexual para os jovens, especialmente para os jovens das classes pobres, tanto no âmbito doméstico, quanto escolar. Já no que toca à responsabilidade dos órgãos governamentais competentes, é possível questionar a qualidade e eficácia das campanhas educativas quanto ao uso do preservativo, especialmente porque, ao que parece entre os jovens do Lar do Garoto, ainda persiste a idéia de que o preservativo prejudica o desempenho e o prazer sexual.

Os jovens infratores não falam sobre sexo, nem com a mãe, nem com o pai, nem com irmãos. Quando o fazem, afirmam eles, é entre os “amigos da rua”, mas isso não se dá frequentemente.

Na escola também este assunto não era discutido, nem com as professoras nem com os professores. Quando começaram a ter relações sexuais, os jovens infratores trocaram confidências com os “amigos de rua” mais próximos.

Sendo assim, ainda que conheçam a necessidade do uso do preservativo, isso não significa comportamento seguro entre os jovens infratores, uma vez que a maioria não se previne ou pelo fato de considerar o seu uso incômodo ou por falta de dinheiro para comprá-lo ou mesmo por desinteresse.

Percebe-se que o uso do preservativo não acontece entre a maioria dos jovens infratores nem para evitar a contaminação de doenças sexualmente transmissíveis nem como medida contraceptiva.

Esta realidade vivida entre os jovens infratores do Lar do Garoto corrobora com os dados apresentados por Azevedo (1998) em sua pesquisa sobre “as diferenças de gênero na vulnerabilidade da infecção do Hiv/Aids em meninas e meninos adolescentes detidos na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo – FEBEM”.

Em sua pesquisa, Azevedo (1998) mostra os seguintes dados entre os jovens internos da FEBEM/São Paulo:

Participação

	sexo feminino ♀	sexo masculino ♂
Fizeram Exame Sorológico	87	1112
Responderam o Questionário e do Grupo Focal	93	1122

Uso de Camisinha

	♀	♂
responderam	76	986
sempre usam	15	177
nunca usam	61	809

Por que não usam camisinha?

♀	♂
Eu ACREDITO nele	Eu não gosto
Eu tenho só UM HOMEM	Com ELA eu não preciso
COMIGO ele não precisa usar	Eu CONHEÇO ela
Eu ESQUEÇO... ELE não gosta...	

É possível afirmar, então, que se está diante de uma realidade onde a prevenção, como mostra Scott, Quadros e Longhi (2002) não se restringe apenas ao aspecto técnico. Em sua pesquisa entre jovens populares urbanos do bairro do Ibura em Recife/PE, os autores apontam que a prevenção abrange tanto à experiência cotidiana dos jovens quanto à sociedade abrangente, bem como não está fixada tão somente no ato sexual, mas envolve a própria história de vida dos envolvidos através dos padrões de masculinidade e feminilidade sobre os quais suas famílias e o grupo social do qual fazem parte se assentam, além do acesso que têm a recursos.

A realidade vivida pelos jovens infratores do Lar do Garoto apresenta uma história de vida onde a falta de diálogo: seja na família, seja na escola; bem como a falta de recursos para adquirir o preservativo; e ainda a falta de atitudes políticas eficazes por parte dos órgãos governamentais competentes no intuito de tornar o uso do preservativo um valor entre os jovens, especialmente de camadas pobres da sociedade; faz com que se possa entender a maneira pela qual os jovens infratores abordam e vivem a questão da prevenção e da contracepção.

Além disso, como também colocam Scott, Quadros e Longui (2002), a prevenção entre os jovens populares urbanos do Ibura em Recife/PE aparece como algo de cuidado e responsabilidade estritamente individuais, de modo que fica ao encargo da família, da comunidade ou dos médicos a culpabilização dos jovens por quaisquer erros cometidos em suas trajetórias individuais.

Isto pode ser notado entre os jovens do Lar do Garoto, na medida em que, segundo estes, seus pais, apesar de não dialogarem sobre o sexo, afirmam que caso aconteça qualquer coisa, concepção de filhos ou contaminação por alguma doença sexualmente transmissível, eles (os jovens) é que terão que assumir a responsabilidade pelos atos que cometerem, “eles têm que se virar”.

Vale ressaltar que entre os jovens internos que já têm filhos, a paternidade parece ter conferido um sentimento de maior responsabilidade diante da vida, na medida em que reconhecem que não é fácil criar um filho e no desejo que manifestam de dar a esses filhos uma vida melhor do que a que tiveram.

“Ah, é um orgulho muito grande, pense! Toda noite eu penso assim, antes de dormir eu vou orar, oro muito a Deus pra ele, pra minha esposa, minha família toda, né? A pessoa ser pai é bom demais, mas o bom não é ser pai, o bom é a pessoa ter a condição de... né?, de criar ele. Mas condições graças a Deus eu tem, se caso não tiver trabalho assim... eu sei que tem, mas minha família mesmo é a primeira que,

minha mãe mesmo disse: olhe quando você sair daí não vai mas andar fora de ordem. Aí eu disse tá certo. Eu tenho fé em Deus que nada disso... eu não vou tá dando desgosto a minha mãe não, dormir tarde, dormir fora de hora, tá na rua.” (*Rada - 17 anos*)

“É legal, né? (risos) É bom, hoje em dia eu sou pai (risos). Sei nem o quê falar porque é legal demais, é bom. Não vi a criança não porque depois que ela ganhou menino eu já tava aqui já. Logo que quando eu vim pra e minha família não tem condições de vim pra aqui, não tem muita condições de vim aqui. Ela já até quis vim aqui mas eu disse não para senhora não gastar, compre isso, aquilo pro menino e tal, não deixe ele passar dificuldade e aqui eu tô bem, tô comendo, tô dormindo. Graças a Deus logo, logo eu tô em casa se Deus quiser.” (*Negão - 18 anos*)

“É bom ser pai, só que a responsabilidade é grande, né? Me sinto responsável pela minha filha. Assim que eu trabalhar, eu vou poder dar as coisas a ela”.(Rico -17 anos)

Tais dados se aproximam da realidade dos jovens populares urbanos do bairro do Ibura em Recife/PE, mostrada por Scott, Quadros e Longui (2002), uma vez que estes autores afirmam que entre os jovens do Ibura a concepção de um filho demarca um momento de passagem. A família, tanto da jovem como do jovem, contribui para a criação do filho, ainda que com certas reservas e críticas manifestas. Desse modo, a nova geração que a chegada do filho representa faz com que haja um reordenamento familiar, onde os jovens passam a ser ver e serem vistos de maneira diferenciada.

Do mesmo modo, entre os jovens do Lar do Garoto a paternidade faz com que eles se vejam como pessoas que devem assumir uma postura mais responsável no sentido da criação dos filhos, e a família também passa a vê-los assim. Essa responsabilidade não chega a ser vista pelos jovens como uma passagem para a fase adulta. Desse modo, para eles ser pai não significa ser adulto. Ser pai significa para os jovens infratores um motivo a mais para que possam recuperar-se e reintegrar-se à sociedade. Isso faz com que afirmem que com sua saída do Lar do Garoto, eles devem procurar ser “homens de bem”, para terem condições de sustentar a família que constituíram.

Resta agora, então, tratar sobre as relações de amizade travadas pelos jovens infratores antes de seu internamento no Lar do Garoto.

Amizade

No que tange as relações de amizade, os jovens afirmam que não possuíam amigos, mas colegas, com os quais se encontravam para “curtir”, “farrar”: são “os amigos da vida ruim”.

De acordo com Fau (1968), o jovem é irresistivelmente impelido para a vida em grupo. Em luta contra a estagnação e a influência retrógrada do meio familiar, em pleno impulso de libertação e individualização, o jovem procura um apoio no grupo. Assim, o jovem tende a se expressar pelo grupo. Isto explicaria, então, o porquê de o grupo de jovens parecer representar uma manifestação de oposição. No entanto, como coloca Fau (1968), trata-se apenas de um fenômeno transitório.

Para o autor supracitado, o jovem elabora sua autonomia e isso em todos os domínios: de início, autonomia intelectual, pois deve libertar-se inteiramente de seu realismo infantil e aprender a julgar as coisas e as pessoas por critérios objetivos; em seguida, autonomia moral, desde que deve julgar o bem e o mal diante de seu tribunal interior, apenas diante de si, sem temer um castigo nem esperar uma recompensa; autonomia afetiva, uma vez que deve, paralelamente à sua evolução sexual, orientar sua afetividade para o futuro, libertando-a por completo dos laços familiares da infância.

Na perspectiva de Fau (1968), se é verdade que a existência humana é inteiramente consagrada à construção dessa autonomia, não sendo concluída até seu último dia, também é verdade que é durante a juventude que o indivíduo realiza sua essência. É na procura de sua autonomia interior, independente das circunstâncias, que o jovem percebe a necessidade imperiosa de se agregar a um grupo. Por isso é que a adaptação ao grupo na juventude é necessária, mas também transitória.

Sendo assim, através do grupo o jovem busca a sua autonomia, ainda que o abandone ao atingi-la: a noção de autonomia e a de um grupo não são contraditórias. O indivíduo, tornado autônomo, estabelece contatos sociais de caráter universal e não sente mais a necessidade de se limitar ao mundo restrito do grupo. A aquisição da autonomia individual tira ao grupo seu dinamismo.

Além disso, para Fau (1968), o grupo de jovens representa a expressão positiva da agressividade. Essa agressividade, individualista na criança, é grupal no jovem. Tal característica revela o caráter socializador do grupo ao absorver a agressividade individual de seus membros. É por seu dinamismo de oposição que ele confere ao

jovem a serenidade que lhe é necessária e é sob sua proteção que o jovem pode desenvolver sua autonomia.

A realidade dos jovens infratores do Lar do Garoto mostra que antes de serem internados, viviam a experiência do grupo no espaço da rua. Desse modo, o espaço da rua era por excelência o local de encontro dos jovens infratores com seus “amigos da vida ruim”. Nesse espaço esse grupo de jovens compartilha valores, vivências e expressam sua busca pela autonomia em relação à disciplina familiar. Na rua, esse grupo de jovens cheira cola, pratica os “biscates” e anda junto. Tais práticas revelam-se na forma pela qual os jovens expressam seu desejo por liberdade, ao irem de encontro com os preceitos da família e da sociedade abrangente.

“Colega, amigo o cara.... Não porque amigo a pessoa não tem não, tem colega, porque amigo só tem Deus mesmo, amigo do cara. Uns cara lá. Mora perto lá de casa, longe, de todo canto. Nas festas, quando eu tava fumando aí começou a conhecer, sabe? Pronto fui conhecendo, até hoje conheço tudinho. [**O que vocês mais gostavam quando estavam juntos?**] Ah! De fumar maconha, beber, farrar, curtir mesmo, se juntava cinco ou seis e ia curtir sábado e domingo, só chegava na segunda em casa. Só pra isso mesmo, sair.” (Fafá - 16 anos)

“E aqueles amigos de antes da vida errada, aqueles não são amigos, são colegas. Não podemos nem julgar e dizer amigos, e sim, colegas. Eu comecei a me envolver com doze anos, comecei a conhecer, andar com eles e tudo, um relacionamento de colega, né? Comecei a me envolver e cheirar tiner e depois fui pra cola, depois acabei usando a maconha, usando o rupino³⁴. Tinha um pessoal lá na frente lá de casa, um jovem, hoje ele parou de se envolver com esse negócio de droga, ele cheirava muita cola. Então me chamava pra ir pra lá e eu ficava sentado na calçada, vendo e tudo, e a gente ficava muito junto. Então eu comecei a cheirar e ficar mais perto, aí fui começando a me envolver mais e mais, aí comecei a pedir: olha não dá pra você arrumar um cigarro, comprar um cigarro. Ele começou a comprar pra mim e eu me envolver e fumando. [**E o que mais gostavam de fazer juntos quando reunia a galera?**] Fumar, roubar.” (Lito - 19 anos)

A perspectiva de Fau (1968) é corroborada pela a de Groppo (2000), que mostra que a especificidade da juventude na modernidade é a sua adesão prioritária a grupos juvenis informais ou independentes, qualidade que diferencia a maioria dos grupos juvenis modernos dos grupos etários homogêneos das sociedades primitivas, por exemplo.

Assim, Groppo (2000) aponta que nos grupos etários primitivos assim como nos grupos juvenis informais modernos a “panelinha de adolescentes” avalia cada indivíduo por critérios próprios ao grupo – critérios universalistas, diferenciados dos valores

³⁴ Alucinógeno.

familiares. Porém, ao mesmo tempo julga o indivíduo de modo difuso, de acordo com sua personalidade total (como era dentro da família). Mas as semelhanças param por aí, porque o *status* atribuído ao indivíduo no grupo juvenil moderno não lhe garante *status* algum na vida adulta da sociedade (ao contrário dos grupos etários primitivos), pois os grupos juvenis modernos conseguem apenas outorgar papéis sociais com características meramente preparatórias. Ou seja, nos grupos etários modernos, os jovens não obtêm necessariamente *status* pleno através da participação nesses grupos.

Assim, a rua é o ponto de encontro dos jovens infratores e seus “amigos”. Seguindo a perspectiva de Sposito (1994), é possível demonstrar que esses jovens e seus “amigos” encontram na rua um espaço para se reconhecerem enquanto portadores dos mesmos símbolos, que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos, consumo e modos de vida semelhantes.

O grupo de jovens formado pelos infratores do Lar do Garoto pode ser entendido pelo que Diógenes (1998) chama de “galera”. Para a referida autora, a galera é um grupo de jovens que se organiza para ir aos bailes, às praias, para compartilhar músicas, drogas, e aquelas que têm um objetivo explicitado entre seus membros, para o roubo, as brigas entre galeras etc.

Segundo Diógenes (1998), já se observa, desde a popularização dos bailes “funk”, a formação de turmas de jovens que despontavam nos vários “agitos das cidades”. Em meados dos anos 80, de forma mais visível no final dessa década, os bailes “funk” ganham destaque na periferia das cidades. Circunscritos aos espaços segregados das metrópoles, os bailes “funk” ficam relegados à lista de acontecimentos anônimos. No final dos anos 80, os bailes extrapolam os espaços da periferia urbana. É nesse momento que se observa a formação de vários grupos de galeras de jovens, onde o aspecto da rivalidade é marcante. Aí então, eles ganham visibilidade, uma vez que a mídia faz questão de destacar seu aspecto negativo, devido as brigas ocorridas nos bailes.

Passa a ser difundida a idéia não apenas de que o baile “funk” é palco de violência, mas de que as galeras de periferia se formam apenas como um meio para a prática da violência. Esses bailes motivaram a formação de turmas de jovens autodenominadas galeras que, dentro dos “agitos” dos bailes, exteriorizavam a violência que eles traziam há muito dentro de si, e somadas pelos vários espaços da cidade.

Dentro de sua galera, então, os jovens infratores encontram espaço para compartilhar valores que vão de encontro aos cultivados pela família e para buscar a sua autonomia em relação à disciplina familiar. Porém, após seu internamento, os jovens passam a ver seus “amigos” de uma forma negativa, a ponto de coloca-los como apenas “colegas” ou “amigos da vida ruim”.

Desse modo os “amigos da vida ruim” compartilham com os jovens infratores de um momento particular de suas vidas. Após o internamento, os jovens infratores mudam seu cotidiano e sua visão de mundo. Tal mudança é operada pelo disciplinamento sob o qual vivem no Lar do Garoto e pelo desejo de recuperar-se e de reintegrar-se à sociedade.

A partir da reflexão feita até aqui sobre a vida dos jovens infratores do Lar do Garoto antes de sua internação, é possível compreender o contexto sócio-econômico e cultural no qual estavam imersos. Entender tal contexto é importante na medida em que revela subjetividades que expressam a busca dos jovens infratores por sua autonomia.

Sendo assim, é possível colocar que antes de seu internamento os jovens infratores buscaram a sua autonomia rompendo com as regras estabelecidas no âmbito familiar, escolar e social mais abrangente através da vivência na rua.

Suas condições sócio-econômicas contribuíram para as trajetórias de vida seguidas pelos jovens internos, os quais terminaram por adentrar no mundo da delinqüência. Assim, sabe-se que a busca por autonomia é característica das juventudes. No entanto, a juventude vivida pelos infratores do Lar do Garoto tem como especificidade a busca pela autonomia, onde a violência surge como uma marcante. Antes do internamento essa busca pela autonomia dá de encontro com o ingresso no mundo da delinqüência. Após o internamento, a busca pela autonomia se dá no sentido da recuperação e da reintegração à sociedade.

CAPÍTULO V

A VIDA NO LAR DO GAROTO

Institucionalização, Disciplina e Panoptismo

Com *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) demonstra o nascimento da prisão no século XIX, como uma instituição de fato. Esta surge sem uma justificação teórica, aparecendo num determinado momento como necessária na construção da rede do poder para controlar todas as formas de ilegalismos, dividindo e opondo uns aos outros.

Neste sentido, Foucault (1987) afirma que na sociedade do século XIX o corpo adquire um significado totalmente diferente e deixa de ser aquele que deve ser atormentado para converter-se em algo que há de ser formado, reformado, corrigido, um corpo que deve adquirir aptidões, receber certas qualidades e qualificar-se como corpo capaz de trabalhar. Vale ressaltar que, para além de que todas as instituições que conformam esta rede são especializadas, o funcionamento de cada uma supõe uma disciplina geral da existência que supera amplamente as finalidades para as quais foram criadas.

Com efeito, ao empreender o trabalho de recompor os discursos, tanto aqueles que vêm da prisão, que são elementos constituintes do seu funcionamento, quanto os que a ela se referem, o que mais ocupa Foucault (1987), evidentemente, é a explicação de como o poder atravessa o conjunto da sociedade através de procedimentos de disciplina que reprimem os corpos dos indivíduos.

Ao afirmar que as instituições não têm essência ou interioridade, nem são fontes de poder, sendo, porém, práticas, mecanismos operatórios que fixam relações, Foucault (1987) observa que elas têm necessariamente dois pólos, ou dois elementos: aparelhos e regras. O pólo negativo compreende a tática do poder em sujeitar e reprimir; o pólo positivo consiste em produzir, mobilizar tipos de forças que constituem o poder, provocando um corpo-a-corpo. Quanto mais poder conseguir produzir, mais deverá sujeitar e gerenciar. Nesse confronto retira-se um efeito útil, uma notável solução, diria Foucault (1987): o aparecimento da disciplina. A

disciplina dissocia o poder desse corpo-a-corpo e reduz o perigo da inversão de um equívoco dessa polarização.

O nascimento da disciplina, da arte do corpo, forma um vínculo que, no mesmo mecanismo, faz o corpo tanto mais obediente quanto mais útil. A disciplina fabrica assim corpos submetidos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos de utilidade) e diminui essas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: dissocia o poder do corpo; de um lado, faz deste poder uma “aptidão”, uma “capacidade” que trata de aumentar, e muda, de outro lado, a energia, a potência que dele poderia resultar e a converte em uma relação de sujeição estrita.

O *poder disciplinar* dos tempos modernos inaugura um castigo silencioso que opera com a finalidade de produzir corpos domesticados. Esta nova tecnologia de poder obedece a uma causalidade múltipla. Uma economia voltada ao crescimento das forças produtivas e ao incremento demográfico do século XVIII plantou um duplo problema: o ilegalismo dos corpos abrange os bens (delinqüência) e irrompe a ameaça da perda do controle das vias técnicas penais de enclausuramento.

No final do século XVIII e início do século XIX, então, prisão passa a difundir-se em todas as direções, por efetuarem-se em alto grau as exigências do diagrama de disciplina. Esse período Foucault (1987) denomina de sociedade disciplinar, pois traz como características essenciais a distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, classificatórios, combinatórios, isolados, hierarquizados, capazes de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que deles exige. Estabelece uma sujeição do indivíduo ao tempo, com o objetivo de produzir com o máximo de rapidez e eficácia. A vigilância também se expressa como um de seus instrumentos de controle, de maneira contínua, perpétua, permanente.

Ressalta Foucault (1987) que a prisão, nesse momento, remete a palavras e conceitos completamente diferentes, como a *delinqüência*³⁵ e o *delinqüente*, que exprimem uma nova maneira de enunciar as infrações, as penas e seus sujeitos.

Nesse estudo topológico de interrogar as formações históricas, Foucault (1987) descobriu uma engenharia que atravessa quase meio século, praticamente despercebida, enquanto estratégia ou tática de poder. Aparece, contudo, como uma

³⁵ A delinqüência, aqui, aparece como objeto produzido pelas relações de poder-saber da prisão, permitindo a produção de um indivíduo patologizado e moralmente desvalorizado.

mecânica de observação individual, classificatória e modificadora do comportamento, uma arquitetura formulada para o espaço da prisão, ou para outros agenciamentos, tais como: a fábrica, a escola, o manicômio. Essa maquinaria era o *Panopticon*, idealizada por Jeremy Bentham em 1791, e que se tornou o programa arquitetural da maior parte dos projetos de prisão por volta de 1830-1840.

O Panopticon, de acordo com Foucault (1987), era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc.

Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de postigos semicerrados de modo a poder ver tudo, sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo.

Consoante o pensamento de Foucault (1987), Bentham idealizou esta pequena e maravilhosa astúcia arquitetônica para ser utilizada possivelmente por uma série de instituições. O Panopticon é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos - utopia que efetivamente se realizou. Este tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de panoptismo. Vivemos, então, como pensa Foucault (1987), em uma sociedade onde reina o panoptismo.

Com o Panopticon vai se produzir algo totalmente diferente. Não há mais inquérito, e sim vigilância e exame. O panoptismo teve uma tríplice função: a vigilância, o controle e a correção.

Instala-se então para Foucault (1987) como traço característico da modernidade uma *sociedade disciplinar, panóptica*, que tem como objetivo central formar corpos dóceis, susceptíveis de sofrer modificações através de três operações:

- A vigilância contínua e personalizada;
- Mecanismos de controle de castigos e recompensas e;

- A correção, como forma de modificação e transformação de acordo as normas pré-fixadas.

A vigilância, dentro do panoptismo, desempenha um papel destacado, dado que tende cada vez mais a individualizar o autor do ato, deixando de lado a natureza jurídica ou a qualificação penal do ato em si mesmo. Neste sentido, Foucault (1987) fala da *arquitetura da vigilância* que torna possível que uma única “olhada” possa registrar o maior número de rostos, corpos, atitudes na maior quantidade possível de celas. Assim, a tarefa principal que compete à vigilância é vigiar os indivíduos antes que as infrações sejam cometidas, por isso ela é simbolizada por um olho sempre aberto.

O panoptismo, além de ser simbolizado através da metáfora enunciada anteriormente, se corporifica na realidade das diferentes instituições, de modo que Foucault (1987) detalha que existe o panoptismo no nível mais simples e no funcionamento cotidiano das instituições que enquadram a vida e os corpos dos indivíduos: o panoptismo no nível da existência individual.

Assim, o indivíduo pertence a um grupo e este se desenvolve nas distintas instituições que conformam a *sociedade disciplinar*, como a prisão, a escola, o hospital, a fábrica etc. Tais instituições são denominadas por Foucault (1987) como *estruturas de vigilância* e todas têm um fim único ao fixar e vincular os indivíduos a um aparato de normalização dos homens; um objetivo baseado em ligar o indivíduo ao processo de produção, formação ou correção dos produtores que tratarão de garantir a produção e a seus executores em função de uma determinada norma e um efeito comum que é a exclusão do indivíduo.

Sendo assim, considera-se o Lar do Garoto, enquanto entidade correccional juvenil, um modelo de instituição panóptica, o qual reflete a sociedade disciplinar na qual vivemos e que foi enunciada por Foucault (1987). Através da descrição da vida dos jovens infratores após seu internamento, é possível perceber de que maneira e em que sentido se dão o panoptismo e o disciplinamento no Lar do Garoto.

Panoptismo e Disciplinamento no Lar do Garoto

Os jovens infratores do Lar do Garoto julgam a vida na instituição através de um ângulo positivo e de um ângulo negativo. Para eles o bom de estar no Lar do Garoto é

que lá eles têm a possibilidade de estudar, de freqüentar as oficinas profissionalizantes, têm “cama, comida e roupa lavada”, têm a chance de se afastar da “vida ruim” e de se tornar “pessoas melhores”. O ruim de estarem lá reflete-se no fato de estarem afastados da família, é não ter muitas opções de lazer, além de não poderem ir e vir livremente e de terem que obedecer as regras disciplinares da instituição.

“Aqui é mais ou menos, uma parte é ruim, uma parte está sendo bom. Na parte ruim é porque longe da família, estando preso e na parte boa é porque a pessoa está aprendendo mais coisas aqui que não sabia, aprendendo a respeitar os outros né? É, tem comida, tem escola, tem oficina, tem educação física também.” (Magrão)

“A vida no Lar do Garoto nem é boa nem é ruim. O cara aprender, quando tiver na rua, saber conviver com os outros. De bom, o lazer, a escola e as oficinas. O ruim tem porque a pessoa tem que saber pagar o que fez, porque se não souber, aqui dentro faz coisa errada.” (Batoré)

A visão que os jovens infratores apresentam sobre a vida no Lar do Garoto difere da visão de outros jovens internos de outras instituições correccionais juvenis segundo estudos feitos, tais como o de Queiroz (1987), Bonamigo (1998) e Silva e Guerresi (2003). Nestes estudos, os jovens demonstram profunda insatisfação quanto às condições do ambiente físico, quanto ao tratamento dispensando a eles por parte dos profissionais das instituições nas quais estão internados, quanto à qualidade do serviço prestado por estes profissionais dentro destas instituições e quanto ao rigor da disciplina a eles imposta.

Os jovens internos do Lar do Garoto demonstram uma visão contemporizadora de sua realidade dentro da instituição, uma vez que conseguem reconhecer aspectos positivos dessa realidade (diferentemente do que acontece com outros jovens infratores, como os mencionados anteriormente), ainda que durante o trabalho tenha sido possível perceber o descontentamento desses jovens com outras dimensões da vida na instituição, como por exemplo, a sua relação com os monitores, os quais são responsáveis pela aplicação e manutenção da disciplina e da vigilância, ou seja, da ordem interna.

Desse modo, os jovens infratores afirmam no discurso ter uma relação harmoniosa com os funcionários da instituição. No entanto, essa harmonia se dá apenas na medida em que existe “respeito” por parte dos jovens em relação aos funcionários. Aqui, o “respeito” pode ser traduzido em “obediência” às regras disciplinares da

instituição, “educação” no trato com os funcionários, não sendo admitidos comportamentos “rebeldes”: falar palavrão, fazer gestos obscenos, retrucar ordens dadas e principalmente cometer agressões físicas.

“Eu me dou bem graças a Deus com tudinho, respeito tudinho, que é o que eles querem, para ser respeitado, respeito eles e eles nunca me fizeram mal não, agora eu sei, se eu errar, eles vão ter que me punir, porque o trabalho deles é esse.” (Batoré)

“Bem, me trata bem, também eu sou um menino educado, eles mesmo fala.” (Nino)

“Hoje, nessa segunda internação eu me dou bem, né? Muito diferente da primeira, o comportamento, o respeito pra com eles, com os educadores, nesse eu me dou bem.” (Lito)

“Bem, esse é uma coisa que vai pelo comportamento, né? Diz aí que tem marcação, mas não tem marcação, não, eles faz o trabalho deles. O negócio é pelo comportamento da pessoa que eles dá o respeito à pessoa.” (Raul)

“Com os funcionários da casa eu me dou muito bem, graças a Deus eu nunca errei, errei uma vez só, fui pra triagem, e pronto, esse tempo todinho aqui eu nunca errei mais não e eu acho que eles não tem nada mal de mim não, de falar mal de mim não. Sempre aqui dento, eu sempre andei na linha, só faço o que é certo nunca procuro fazer o que é errado. Pronto!” (Negão)

“Bem, tudinho é gente boa. Não tem nenhum cabra ruim, nem um diretor, diretora, não tem nenhum ruim não. O cabra sabendo viver ele trata o cabra bem, agora o cabra não sabendo viver o peso pesa pro cabra.” (Lelo)

A partir do momento em que este “respeito” é quebrado, os jovens passam a estar passíveis de punição: são chamados à atenção no caso de desrespeitos que não cheguem a prejudicar fisicamente nem os funcionários nem os demais internos nem a estrutura física da instituição; vão para o isolamento no caso de agressões físicas contra funcionários e demais internos e quando depredam a estrutura física da instituição.

Vale ressaltar que durante o trabalho de campo pude ficar sabendo de vários incidentes entre os jovens e principalmente os monitores, chegando-se, inclusive, à violência física entre os mesmos. Assim, foi possível constatar que a relação com os monitores é bastante tensa.

A equipe que trabalha no Lar do Garoto é multidisciplinar: é composta pela diretora (nomeada pelo Governador do Estado), pelos técnicos administrativos (funcionários estaduais), pelos oficineiros (prestadores de serviço contratados pelo Estado), pelas educadoras (cedidas pelo Serviço Social da Indústria/SESI), pelo pessoal de apoio – cozinheiras e faxineiros – , pela psicóloga, pela odontóloga, pela assistente

social e pelos monitores (funcionários estaduais). Esta equipe pode ou não funcionar a contento devido, ora à falta de uma coordenação precisa, ora à intervenção inadequada da direção.

O que se percebeu durante o trabalho de campo é que os funcionários são meros executores de ações que visam manter a segurança. Preparar os internos para o mundo de fora significa, neste caso, inculcar-lhes a submissão, desarmá-lo moralmente. Nessa situação em que se encontram os funcionários, vigiados também pelo diretor, pouco mais teriam do que reproduzir o sistema vigente.

Some-se a tudo isso as condições precárias de trabalho nas quais se encontram. Especialmente os oficineiros trabalham com poucos recursos e material limitado para desenvolver o trabalho junto aos internos e ensinar-lhes a contento um ofício. Já as educadoras também não contam com condições ideais de trabalho, uma vez que têm que dar aulas em uma única sala que comporta jovens dos mais variados graus de instrução. Além disso, os recursos didáticos são limitados, podendo contar apenas com quadro negro e giz.

A visão dos internos do Lar do Garoto e sua atitude diante dos funcionários, especialmente dos monitores, demonstram uma equiparação entre a figura destes e a do policial, na medida em que ambos agentes repressores.

Por isso, muitas vezes o contato com os funcionários constitui-se em desafio, ou então, percebendo que é dele que dependem para obter a liberdade, os internos absorvem o discurso disciplinar dos funcionários. Quando isso acontece, o resultado termina por se constituir num discurso mais geral e formador da moral, a qual, como aponta Foucault (1987), é próprio daqueles que convivem em instituições corretivas, sejam eles “disciplinadores” ou “disciplináveis”. Desse modo, esse uso feito pelos internos do discurso dos funcionários é apropriado pelo saber institucional, tal qual sustenta Foucault (1987).

Portanto, os funcionários parecem ser, para os internos do Lar do Garoto, aqueles com quem se deparam na entrada e de quem dependem para ter novamente a liberdade. Neste caso, é possível afirmar que a relação estabelecida entre funcionários e internos no Lar do Garoto, além de tensa, é bastante instrumental.

Os internos aparecem nas falas dos monitores e dos oficineiros com os quais tive um maior contato como aqueles em quem não se deve confiar, e a quem não se deve “dar muita liberdade”. O “dar muita liberdade” aqui, tem o sentido de permissividade e

de intimidade. Além do que, para estes funcionários, os internos também representam o objeto que lhes permite ter uma renda: se não existissem os internos, eles não teriam o emprego que têm, ainda que seja mal remunerado. A submissão dos internos à disciplina é sua fonte de renda.

O trabalho dos funcionários está, então, condicionado pelas diretrizes gerais, as quais devem obedecer, o que não quer dizer necessariamente que não tentem novas opções e que por vezes demonstrem prazer no que estão fazendo, o que aconteceu, por exemplo, durante os festejos em comemoração ao Dia das Mães, quando presenciei e participei da alegria dos internos e dos funcionários na preparação, organização e comemoração da festa.

No entanto, isto também não significa aceitabilidade de propostas que impliquem uma certa flexibilidade das normas disciplinares. Assim, existe por um lado a prática institucional e por outro o discurso. Estes são distintos, mas interdependentes.

Nesse caso, os funcionários diferenciam-se dos internos por uma relação de poder que exercem em função da hierarquia institucional. Tal relação de poder é exercida em período integral, uma vez que são eles quem convivem o cotidiano, e assim, tornam-se para os internos a parte totalizante da vida institucional.

A partir deste tipo de relação mantida dentro do Lar do Garoto, os jovens infratores passam a reproduzir o panoptismo institucional na medida em que demonstram através de suas falas que “é preciso saber viver” na instituição. Do contrário, estarão sujeitos a certas penalidades. Desse modo, é preciso demonstrar bom comportamento para que se possa estabelecer uma relação segura entre eles e os funcionários, especialmente os monitores.

“Na rua o cabra não tem negócio de uma pessoa dizer faça isso e o cara não fazer e aqui não o cabra vai aprender a fazer o que eles querem aqui, vai a aprender a se comportar.” (Tatá)

Outro ponto a ser destacado no que tange a vida dos jovens infratores no Lar do Garoto se refere à sua participação nas oficinas. Estas são ministradas pelos chamados “oficineiros” e estão voltadas tanto para atividades profissionalizantes como para atividades artísticas. Desse modo, existem as oficinas de tecelagem, computação e cerâmica, bem como as de pintura e a de música. Os jovens não são necessariamente

obrigados a participarem das oficinas. Contudo, existe um “estímulo” por parte dos oficinairos e da direção no sentido de que eles o façam.

Assim, todos os jovens do Lar do Garoto participam de oficinas oferecidas dentro da instituição. Em suas falas, o aprendizado nas oficinas aparece como algo importante no sentido de que possam ter um ofício quando forem soltos e reingressados na sociedade, pois mesmo os que participam das oficinas artísticas são estimulados a aprender para “vender sua arte” fora da instituição.

“Disseram que ajuda muito a oficina, tudo aqui ajuda e eu estou lá, eu faço uns material para eu também vender e comprar uns negócio para eu aqui dentro. Aprendendo eu posso até fazer na rua se eu me interessar.” (Magrão)

“Eu não sabia nem mexer em tecelagem, fazer lençol, fazer nada e agora eu devido estar lá, eu aprendo fazer lençol, coberta, eu acredito que se na rua tiver uma oficina daquela, eu já sei fazer alguma coisa.” (Batoré)

“O menino [oficineiro] lá me chamou pra eu ir freqüentar lá, pra desenvolver a minha mente, né? Eu acho. Porque eu fico mais esperto porque a pessoa quando começa a mexer com computador é mesmo que tá mexendo com a mente e botando pra frente e arrumando mais coisa de bom pra dentro da mente.” (Nino)

Desse modo, é possível afirmar que ao mesmo tempo em que se desenvolve um preenchimento de tempo diário dos internos, a instituição faz com que se desencadeie um mecanismo ideológico para o exterior, o qual dignifica sua imagem. Para os familiares ou responsáveis, os internos estão aprendendo um ofício. O mesmo é dado a entender ao resto da sociedade, através do que é passado pelos meios de comunicação. Porém, se eles aprendem uma atividade, não aprendem como comercializá-la.

O trabalho realizado nas oficinas acaba sendo a chave para que se possa entender o porquê das falhas nos mecanismos corretivos. Pois, o sistema de valores, que acredita-se que esteja sendo inculcado nos internos, fundamenta-se sobre a idéia de trabalho como elemento natural à obtenção de uma fonte de renda e da subsistência.

“Eu gosto de fazer, tá pintando, tá mexendo. Pode me trazer, pode me ajudar com um emprego, né? Tanto eu posso ganhar sozinho fazendo isso pra vender, como posso arrumar um emprego.” (Rico)

Assim, tal idéia sobre trabalho que é inculcada nos internos ainda é seguida por uma outra: a de que o trabalho, ao garantir uma renda e a subsistência, irá dignificá-los, torná-los “pessoas melhores”, “homens de bem”. Vale ressaltar que o trabalho como

meio de elevação moral do homem é um preceito amplamente contestado pelos teóricos marxistas, sejam eles mais ou menos ortodoxos, uma vez que está apoiado num princípio ideologizante, o qual é permeado pela dominação.

Logo, a realidade vivida pelos os jovens do Lar do Garoto mais uma vez parece estar de acordo com as normas do sistema panóptico praticado na instituição. Isso porque os jovens passam a afirmar e a reproduzir um sistema de valores e um saber fundado sobre uma idéia que não apresenta uma diretriz efetiva de promoção da melhoria de vida.

O que se percebe é que, no que tange ao trabalho, o esforço está voltado eminentemente à ocupação do tempo ocioso do qual os internos dispõem. O valor então, está na máxima: “mente ociosa é oficina do diabo”, tal qual ouvi por parte de um dos oficineiros. O mesmo acontece em relação à visão que os jovens infratores têm sobre a importância do estudo.

De acordo com a legislação internacional, que estabelece que “qualquer adolescente em idade de escolaridade obrigatória tem direito à educação adequada às suas necessidades e capacidades, com vistas à preparação da sua reinserção na sociedade”³⁶, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como obrigatórias as atividades pedagógicas durante a aplicação da medida de internação³⁷, além de garantir como direito do adolescente privado de liberdade receber escolarização³⁸.

Em sua pesquisa sobre a situação do atendimento institucional no Brasil aos adolescentes em conflito com a lei, Silva e Guerresi (2003) apontam que na avaliação dos diretores de unidades sobre a educação escolar oferecida, a maioria dos itens foi considerada adequada, com exceção da capacitação específica dos professores para o trabalho com adolescentes em privação de liberdade, que 59% consideraram insuficiente, ainda que 79% os tenham considerado qualificados. Os educadores são qualificados, mas não estão preparados para lidar com esses adolescentes: têm medo, não conhecem o ECA e não têm informação sobre as questões de segurança.

No Lar do Garoto, a educação escolar oferecida é bastante deficitária. Um dos primeiros problemas diz respeito ao espaço físico. Há apenas uma sala para que todos os internos tenham aula. Nessa sala, diariamente de segunda a sexta, todos os internos são

³⁶ ONU, 1990, item 38.

³⁷ Cf. Lei n o 8.069/90, art. 123, parágrafo único.

³⁸ Cf. Lei n o 8.069/90, art. 124, inc. XI.

reunidos num só horário para a realização das aulas do supletivo, tendo estes jovens graus variados de instrução entre si.

Outro problema está relacionado com a inadequação das atividades escolares a essa população específica. Não existe um planejamento de aulas condizente com o contexto no qual os internos estão inseridos. O ensino oferecido na instituição é tradicional, mesmo sabendo que a maioria dos jovens internos já abandonou a escola há muito tempo.

Sendo assim, os internos avaliam o estudo como de grande importância diante da realidade em que vivem, ainda que percebam as deficiências da educação escolar que lhes é oferecida.

“O estudo é bom. Se a pessoa se interessar muito aprende. Sair daqui e começar a estudar lá fora e aprende mais ainda. Os estudos é muito importante, é bom, mas aqui dentro também... Na sala de aula tem uma bagunça do caralho.” (Magrão)

Para os internos, ainda que o ensino seja de má qualidade, o fato de estarem longe da rua e de tudo o que ela carrega para eles, tendo em vista suas trajetórias de vida: drogas, furtos, bebida etc, já é em si um fator favorável para que possam aprender a partir do ensino que o Lar do Garoto tem para oferecer.

“Eu acho bom o estudo aqui dentro, eu aprendi mais aqui dentro do que lá fora estudando, algumas coisas. Lá fora eu não me interessava muito não, drogado assim... não ligava muito não, aqui dentro, não, o cabra vai normal, quer aprender mais pra quando chegar lá fora estudar, por isso que eu acho o estudo melhor aqui dentro do que lá fora, aprende mais. Ficar mais melhor, o cabra quando tiver de maior arrumar um emprego na vida e o estudo vai adiantar várias coisas”. (Fafá)

Vale salientar que também existe a percepção por parte de alguns internos de que é melhor estar estudando do que estar sem fazer nada. O estudo aparece, entre estes, como algo apenas para “passar o tempo” ou “para não ficar sozinho”. Desse modo, não importa a qualidade do ensino, mas a função de preencher o tempo ocioso que ele exerce.

“Aqui dentro o estudo vai pra quem quiser ser alguém na vida, se não quiser estudar, não estuda não, mas quem quer estudar. Tem muitos internos, aí vai pra sala de aula para não ficar trancado, mas não vai pra estudar, fica bagunçando..” (Raul)

“O estudo aqui é um estudo fraco, mas em compensação você se interessa mais porque você aqui não faz nada, né? Aí você se dedica ao estudo.” (Rico)

Desse modo, os jovens internos acreditam que, dedicando-se aos estudos durante sua permanência no Lar do Garoto, vão ter condições e estarem aptos a conseguir um emprego após serem postos em liberdade.

“Eu vou tentar estudar aqui pra formar minha família, ter meu emprego, minha moradia e ser alguém na vida e não o que eu era antes.” (Raul)

“Eu estou conseguindo terminar meus estudos, que é assim que é lá fora, né? Lá fora eu vou precisar dele, pra arrumar um emprego, pra meu próprio saber, né? É bom”.(Rico)

Portanto, assim como acontece em relação ao trabalho nas oficinas, os internos valorizam o estudo no Lar do Garoto na medida em que o vêem também como um meio para alcançar a dignidade pessoal.

“Por aqui o cara já está estudando aqui dentro, sai na rua e pensar que quando eu estava no Lar do Garoto eu estudava, que lá eu estava preso porque eu não vou estudar solto? Vou estudar para ver se eu sou alguma pessoa na vida.” (Batoré)

Vê-se, então, que os jovens internos apresentam uma visão aproximada no que diz respeito tanto ao trabalho quanto ao estudo no Lar do Garoto. É possível afirmar que esta aproximação se dá devido ao fato de estarem relacionadas com o sistema de valores difundido na instituição.

O discurso institucional mantido tanto pela direção quanto pelos funcionários é construído com base no valor do trabalho e da educação como caminhos para ascensão social e para a dignificação pessoal. Vale ressaltar que, na prática, nem as condições de trabalho nem as condições de ensino oferecidas aos internos são condizentes com aquilo que é apregoado por tal discurso.

Sendo assim, é possível colocar que tanto o trabalho quanto a educação escolar são mantidos no Lar do Garoto mais como meios de controle, do que como meios de melhoria das condições de vida dos jovens internos. Tal realidade não é exclusiva do Lar do Garoto, tendo sido percebida em outros estudos, como os de Queiroz (1987), Bonamigo (1998) e Silva e Guerese (2003), em outras instituições de internamento.

Outra questão que merece destaque nesta discussão se refere ao lazer desfrutado pelos jovens internos. Desta feita, eles reclamam da falta de opções de lazer³⁹ que

³⁹ Os internos não fazem diferença entre lazer e diversão. Dentro do contexto disciplinar em que vivem, tudo o que foge à rotina das atividades diárias é considerado como lazer e diversão.

preenchem o tempo que dispõem dentro do Lar do Garoto. Aliás, como será mostrado no próximo capítulo, para esses jovens o lazer é um fator importante na sua vivência enquanto jovens.

“Quando o educador físico vem, a gente joga bola e fica só nisso mesmo: oficina, quando algum monitor traz umas fitas de vídeo aí para a gente ficar assistindo. Lá fora a gente tem um monte de coisa para fazer. Se quiser vai a um clube, vai a um baile, joga bola qualquer hora e está solto, vai para onde quiser, mas aqui dentro, né? Só isso.” (Magrão)

“O lazer que a gente tem aqui dentro é o esporte, é a bola, de vez em quando os meninos trazem um vídeo aí pra gente assistir, uma fita um negócio, faz uma brincadeira, um bingo um negócio, sempre tem gente que faz aí. O lazer da gente é o futebol. Lá fora a gente tem vários tipos de lazer pra praticar, tem a piscina, tem várias coisas, é um lazer muito mais melhor.” (Negão)

De acordo com o que percebi durante o trabalho de campo, os internos mantêm-se ocupados com outras atividades para preencher o tempo, como a televisão, que têm horários e períodos determinados para ficar ligada. Mas o que é marcante em seu dia-a-dia é que vivem entre serviço e ócio, disciplina e reflexão.

Desse modo, as atividades praticadas pelos jovens internos, sejam elas quais forem, se dão sob a coordenação e vigilância dos monitores. A rigidez, como forma de disciplina, entre estes é evidente, haja visto o cuidado que os monitores demonstram ter, o que aconteceu também no momento da realização das entrevistas, as quais foram feitas numa das salas do prédio, com as portas fechadas.

Nesse momento, então, os monitores vieram me falar sobre sua preocupação em me deixar sozinho e trancado com os internos, uma vez que achavam a situação muito perigosa para mim, já que vêem os jovens como um “perigo em potencial”. Na medida em que insisti para que as entrevistas fossem realizadas nesses moldes, os monitores, por sua vez, colocaram-se de vigília pelo lado de fora da sala junto à porta.

A partir desses acontecimentos ocorridos durante o trabalho de campo é possível apontar que existe no Lar do Garoto um processo de “interiorização de valores” baseado na dicotomia certo e errado, sendo esta solucionada pela aplicação de punições. Assim, o certo é a norma. A interiorização dos valores se dá pela formação-punição e não pela informação-formação. Logo, os internos devem depreender que se deve obedecer às ordens do dia porque ordens são ordens. Dessa forma é que a instituição intenta impedir certos comportamentos, uma vez que submetem os internos ao seu “saber” tirando-lhes a possibilidade de contestação e reação.

Disciplinarmente, os jovens internos são distribuídos no espaço do Lar do Garoto, o qual exige muros. Dentro desses muros, cada um deve saber seu lugar e como comportar-se nele. Portanto, existe um espaço arquitetônico de disciplina que dispõe os jovens internos e molda sua visão de mundo. Tal visão de mundo, além de englobar todas as questões discutidas até aqui, também reconhece, ainda no que toca ao lazer, que os muros desse espaço arquitetônico alteram a qualidade do mesmo.

O lazer, então, aparece nas falas dos internos como algo que existe, ainda que haja poucas opções, mas que poderia ser melhor. Para eles o lazer é melhor quando há liberdade, quando podem optar para onde, quando e com quem ir.

“Eu acho que o lazer que existe aqui é o futebol. Só tem diferente lá fora a pessoa é livre e vai para todo canto e aqui a pessoa não tem a liberdade aqui dentro, anda, mas só anda dentro desse muro que nós estamos aqui dentro, desse muro para lá nós não pode passar, só quando tiver liberado.” (Batoré)

“É, porque o lazer daqui tem liberdade, mas não tem aquela liberdade normal, né? E a pessoa se sente mais... assim meio estranho.” (Nino)

“Lazer muito assim eu não tenho não porque eu tô preso, né? Mas pra quem ta preso é um lazer bom. Lazer bom assim é o cabra tá perto de casa, perto da família(riso), poder tá todo dia lá, isso é que é um lazer.” (Lelo)

Os jovens infratores dizem que o lazer que existe dentro do Lar do Garoto se restringe quase que totalmente à prática de esportes, mais especificamente ao futebol⁴⁰. Além disso, os jovens estabelecem uma diferença entre o lazer que têm dentro e fora do Lar do Garoto. Tal diferença se manifesta e é refletida por meio da “falta de liberdade”.

Além disso, é possível afirmar que os jovens infratores consideram o lazer um fator importante para a sua juventude (como será mais bem discutido posteriormente), bem como existe, para eles, uma relação estreita entre lazer e liberdade, de modo que a falta de liberdade faz com que o lazer no Lar do Garoto não seja tão bom, pois os muros da instituição lhes negam a possibilidade de “escolha” daquilo que eles preferem para divertir-se, e assim viverem plenamente a sua juventude.

⁴⁰ Vale ressaltar que durante o trabalho de campo tive oportunidade de jogar várias “peladas” com os jovens internos, o que se revelou um momento de inserção privilegiado, pois durante os jogos pude participar e ouvir conversas entre os meninos que me trouxeram dados valiosos a respeito da convivência com os funcionários do Lar do Garoto, bem como dados sobre o tipo de relação que os jovens mantêm entre si.

Cumpra agora, então, discutir sobre as relações que os internos mantêm entre si no Lar do Garoto. Os jovens internos afirmam que não têm amigos dentro da instituição. Para eles, o que existe no Lar do Garoto são relações de “coleguismo”.

“Amigos? Quando a pessoa se encontra preso, a pessoa não tem amigos, né? Ninguém confia em ninguém, apenas colega.” (Lito)

“Aqui eu não tenho amigos não, só colega, porque a falsidade é grande demais”.(Rico)

Nessas relações de “coleguismo” a proximidade é estabelecida em termos regionais, ou seja, aqueles jovens que vêm de uma mesma região do Estado tendem a se tornarem mais “colegas” por terem maiores afinidades. Assim é que se pode distinguir o “grupo do Sertão” e o “grupo dos campinenses”.

“Tenho mais intimidade com meninos que é lá da minha cidade, né? Conheci eles na Fundac de lá, nós viemos juntos para aqui.” (Magrão)

“Tem uns aqui que são da minha cidade também. Tem mais amizade, conheci eles lá fora também, né? Me aproximo mais deles.” (Fafá)

“Amigo assim eu não tenho não, mas conhecido tem uns quatro que conheci já de longe aí, dá assim pra pelo menos dizer que é um colega. Porque é conhecido é mais fácil, tem como ficar conversando, de onde nós mora, ficar falando dos conhecidos, dos cabra que morreu, esse negócios.” (Lelo)

“De interno eu só tenho um colega, um menino aí que mora perto da minha casa. Porque ele morava lá perto lá de casa, da casa de meu tio aí eu via ele lá e a gente jogava bola junto aí se conheceu.” (Guga)

Dessa maneira, percebe-se que as relações entre os internos, além de se darem pelo “coleguismo”, preferencialmente entre aqueles que possuem uma origem comum em termos geográficos, são marcadas também por uma tendência ao evitamento, uma vez que não há muita confiança entre os jovens internos, bem como a formação de grupos não é bem vista pelos funcionários.

Os internos afirmam que o “ficar em grupos” por muito tempo pode demonstrar entre eles uma provocação, uma medição de forças, uma disputa de poder entre eles mesmos. Logo, dentro do contexto de disciplina em que vivem, possíveis conflitos grupais podem trazer prejuízos e punições, de modo que procuram ser evitados pelos jovens internos.

“Aqui eu não tenho muitos que eu sou muito próximo não, porque eu não gosto de estar muito próximo porque aqui, se a gente tiver com os dois, três, juntos assim, já fica dizendo, fica pensando mal da gente já, pensando que a gente quer arrumar confusão essas coisas.” (Negão)

Já no que diz respeito à impressão dos funcionários quanto à formação de grupos entre os internos, o que se percebe é que eles estão sempre sendo monitorados. Para os funcionários, particularmente para os monitores, a formação de grupos pode vir a criar riscos à ordem interna, na medida em que consideram que, unidos, os internos podem “tramar” atitudes não permitidas dentro de seu código disciplinar, principalmente fugas.

Vale ressaltar que, durante o trabalho de campo, aconteceu uma briga no refeitório durante a formação da fila para o almoço entre internos campinenses contra internos do Sertão. Tal briga se deu devido ao fato de um dos internos campinenses achar que um dos internos do Sertão estava querendo “botar muita banca”, “querendo ser o maioral”, comportamento que não é bem visto entre eles, tendo ido tomar satisfações com ele. Daí, então, a briga começou e cada interno tomou partido por aquele que era seu conterrâneo.

A confusão se formou e os monitores prontamente trataram de abafá-la. Os internos que iniciaram a briga foram mandados para o isolamento e os demais não sofreram punições, mas tiveram a vigilância sobre si aumentada até que o clima entre os internos pareceu ter acalmado.

O relato desta briga me foi feito inicialmente pelos próprios internos, uma vez que a mesma aconteceu quando eu ainda não havia chegado à instituição. Ao chegar foi evidente o clima de tensão tanto entre os internos quanto entre os funcionários. Assim, no dia seguinte pude saber do acontecido através de um dos oficineiros.

É importante registrar aqui a diferença entre os relatos feitos. O relato dos internos foi marcado pela disputa entre os grupos e pela culpabilização dos campinenses em relação aos sertanejos e vice-versa. O relato do oficineiro, por sua vez, foi marcado pela indignação com a demonstração de indisciplina e pela preocupação com o perigo que os internos representam. Desse modo, estes diferentes relatos sobre a briga entre os internos demonstram, também, que na instituição há um “lugar” para cada um: internos e funcionários. Além disso, este “lugar” também implica um determinado comportamento e determinadas expectativas específicas para cada um destes.

Voltando às relações mantidas entre os internos, então, percebe-se que estas se constroem em meio a um paradoxo: os internos afirmam que não possuem amigos, mas

“colegas”. Tais colegas são tanto mais desejados quanto mais a origem geográfica entre eles for maior. No entanto, não existe uma confiança plena entre os internos, ainda que essa proximidade geográfica desdobre-se na formação de dois grupos: os campinenses e os sertanejos.

Tal paradoxo pode ser compreendido na medida em que os internos vivem num contexto institucional disciplinar. Seus comportamentos e escolhas não estão desvinculados do sistema de valores ao qual estão submetidos. Assim, suas atitudes não podem se dar livremente, pois sabem que qualquer atitude que transgrida os códigos disciplinares acarreta uma punição e mesmo o retardamento do final do internamento.

Neste sentido, não é incomum entre os internos a “traição”. Esta se dá uma vez que existem certos “segredos” aos quais os funcionários não têm acesso, mas que ao ter, aumentam os parâmetros de controle sobre os jovens.

“Quando eu cheguei tinha um menino lá da minha cidade aí, conhecia muito ele não, aí eu soube o que ele tinha feito lá e eu disse aos caras [aos funcionários], aí ele pegou inventou mentira deu aos meninos aí, aí os meninos ficaram com raiva d’eu aí.” (Duda)

“Eu tava dando um... um negócio que aconteceu aí, o danado disse que ia botar meu nome no meio, aí quando o monitor descobriu, ele pegou e botou meu nome no meio. Aí eu fui pro isolado.” (Guga)

Dessa forma, alguns internos, no intuito de conseguir certa “simpatia” junto aos funcionários para que estes registrem uma avaliação favorável sobre eles em seus relatórios, passam a delatar os demais. Esta prática, inclusive, é muito mal vista entre os jovens infratores, de modo que o “traidor” ao ser descoberto passa a ser desconsiderado pelos demais.

Queiroz (1987) afirma que existe um sistema de privilégios dentro das instituições de internamento, onde a “traição” figura como um dos mecanismos deste. Sendo assim, tais privilégios alinham-se como um elemento positivo para obtenção da liberdade. Para o referido autor, a margem de manobra por parte do interno se torna positiva na medida em que os monitores passam a ter seu campo de observação ampliado e assim o papel dos internos delatores se torna relevante no encaminhamento das anotações que constituem seu relatório de avaliação.

Além de haver “traições” entre os internos, também existem os roubos. Estes não acontecem com frequência no Lar do Garoto, mas podem ocorrer caso seja possível passarem despercebidos pelos monitores.

“Quando eu cheguei, ele [outro interno] ficava se fazendo que era meu amigo, por isso que eu falo que não tenho amigo, tenho colega, fazendo que era meu amigo, depois de uns cinco ou seis dias por aí, ele mesmo queria me roubar, queria roubar meu tênis, minha sandália. Um tênis que eu tinha ele ofereceu a outro interno e veio pegar dentro da cela para vender a outro interno, aí o outro interno dava valor a eu, aí falou para mim. Aí não roubou por causa disso, mas se o outro interno quisesse ele tinha roubado”.(Raul)

“Um negócio aconteceu aí logo quando eu cheguei, aí eu confiei nele [noutro interno] e na hora ele não se garantiu no negócio dele [não assumiu o furto] e jogou para eu. (silêncio).” (Tatá)

Um outro tipo de relação mantida pelos jovens internos se dá com suas famílias. Após a sua entrada no Lar do Garoto, os jovens internos vêem a família como o lugar do refúgio, da segurança, do afeto, do apoio, acreditando que só “os de casa” é que podem ser considerados “amigos de verdade”.

“Porque amigo é pai e a mãe, agora sim conheci, eu tenho.” (Guga)

“Amigo, a pessoa sabe que é o pai e a mãe. Nenhum nesse problema, você está aqui, não aparece um amigo seu, está mostrando que você não tem amigo. Só é amigo nas horas boas, na hora ruim que a pessoa está aqui, não é amigo”.(Rico)

Vale ressaltar que, como mostrado no capítulo anterior, esta visão dos internos sobre suas famílias não se deu sempre dessa maneira. Antes de serem internados, os jovens infratores viviam um contexto familiar marcado por conflitos, tensões e desarmonia, e é devido a isto que numa das falas colocadas acima grifa-se a expressão “agora sim”.

“É uns problemas que eu tive com ela [a mãe]: discussões, brigas, mas agora graças a Deus, ela está me entendendo mais, passei a entender mais ela, agora vai ficar tudo em paz, vai dar tudo certo.” (Rico)

Desse modo, a entrada e permanência no Lar do Garoto fazem com que os internos passem por uma mudança de visão a respeito de suas famílias e do lugar que esta ocupa em suas vidas. Para eles a família deixa de ser o lugar do estranhamento para ser o lugar do acolhimento. Logo, se antes os internos evitavam a convivência com a família, agora eles acreditam que essa convivência pode ser favorável, prazerosa, importante e segura, a ponto de ter nos familiares os únicos “amigos de verdade” e apostarem no entendimento intrafamiliar.

De acordo com Silva e Guerresi (2003), a legislação internacional garante aos adolescentes privados de liberdade a comunicação com a família, amigos e com

representantes de entidades de renome, bem como o recebimento de visitas e a saída das instalações da entidade para visitar familiares ou participar de outras atividades⁴¹. Em consonância, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente busca reduzir ao máximo as conseqüências negativas de uma medida de privação de liberdade, quando necessária, reconhecendo a importância da manutenção dos vínculos sociais e afetivos do adolescente nesta fase tão peculiar do desenvolvimento humano, estabelecendo o direito a atividades externas⁴² e a visitas, no mínimo semanais⁴³.

No caso do Lar do Garoto, não há permissão para que os internos saiam da instituição para visitas familiares ou para participar de atividades. As saídas são permitidas apenas nos casos de audiência com o Juiz da Vara da Infância e da Juventude e de atendimento médico-hospitalar. Por outro lado, existe na instituição a proposta pedagógica que incentiva a participação da família ou de pessoas com as quais o adolescente possui vínculo afetivo no processo socioeducativo, como, por exemplo, namoradas, esposas, filhos e amigos, caso existam.

Há, ainda, a realização de atividades com as famílias. As mais comuns são o *atendimento técnico à família*, em geral pela assistente social, por meio de visitas na própria instituição, que não necessariamente contam com a presença do adolescente; a *participação da família em atividades internas*, como os eventos festivos; e os *contatos telefônicos*.

Sendo assim, na medida em que o jovem é internado, a instituição, através de suas medidas socioeducativas – o que poderia ser dito de outra maneira: medidas corretivas – promove um programa de acompanhamento do interno e de sua família, individual e/ou conjuntamente, no sentido de tentar aplacar a má qualidade de vínculo afetivo familiar que em geral estes apresentam.

A partir disso, é possível apontar que a mudança de visão dos internos em relação às suas famílias está estritamente ligada ao sistema disciplinar implantado no Lar do Garoto. Tal programa abrange, inclusive, os familiares, de modo que também se percebe uma mudança de atitude destes no que diz respeito aos internos, como estes mesmos afirmam.

Portanto, ao longo deste trabalho é possível perceber uma mudança de visão de mundo dos internos não só com relação às suas famílias, como também em relação ao

⁴¹ ONU, 1990.

⁴² Cf. Lei n o 8.069/90, art. 121, §1 o.

⁴³ Cf. Lei n o 8.069/90, art. 124, inc. VII.

trabalho e aos estudos. De acordo com o que aqui é mostrado, esta mudança se deve, em grande medida, ao sistema de valores que é inculcado nos internos no Lar do Garoto, tendo em vista o programa disciplinar que aí é adotado.

Contudo, não é só esse o motivo promotor dessa mudança de visão entre os internos. Outro fator que explica essa mudança diz respeito à atuação de um grupo de evangélicos que mantêm atividades semanais constantes dentro do Lar do Garoto.

O Disciplinamento Religioso

Os jovens internos passam por um aconselhamento religioso semanal, em que os missionários da Assembléia de Deus falam sobre a valorização da família como instituição sagrada; sobre o trabalho como meio que leva à dignidade do homem; o estudo como fonte de crescimento pessoal e profissional; o afastamento das drogas como meio de salvação; o abandono do mundo da rua e do crime e dos “amigos da vida ruim”; o respeito por aqueles que trabalham na instituição como demonstração de recuperação; o culto a Deus como único capaz de “salvar” os jovens de sua vida pregressa.

A atuação desses missionários não se diferencia daquela mostrada pelos membros da instituição. Através do discurso religioso, os missionários passam também a inculcar nos internos os mesmos valores difundidos pelo discurso institucional. Para os missionários, essa “disciplina religiosa” deve ser seguida em respeito a Deus, o qual será o único capaz de “salvar” a vida dos internos. Para os funcionários, a “disciplina institucional” não deve ser transgredida em respeito às normas de controle, as quais, quando seguidas, levarão ao portão de saída do Lar do Garoto, estando os internos aptos ao convívio social.

Como apontam Machado (1992) e Campos Júnior (1995), as religiões pentecostais abriram caminhos, principalmente às camadas menos privilegiadas da sociedade, sucedendo-se conversões instantâneas, que por sua vez atraíram adeptos. Estas religiões, então, buscaram o “reavivamento espiritual” apoiadas nas classes baixas da sociedade que não conseguem projeção. Apoiados na doutrina pentecostal, esses indivíduos, situando-se como um pária na sociedade, passam a considerar-se um dos “santos de Deus”. Isto gera, por sua vez, a formação de uma comunidade moral fiel às

suas práticas religiosas e que muitas vezes se torna um movimento de grande projeção dentro da sociedade.

A proposta dos autores supracitados se aplica à realidade dos internos do Lar do Garoto. Durante o trabalho de campo o que se percebeu através dos relatos dos jovens é que o impacto causado pelos aconselhamentos nestes é significativo.

As experiências religiosas levam a uma renovação de fé, a qual se dirige a uma reavaliação de valores por parte de alguns internos. Tais experiências consistem em reconhecer a condição de pecador e partir para uma mudança moral.

Desse modo, os missionários são responsáveis por inculcar nos internos uma disciplina moral na qual o preceito de que devem ser obedientes e de que devem ter uma vida exemplar, transmitindo segurança tanto dentro do ambiente em que vivem, como após a sua saída da instituição é afirmado.

De acordo com, dentro da doutrina pentecostal, todos têm acesso à salvação de Cristo, desde que, reconhecendo-se pecadores, devem abrir-se a experiências, tais como: o arrependimento da vida pecaminosa, a conversão e a santificação completa que é alcançada no batismo pelo Espírito Santo.

Assim, na perspectiva de Machado (1992) e Campos Júnior (1995), para os pentecostais existem dois estilos de vida: o do pecado e o estreito caminho da salvação, sob a inspiração do Espírito Santo. A participação na liturgia é intensa, ao contrário do que acontece nas demais religiões protestantes. Como a sociedade não adota valores permanentes e caminha para o consumo, os mais pobres não encontram nela meios de realização. Dessa forma, buscam o reconforto e o apoio em Cristo. Os pentecostais procuram atingir o coração do homem falando a linguagem baseada nas palavras da Bíblia e sem ter muitas estruturas eclesiais. As classes mais baixas, dessa forma, encontram um sentido para a sua existência e uma maior confiança em si próprias.

Neste sentido, os pentecostais, na visão dos referidos autores, denunciam os vícios da sociedade e do mundo, mas não enfatizam a esperança de uma transformação. Procuram apenas resguardar-se e arrebanhar novos conversos. O caminho da salvação só está assegurado aos que aceitam o Cristo.

No Lar do Garoto, então, o que acontece, segundo o que foi observado, é que o apoio religioso proporcionado pelos missionários dirige-se para a efetivação, entre os internos, do ditado segundo o qual *quem está bem consigo mesmo não incomoda os*

demais (nem os membros da instituição, nem as suas famílias ou quem quer que se encontre dentro do Lar do Garoto).

Vale ressaltar que dentro da instituição os internos não são obrigados a ter qualquer opção religiosa, nem mesmo são obrigados a participarem das reuniões de aconselhamento. Por outro lado, percebe-se que há uma receptividade entre os internos para com os missionários. Não é incomum nas conversas com os internos, que estes reproduzam o discurso religioso missionário, como por exemplo, na fala seguinte de um dos internos que opina sobre outros jovens que estão na rua:

“Esses jovens daí de hoje, que estão começando a se envolver com o crime, devem saber que essa vida não leva a nenhum canto, só leva a três cantos: cadeia, hospital ou cemitério. Se for pra uma cadeia, misericórdia de Deus, se for pra um hospital, misericórdia de Deus, e se ficar no cemitério? Tem como ele retornar? Não tem. Falar pra esses jovens daí de hoje em dia que não querer ganhar nada fácil, que lute pela sua vida, que seja um referencial na sua família, tanto na sua família como também para outros jovens, que não se envolva com o crime, com as coisas erradas, com as transações, mas que viva uma vida justa, uma vida digna, uma vida que seja batalhadeira. Seja um sofredor na vida, mas seja um vencedor acima de tudo”.(Lito)

Tendo em vista a fala exposta acima, é possível entender a maneira pela qual a doutrina missionária no Lar do Garoto contribui para a formação dos internos. Estes estão submetidos a um duplo disciplinamento: o institucional e o religioso. Ambos operam com os princípios da obediência, do respeito, do bom comportamento e do bom exemplo e têm como objetivo “recuperar” os internos.

Entre os missionários, os internos passam por uma “correção religiosa”, auferindo o ganho de uma nova autonomia sobre suas vidas a partir dos aconselhamentos que assimilam.

No Lar do Garoto, os internos devem passar por uma “correção institucional”, tendo como benefício a liberdade, uma vez que se adaptem e cumpram rigorosamente a disciplina imposta pelos funcionários através de medidas socioeducativas.

Essa confluência entre as disciplinas religiosa e institucional que fazem parte do cotidiano dos jovens internos faz com que, algumas vezes, estes demonstrem em suas falas uma interpenetração entre Igreja e Instituição.

“A vida no Lar do Garoto é que nem fosse uma internação, assim... tipo uma igreja para ensinar a gente a se educar mais, ensinar a gente a aprender o que é a liberdade”.(Raul)

Portanto, é possível afirmar que a instituição através de seus funcionários e a disciplina aplicada por estes aos internos e os missionários, por meio de seus aconselhamentos religiosos, são responsáveis por inculcar nos jovens um sistema de valores e um “saber” que se volta para a conformação de seus corpos e de suas visões de mundo.

CAPÍTULO VI

PERCEPÇÃO E VIVÊNCIA DA JUVENTUDE

Juventude e Violência

Estudos mais recentes a respeito da violência reportam-se ao que se poderia denominar “positividade” e “construtividade” (Rifiotis 1997; Maffesoli 1987) da violência. Obviamente são vários os desafios que se colocam para que se tenha formas inovadoras de estudar a violência que se percebe nas grandes cidades.

A idéia de “positividade” da violência levantada por Rifiotis (1997) está certamente vinculada à noção da “positividade” do poder discutida por Foucault (1984), ou seja, assim como o poder, a violência requer o reconhecimento, pelo social, das diferenças, a formação de redes de sociabilidade e de “micropoderes”.

Maffesoli (1987:24) assinala que o barulho, a fúria e a revolta têm uma função estrutural dentro da sociedade. “Com efeito, a violência ‘construtiva’ não é um paradoxo; ela é expressão da fundação social (...) a violência ‘destrutiva’ é a manifestação da afirmação individual”. O desafio posto aos cientistas sociais configura-se na difícil oposição entre ordem e desordem, construção e destruição, vida e morte.

O que significa dentro da academia pensar a violência estando ela sempre lado a lado com a ordem e com os acontecimentos considerados mais estáveis, “normais”? Como seria pensar a violência quebrando o etnocentrismo, superando um acontecimento relativo a um “outro”, estranho à sociedade?

Obviamente as práticas da violência explicitam a não aceitação de um “outro”, de certas regras sociais, da violação direta à idéia de Lei. Nesse sentido, a violência seria, assim, o campo de negação das diferenças. Porém, em certas circunstâncias, a violência pode chegar até mesmo a exacerbar estas diferenças. “A violência pode atuar como uma espécie de força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças, em contraponto à homogeneização que a centralidade dos poderes procura instaurar”. (Rifiotis 1997: 5)

Quando se destaca a “positividade” da violência não se quer com isso deixar de levar em consideração seus efeitos destrutivos. Pretende-se, de outro modo, se insistir

na necessidade, cada vez maior, de perceber acontecimentos que se dão no campo “desconhecido” da violência e qual sua resposta junto aos atores que a praticam.

Portanto, pretende-se apreender neste âmbito de imprevisibilidade, de acaso, em que parece repousar a violência, os personagens principais que atuam neste cenário. Não só apreendê-los, mas tentar entender sua lógica, a lógica dos jovens marginalizados, dos jovens internos do Lar do Garoto.

Os Jovens Internos num Contexto de Violência

Os jovens do Lar do Garoto, até serem mandados para a instituição participavam de uma realidade onde a violência era uma constante, conforme foi mostrado em capítulos anteriores. Ao falar sobre a violência, os internos apresentam uma visão ampliada, de modo que a consideram como algo que não só diz respeito aos danos físicos e financeiros, mas também acreditam que ela também pode ser praticada através das palavras.

“Eu acho que minha mãe ter me abandonado, isso para mim foi uma violência”.(Fafá)

“A pessoa pratica coisa errada, faz coisa errada com os outros, maltrata as pessoas. Assim a vida que a gente leva hoje em dia, isso tudo é violência.” (Guga)

“Para mim eu acho que [violência] é tudo o que vai agredir uma pessoa, tanto verbalmente quanto corporal, violência é você estar ferindo uma pessoa.” (Rico)

“A pessoa ser forçado, né, como a mulher que é forçada, o estupro que passa aí, eu não dou valor, eu fico indignado com isso, melhor o cabra ser bandido do que ser isso, né. A violência é ... tem muito cabra que pega a mulher e faz à força, né? Pega ela faz à força e quando terminar, mata a mulher, aí é violência também. A polícia quando pega o cara humilha, sai arrastando, espancando pela rua, dá na cara do cara, espanca mesmo, não quer nem saber. Quando a família do cara vai para lá, às vezes passa três dias sem a família do cara visitar o cara. O meu pensamento é esse, quando o cabra vai preso, espanca o cabra, bate na cabeça, no ouvido e o ouvido começa a sangrar, pisa no pescoço. É um animal, é mesmo que estar matando um bicho. A violência é um bocado de coisa.” (Jó)

Assim, é possível perceber que os jovens infratores pensam a violência através de vários aspectos: violência física, violência financeira e um tipo de violência que se dá através de aspectos morais e sentimentais. Essa concepção de violência apresentada pelos jovens internos se aproxima da perspectiva de Waiselfisz (2002). Este autor mostra que a violência no mundo atual assume um caráter bastante complexo, o qual

permite que se fale não de uma violência unívoca, mas de diversas violências, cada uma com suas próprias lógicas e seus próprios determinantes. É desse modo que se fala em violência doméstica, violência criminal, violência nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra e pelo jovem (como é o caso dos jovens internos do Lar do Garoto), entre outras.

Numa perspectiva cronologicamente anterior, Minayo et al. (1999:148) aponta que:

A noção de violência construída por um jovem é em parte retirada do que realmente acontece; da sua consciência de classe; da sua posição na sociedade; das suas interações sociais na escola, na família e com as mensagens da mídia; da sua experiência com esse fenômeno; do imaginário coletivo; e de como sua subjetividade processa e reage a esse conjunto de relações e estímulos. A consciência dos jovens sobre o fenômeno teria, portanto, o peso das idéias hegemônicas que criam as estruturas imaginárias de relevância, do desenvolvimento de suas experiências enquanto grupo etário, estrato social, gênero e etnia, e também dos fatos concretos que acontecem com eles ou que presenciam.

Sendo assim, seguindo as perspectivas de Waiselfisz (2002) e de Minayo et al. (1999), é possível entender que as falas dos internos do Lar do Garoto sobre a violência, como um conjunto, incluem: 1) idéias totalizantes: “*violência é um negócio que não presta para a pessoa.*” (Abel); 2) idéias reducionistas do fenômeno às suas formas mais visíveis, igualando-a à noção de crime: “*violência é matar, espancar, bater em outro, roubar dos outros.*” (Lelo); 3) idéias que reúnem e distinguem os aspectos físicos, verbais, e morais: “*violência é a pessoa ser humilhado, ser espancado, a pessoa ser forçado.*” (Jó); 4) idéias de violência como resultante de omissões dos familiares: “*eu acho que minha mãe ter me abandonado, isso para mim foi uma violência.*” (Fafá).

Desse modo, os internos vivem e reconhecem o contexto de violência que é pertinente às suas trajetórias de vida, de modo que se colocam tanto como vítimas como agentes dessa violência.

“Quando eu fui preso, tinha dezessete anos, tava com dezessete e sofri internação, a primeira internação que eu tava com dezessete e fui acusado desse seqüestro, e quando a polícia me pegou, me levou diretamente para o quartel. Então ele queria saber de jogo, queria que eu entregasse o pessoal que estava envolvido, só tinha pessoal de maior, então, eu não poderia entregar, se eu entregasse, o que ia acontecer comigo? E eles me espancaram muito, bateram muito em mim, bateram em mim com cipó de boi, botaram pistola na minha cabeça dizendo que se eu não entregasse iam atirar em mim. E eu sofri muito só de cipó de boi, muita pancada na cabeça, mais pancada na cabeça que ficou um pouco fofa e isso foi minha primeira violência que eu fui preso e tudo. Então foi a violência que eu sofri. Tanto como eu fiz violência como sofri violência.” (Lito)

Neste sentido, Frota e Russo (2003), pesquisando sobre jovens internos na cidade de Natal/RN, apontam que há uma cultura da violência entre os mesmos que, ainda que apresente diferenciações na maneira pela qual se dá, deve ser entendida “como aquela que penetra nos meandros da lei e constrói suas próprias regras, tornando o seu quadro valorativo um padrão de referência familiar, corriqueiro e cotidiano.” (p. 155-156).

Para as referidas autoras, essa cultura da violência vivida pelos jovens internos potiguares tem uma relação direta com o processo de construção das identidades desses jovens, o qual está assentado numa “ética da sobrevivência”. É nessa relação entre violência, identidades e sobrevivência que repousa a “positividade” da violência, da qual tratou-se no início deste capítulo e com a qual concorda a autora supracitada. O mesmo acontece com os jovens internos do Lar do Garoto, como será mostrado ao longo deste capítulo⁴⁴.

Vale ressaltar que, entre os internos do Lar do Garoto, a violência também aparece como um *locus* de demonstração e disputa de poder, onde a coragem e a capacidade física são atributos importantes dentro dessa cultura da violência.

“Eu pensava antes ser mais do que os outros, tentar tirar a vida de um sem ter nem mágoa nem raiva do outro, tentar matar aquela pessoa para ser mais do que os outros, porque um exemplo: a pessoa mata um aqui, aí entra os outros caras, aí: Pô, o moleque é sangue bom! Então, violência para mim é isso, é tentar tirar a vida de uma pessoa sem ter nada a ver, tirar somente por esporte.” (Raul)

Através da fala acima, é possível perceber que o conflito e a ostentação de atributos pertencentes a uma dita cultura da violência, entre os internos, conformam uma positividade da violência, a qual tece as relações mantidas entre esses internos e faz com que eles possam pensar a si mesmos e diferenciar-se dos “outros”.

Os internos buscam, através da cultura da violência, ser reconhecidos pelos seus pares: os demais jovens infratores; e em consequência, diferenciam-se daqueles que não fazem parte deste circuito.

⁴⁴ De acordo com de La Taille (2000), ética e violência são temas atuais e importantes e podem ser colocados um em relação ao outro, de modo que a primeira relação entre ambos os dispõe em oposição: a violência traduz uma falta de ética. Porém, segundo o autor, esta não é a única relação possível, pois não necessariamente toda forma de violência é ilegítima. Assim uma relação de oposição entre ética e violência nem sempre é necessária. Para o autor esta relação de oposição só cabe quando a violência é vista como um agir que, sem justificativa moral, fere outrem, sendo por isso, condenável. No momento em que o ato violento possui uma justificativa moral, então, não pode ser tido como condenável e assim, não seria o caso de opor ética e violência.

Além disso, como mostram Frota e Russo (2003), “não se trata apenas de garantir a sobrevivência ou o status do seu papel no grupo, se estamos falando da cultura da violência está em jogo também o poder de ferir o outro, de subjugar, humilhar e mesmo ter controle sobre um determinado sujeito, seja este um indivíduo, um grupo ou uma sociedade.” (p. 157).

Assim, vivendo num contexto onde a violência é diversa e conforma uma cultura, os jovens internos, em sua totalidade, possuem histórias de violência contra si para contar, seja doméstica, policial, social ou mesmo violência por parte de seus “parceiros” da rua.

“O cara deu três tiros em mim no colégio porque amassaram a moto dele. Foi por causa disso que eu comecei a me revoltar mais, chegava em casa era brigando direto mais meu irmão uma vez.” (Abel)

“Os homens pegavam eu assim e começava a bater. Acho que eles viam que eu fazia coisa errada, dizia que eu estava aterrorizando o bairro lá e quando pegava eu se aproveitava. Quando não dizia nada eles pegavam eu e, negando um bocado de coisa, eles ficava com raiva e começava a bater.” (Guga)

“Apanhei do meu pai, apanhei muito já para aprender. Apanhei porque eu bagunçava em sala de aula no colégio, aí eu levava umas palmadas para aprender, tanto é que eu aprendi a ser homem, comportado, mais quieto.” (Rico)

Desse modo, como um dos jovens mencionou anteriormente, eles tanto praticaram a violência como sofreram violências. Reforça-se aqui, então, a concepção tratada neste estudo de que esses jovens tanto são vítimas como são produtores da realidade violenta na qual estavam inseridos até a sua internação no Lar do Garoto.

Percebeu-se, então, que o discurso desses jovens sobre a violência após a entrada no Lar do Garoto apresenta um certo tom de moralidade religiosa, uma vez que demonstram que atos de violência “não têm a ver com as coisas de Deus”.

“Hoje em dia as pessoas não, se for perguntar defina violência pra você, a violência é tudo aquilo que você pratica contra seu próximo, fazendo ele sofrer, tirando a vida do próximo, fazendo ele sentir em sua pele o gosto amargo da violência. Então violência pra mim é tudo aquilo que você faz de errado, pratica coisas que leva até as outras pessoas a destruir a família.” (Lito)

Através deste tipo de discurso os jovens parecem querer passar a idéia de que se arrependeram e que estão no caminho da recuperação. Eles afirmam que, ao saírem do contexto de violência no qual viviam antes, no Lar do Garoto eles tiveram a

oportunidade de melhorar como pessoa, na medida em que estão estudando, aprendendo um ofício, e passaram a ter uma relação mais harmoniosa com a família.

No entanto, como foi mostrado no primeiro capítulo, existem situações de violência impetradas pelos próprios internos dentro do Lar do Garoto. Isso faz com que a perspectiva de Frota e Russo (2003), mais uma vez, entre em concordância com a realidade dos jovens internos do Lar do Garoto, na medida em que aponta que a disciplina e a estabilidade presumíveis da ordem social não fazem com que a violência esteja sob um controle absoluto. Ela parece obedecer a uma outra ordem, sendo difusa e tendo qualquer território como potencial para sua prática.

Outra questão importante a ser destacada ainda nesta discussão acerca da violência na realidade dos jovens internos do Lar do Garoto diz respeito ao fato de que, apesar da violência ser marcante na vida desses jovens marginalizados, não se deve construir uma noção em que a violência é um problema dos pobres, pois como muitos estudos já mostraram: Oliven (1983), Zaluar (1994), Saffioti (1997), Minayo et al. (1999), Waiselfisz (2002), Sousa Filho (2003), entre outros, a violência atinge diversos grupos sociais, ela é um produto social sem estruturas e convenções sociais predeterminadas, assim como não é um problema externo advindo de um indivíduo ou grupo social específico.

Por outro lado, como afirma, entre outros, Waiselfisz (2002), a vitimização abate-se com especial intensidade sobre os grupos mais pobres e vulneráveis: os jovens do Lar do Garoto, por exemplo. Estes preenchem essa dupla condição: são pobres e, enquanto jovens, vulneráveis. Vale salientar que para Frota e Russo (2003:161):

Na sociedade atual, os jovens e adolescentes encontram-se vulneráveis a todas as formas de violência. A violência praticada por eles e contra eles se localiza nos mais diferentes espaços de sociabilidade, seja na rua, atrás das grades, nas suas casas, na escola ou mesmo nos diferentes grupos em que estes se inserem.

Sendo assim, o que se tem não é uma delinqüência produzida pelos pobres, como aponta Volpi (2001), mas um sistema de controle social que dá prioridade às pessoas mais pobres da sociedade como alvo, de modo a culpabilizá-las, como também dar uma resposta à sociedade sobre a questão do delito.

Portanto, a partir desta discussão é possível perceber a forma pela qual a violência permeia a vida dos internos do Lar do Garoto. Ela, enquanto cultura, assume o papel de mediadora das relações que esses jovens estabelecem com a sociedade (antes

do internamento) e entre si (durante o internamento). Cabe agora discutir a percepção dos internos sobre si e de sua juventude no Lar do Garoto.

LAR DO GAROTO e Juventude. Que Juventude?

Para os internos do Lar do Garoto, a juventude é algo que está atrelado à temporalidade: “eu sou jovem porque eu sou novo!”. Além disso, os jovens infratores afirmam que a juventude é um período em que é preciso “curtir a vida” e isto significa diversão/lazer: festas, passeios, viagens etc.

“(silêncio) Jovem é divertir, aproveitar a vida, a pessoa ser novo também, saber aproveitar muito a vida.” (Magrão)

“Eu me sinto jovem, porque agora que eu tenho dezessete anos, eu acho que sou jovem demais e tenho muito futuro na minha frente, tem gente que vinte e dois anos ainda é novo” (Batoré)

“O jovem assim, tem muita coisa na vida pra viver, tem muita coisa pra se divertir, beber, namorar e farrar na vida.” (Duda)

Desse modo, na concepção de juventude apresentada pelos internos, a “curtição” se opõe ao mundo de responsabilidades que acreditam dizer respeito aos adultos.

“[O jovem] É mais solto, né? Não pensa muito, a pessoa mais jovem não pensa muito não, o cabra vai pegando mais idade a pessoa vai pensando mais. Eu acho que o jovem é mais liberado, é mais solto quando vai chegando na fase da juventude.” (Fafá)

“Para mim, ser jovem é tudo. É bom o cabra ser jovem porque é diferente do cabra já de maior. É bom. Porque adulto já é outra responsabilidade, o cabra jovem não, faz negócio assim e não pensa muito, o cabra maior não já pensa mais.” (Tatá)

Essa desvinculação que os internos fazem entre juventude e responsabilidade parece paradoxal, na medida em que muitos deles já constituíram família. Entre estes, inclusive, o desejo de sair do Lar do Garoto e poder trabalhar para sustentar dignamente a família é expresso, como será visto mais adiante.

A partir das falas dos jovens internos é possível afirmar que a concepção de juventude que constroem se dá a partir tanto de aspectos objetivos quanto subjetivos. Os aspectos objetivos dizem respeito à vinculação que os internos fazem entre juventude e temporalidade, em que ser jovem é ter pouca idade.

Os aspectos subjetivos, por sua vez, se manifestam na medida em que os internos acreditam que ser jovem é ter menos responsabilidade e, assim, estar mais disponível para a diversão, para “curtir a vida”. Mas, para “curtir a vida” é necessário, para eles, estar livre, poder ir e vir, não estar sujeito às regras de nenhuma instituição correcional nem estar restrito aos muros desta.

Assim, sustentando uma concepção de juventude onde a “curtição” é um elemento constituinte indispensável, os jovens do Lar do Garoto apontam que a instituição não é o melhor local para a vivência de sua juventude, uma vez que os tira algo que é imprescindível: a liberdade. Os muros do Lar do Garoto os impedem de fazer todas as coisas que acreditam ser próprias da juventude e de escolher aquilo que seria melhor para “curtirem a vida”.

“Lá fora a pessoa é livre e vai para todo canto e aqui a pessoa não tem a liberdade aqui dentro, anda, mas só anda dentro desse muro que nós estamos aqui dentro, desse muro para lá não pode passar, só quando estiver liberado.” (Batoré)

“Aqui a pessoa não tem aquela liberdade, né? E a pessoa se sente mais... assim, meio estranho.” (Nino)

“Às vezes, você esquece do mundo e fica atento com alguma coisa e pronto [no Lar do Garoto]. Num instante se esquece e depois já começa a se lembrar de novo e já começa a ficar meio com raiva assim. Porque aqui dentro, por exemplo, tem coisas aqui dentro que o cara não faz como faz lá fora. Lá fora, se a pessoa quiser fazer alguma coisa já está solto para ir para onde quiser. Só que aqui dentro, não. Do muro não sai daqui de dentro, dali de fora para dentro da cela e pronto.” (Guga)

Não é incomum entre os internos a afirmação de que são jovens. Ao fazerem isso, eles levam em consideração as suas idades. Ao mesmo tempo, eles colocam que no Lar do Garoto eles não vivem sua juventude.

“Me acho jovem porque a minha idade, que eu tenho apenas 18 anos e tenho muita vida pela frente, eu me acho jovem ainda.” (Negão)

“Não é bom não a gente passar a juventude da gente trancado num lugar como esse.” (Negão)

“Eu me sinto, ainda sou novo ainda. Tenho muito que aprender pela frente.” (Guga)

“Aqui dentro não vivo a juventude, porque como é que a pessoa vai viver a juventude assim, aqui dentro? Quinhentos metros quadrados assim, não dá não, né? A pessoa não pode fazer isso, aquilo outro.” (Guga)

Conseqüentemente, o tempo que eles passam no Lar do Garoto significa, de um lado, um período em que eles terão que cumprir sua pena e melhorar como pessoa; e de

outro lado, um período de desperdício de sua juventude, afinal, “não se é novo a vida inteira!”.

“Aqui eu consigo me satisfazer como jovem porque se eu não fosse jovem, eu não estava aqui não, eu estava noutro canto pior, num Presídio e aqui eu estou, é só para o cara aprender o sistema da vida aqui dentro.” (Batoré)

“Aqui pelo menos você está aprendendo, numa oficina, está num colégio.” (Rico)

Logo, os jovens infratores pensam o período de internamento e as atividades que realizam no Lar do Garoto como uma espécie de “prêmio de consolação”. Vale destacar que tais atividades e a rotina na instituição, como descrito em capítulo anterior, transcorrem sob rigorosa disciplina, a qual conforma um sistema de valores que é inculcado nos internos e que orienta suas visões de mundo.

Esta disciplina submete os internos e tal submissão se contrapõe com a concepção que eles têm de juventude. Uma vida regrada, então, para os internos, não condiz com o que eles acham que é uma vida de jovem.

“Aqui a vida é ruim porque tem cada regra! Pensando que a pessoa é criancinha demais.” (Guga)

Desse modo, a percepção dos internos sobre o período de internamento pode ser considerada como ambígua, pois ao mesmo tempo em que afirmam uma não vivência da juventude no Lar do Garoto, eles apontam fatores que a compensam, daí que se fale em um “prêmio de consolação”.

Isto posto, é possível ainda considerar esta percepção dos internos como *relacional*, uma vez que é um modo de ver sua experiência, a qual é produto de um conjunto de elementos que constituíram suas trajetórias de vida, tanto dentro como fora do Lar do Garoto. Assim, não se trata nem de uma visão dada de maneira autônoma e independente, nem de uma visão que pura e simplesmente reproduz o sistema imposto pela instituição. Esta percepção é a expressão de um conjunto de visões construídas em meio a um campo de poder, conflito e disciplina, o qual é fruto do modo pelo qual os internos percebem o mundo que os rodeia e é constituído pelas experiências destes.

Portanto, a percepção dos internos sobre o período de internamento não deve ser tida como uma contradição, mas deve ser entendida como fazendo parte do contexto ambíguo em que vivem e como produto de uma confrontação de poderes e saberes da qual os internos participam.

Dessa forma, como mostra Volpi (2001:97), “não é possível afirmarmos que o adolescente é produzido socialmente pela instituição e nem que ele seja determinado exclusivamente por suas decisões”.

Então, dentro de um contexto onde é difícil fazer uma análise precisa e uniforme sobre pessoas que estão num período de transições, mudanças e auto-afirmação como é o caso dos jovens internos do Lar do Garoto, este descreve a visão de mundo de jovens que se encontram cerceados da liberdade. Além disso, estes jovens vivem num sistema onde os valores que lhes são inculcados demarcam uma disciplina que revela uma disputa de poderes e de saberes, numa sociedade assentada em grandes desigualdades e injustiças, de modo que sua percepção sobre a vida que levam na instituição é ambígua.

Cabe aqui, assim, refletir um pouco mais sobre o Lar do Garoto. Primeiramente sobre o nome da instituição. A palavra “lar” remete ao refúgio, ao aconchego, à proteção. Assim como, comumente, a palavra “garoto” é usada para designar aquele que está numa fase precedente à adolescência. O “garoto” nestes termos, então, nem é criança nem é jovem.

Por outro lado, a palavra “lar” também remete ao respeito, à autoridade e à obediência, assim como a palavra “garoto”, tal qual é dicionarizada⁴⁵, significa “*rapaz sem educação, que anda a vadiar pelas ruas*”.

Neste caso, é possível perceber que o nome da instituição revela um certo jogo semântico que está assentado numa certa ambigüidade. Assim, se tenta passar para a sociedade, como o próprio nome da instituição sugere, a imagem do Lar do Garoto enquanto um local de proteção e de aconchego para aqueles que, mesmo tendo entrado em conflito com a lei, estão ainda em pleno processo de formação e têm certos direitos adquiridos. Desse modo, o Lar do Garoto seria uma recriação da representação ideal do espaço doméstico.

Contudo, o que acontece na prática, é que o Lar do Garoto funciona sob um sistema disciplinar onde as medidas sócioeducativas aplicadas são rigorosas e o tratamento dispensado aos internos os submete e muitas vezes nega a condição de cidadãos aos internos.

Desta feita, o sistema implantado no Lar do Garoto revela uma ambigüidade que é vivida pelos internos. Estes desejam ser livres e autônomos, já que, para eles,

⁴⁵ Aqui se faz uso da obra de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: Novo Dicionário da Língua Portuguesa.

liberdade e autonomia são condicionantes da juventude. No entanto, seu desejo de independência, num “lar” como a instituição na qual estão internados, esbarra tanto na privação da liberdade quanto num sistema disciplinar que lhes tira a possibilidade de serem autônomos. Nesse caso, os internos são jovens, mas jovens postiços.

Portanto, se está diante de uma dupla ambigüidade: 1) *ambigüidade dos internos* que ora expressam tanto um descontentamento com a disciplina imposta como afirmam que a vida no Lar do Garoto lhes impede de viverem plenamente a sua juventude, mas apontam elementos positivos na vida que levam na instituição considerando que serão importantes para a melhoria de suas vidas no futuro; 2) *ambigüidade da instituição* que passa a imagem de um ambiente em que o propósito é recuperar os internos em meio a uma recriação da representação ideal do espaço doméstico, mas se assenta num sistema de disciplina que submete os internos e lhes incute valores no sentido de apenas tornar seus corpos e mentes dóceis, de domesticá-los.

Neste sentido, é válida a perspectiva de Volpi (2001:131) que diz: “ocorre que no interior das instituições totais as vivências são muito intensas e se entrelaçam em lógicas peculiares de relações que intercalam momentos de tensão com situações de prazer”.

O que se percebe no Lar do Garoto é que a essência da ambigüidade lá constatada, e que se reflete na percepção dos internos, repousa em dúvidas e incertezas que fazem parte da experiência vivida num determinado contexto que ainda terá desdobramentos posteriores (como é possível perceber através do ideal de futuro tido pelos internos que será mostrado adiante).

Desse modo, não se está tomando como base de análise um subjetivismo interpretativista, onde o que é ruim para um é bom para outro. Mas, se está vislumbrando a ocorrência das incertezas, da não linearidade. Ambas são decorrentes das ambigüidades existentes na lógica da vida no Lar do Garoto e da inexistência de um sistema que promova uma linguagem, métodos, procedimentos, postura, saberes e poderes que convivam de maneira unificada.

Todavia, não se deve relativizar a ambigüidade constatada no Lar do Garoto, como em qualquer instituição de internamento, se for o caso, uma vez que como coloca Volpi (2001:133):

(...) Sua explicação ideológica, a expectativa social em relação ao seu desempenho e a justificativa para submeter o adolescente a uma medida socioeducativa que

implica o sofrimento da privação da liberdade não permitem, do ponto de vista ético, a relativização de princípios, a precariedade do projeto pedagógico e a arbitrariedade nas decisões dos profissionais que nela atuam. A possibilidade de contribuir para que o adolescente reveja sua atitude, reorganize sua vida e se capitalize minimamente para enfrentar os desafios de sua inclusão na sociedade só é real quando a proposta institucional aponta clara e explicitamente os meios e a metodologia em que opera para atingir tais objetivos.

Dessa forma, o que se deseja é a existência de instituições onde a tônica de suas lógicas seja fundada em princípios éticos de respeito à subjetividade e que nelas vigorem práticas e relações democráticas, onde o direito de todos seja respeito, de modo a configurar-se como um contraponto positivo para os internos, inclusive no que diz respeito à vivência de sua juventude.

De acordo com o que foi discutido anteriormente, o Lar do Garoto não se configura num espaço de vivência da juventude, como afirmam os internos. Assim, os jovens do Lar do Garoto podem ser considerados como jovens postivos. Isso porque, se, por um lado, eles afirmam que são jovens baseando-se em suas idades, por outro lado, o Lar do Garoto e as regras que ali são impostas, retiram-lhes sua liberdade e autonomia e assim, a possibilidade de vivência plena dessa juventude.

É fato que não só a concepção de juventude construída pelos jovens do Lar do Garoto é permeada pela indispensabilidade da liberdade. Em geral, a concepção de juventude, seja ela qual for, aponta para a quebra de regras, para o desejo de autonomia. No entanto, a experiência dos jovens do Lar do Garoto se diferencia de outras experiências juvenis porque eles, sim, sabem o que é perder a liberdade de fato e de direito.

Desta feita, os jovens do Lar do Garoto parecem esperar pela sua saída da instituição para desfrutar dessa juventude. Assim é que alguns falam que sua juventude começa a partir de sua saída da instituição.

“Acho que minha juventude vai começar agora, a partir de quando eu sair, apesar de que eu vou ficando de maior, mas dezoito anos não é nada não.” (Batoré)

Vale destacar que os internos acreditam que a saída do Lar do Garoto, além de permitir a restituição de sua liberdade, também irá promover a saída deles do mundo da “vida ruim”, do contexto de violência no qual viviam. Para os internos, um ambiente de violência não é o melhor para a vivência da juventude.

“Então o jovem pra mim é viver realmente uma vida sadia, uma vida digna, uma vida sincera, dentro de sua família principalmente.” (Lito)

“Ser jovem assim é o cabra ser livre, sem ter ninguém para preocupar o cabra, sem ter esse negócio de droga. Isso é que é ser jovem.” (Lelo)

“Dentro de uma Febem, de uma Instituição, de qualquer canto, eu acho que ser jovem não é só fazer coisa errada não, é aproveitar a vida dos quinze aos dezoito anos sem droga, furto, sem praticar assaltos e sem nada.” (Batoré)

Portanto, dentro do Lar do Garoto estão impedidos de viverem plenamente sua juventude e não é incomum que os internos expressem uma “perda da juventude” em suas falas, uma vez que cometeram atos indevidos e acabaram indo parar nesta instituição. Neste sentido, falam sobre jovens que “agem sem pensar” e acabam “desperdiçando sua juventude”.

“A gente vê os camaradas sendo apenado aí de vinte anos, trinta anos de pena, e quando mais seis meses, três anos, desestrutura todo um jovem. A primeira vez em que é preso, passa um bom tempo, então o que vale na sua vida, a liberdade, é algo muito precioso que a gente deve valorizar hoje em dia, infelizmente os jovens não estão valorizando a liberdade. Eu acho que a liberdade, a pessoa só valoriza quando não tem.” (Lito)

“Eu entendo que de primeiro era bom, mas o jovem de hoje... Não pensa não, quando vem pensar já está perdendo a metade da juventude.” (Batoré)

Esta idéia de perda da juventude durante o período de internamento expressa pelos internos do Lar do Garoto se aproxima da visão de Vasconcelos (2002) quando aponta a traição do direito à infância entre sujeitos em situação de rua.

Consoante o pensamento da autora acima citada, a traição do direito à infância diante da qual os sujeitos em situação de rua se vêem se dá na medida em que o cotidiano vivido por estes sujeitos e suas famílias, apesar de deixar transparecer um delineamento de uma forma específica do ser criança, é marcado por relações sociais onde os diferentes acessos e inserções limitam, impedem ou parcializam a concretização dos direitos concernentes à criança.

Assim, é possível colocar que a realidade vivida pelos internos no que tange à sua juventude é semelhante àquela vivida pelos sujeitos em situação de rua pesquisados por Vasconcelos (2002) no que diz respeito à sua infância.

Como foi mostrado ao longo deste estudo, os internos do Lar do Garoto são marginalizados e também participaram e participam de relações nas quais enfrentaram e enfrentam obstáculos para sua inclusão social.

Além disso, tanto quanto Vasconcelos (2002) aponta que os sujeitos que estudou têm suas representações da infância influenciadas pelas condições socioeconômicas e culturais que vivenciam, os internos do Lar do Garoto também apresentam uma concepção de juventude assentada sobre o contexto socioeconômico e cultural no qual estão inseridos.

Os jovens do Lar do Garoto, então, têm sua juventude traída, ou melhor, os seus direitos à juventude, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa traição se dá em diversas esferas: na familiar, na social e na estatal.

Junto à família, antes de sua internação, muitos desses jovens passavam por situações de violência, seja ela física, verbal ou simbólica. Junto à sociedade, tanto antes como durante sua internação, eles convivem com a marginalização, com as desigualdades e com o preconceito. Junto ao Estado, também antes e durante sua internação, são submetidos a um sistema disciplinar que lhes tira recorrentemente sua condição de cidadãos.

Dessa forma, além de serem postiços, os internos ainda podem ser considerados traídos em seus direitos à plena e igualitária vivência de sua juventude. Eles acreditam na perspectiva de que viverão sua juventude plenamente depois que saírem do Lar do Garoto. Esta perspectiva, inclusive, está relacionada com a noção do futuro que imaginam que terão.

O Futuro dos Internos: Dilemas entre Desejo e Realidade

A concepção que os jovens internos têm a respeito da vivência de sua juventude, mostrada anteriormente, nem sempre se aplica na prática. Durante o trabalho de campo foi possível perceber que os sonhos e desejos dos internos muitas vezes esbarram em obstáculos que fazem com que eles ou voltem a viver a realidade da internação⁴⁶ ou sejam mortos⁴⁷.

Apoiados, então, nesta concepção de juventude, os jovens internos do Lar do Garoto, ao falarem sobre o que esperam para o seu futuro, demonstram o desejo pela casa própria, por um emprego, pela constituição e manutenção da família, pela saída do mundo da violência.

⁴⁶ Entre os internos que estavam no Lar do Garoto durante a realização do trabalho existiam reincidentes.

⁴⁷ Durante a realização do trabalho de campo um egresso do Lar do Garoto foi morto, conforme pode ser visto em matéria anexada a este trabalho.

No que diz respeito, especificamente, às expectativas de emprego, vê-se que ambicionam desempenhar atividades como as de advogado, juiz, médico, profissões bem tradicionais, e mesmo a de policial militar, ainda que tenham sofrido violência policial. Um deles até deseja ser pastor evangélico.

“A partir de hoje, que eu já estou me formando, andando na minha vida, a partir de hoje quando eu chegar em casa eu vou estudar e tentar trabalhar mais meu irmão de novo e pronto, só isso. Meu sonho é ter minha casa com meus objetos e ter minha mulher dentro. Só isso.” (Abel)

“Eu gostaria de ser uma pessoa mais ou menos assim: primeiramente ter a saúde e a condição financeira, que é importante da gente ter saúde e assim... um PM [policial militar], coisa assim mais ou menos. Não, porque é um trabalho que a pessoa tem caráter e dignidade, sempre está combatendo o crime e a violência na cidade e etc.” (Rada)

“Eu estava até conversando com o colega no quarto, ele perguntou para mim: qual é o teu sonho? Eu disse: olha, antes meu sonho era ser um juiz, um juiz de direito, mas hoje em dia meu sonho é ser um pastor, um pregador da palavra de Deus e ser um professor também. Então, se eu tenho esse sonho, eu tenho que lutar para realizar esse sonho, não esperar sentado, que do céu não vai cair e quando a pessoa ganha a coisa fácil, nada tem valor, agora quando se sua, você molha a camisa, tem valor aquilo que você sua. Então, hoje meu sonho é ser um pastor, um pregador da palavra.” (Lito)

“Meu sonho é mudar, sair daqui, formar uma família e deixar essa vida para lá, o passado, porque isso é passado, sair daqui é outra vida. Aqui foi uma lição para o cabra aprender que não tem futuro, sair daqui e mudar. Sair daqui, o cabra sair já com um emprego já e mudar.” (Tatá)

“Sempre o sonho é a liberdade. Penso também em se formar, ser alguém na vida.” (Rico)

A partir do momento em que seu processo for encaminhado ao Juiz, este poderá, baseado no parecer da equipe técnica, atribuir aos internos a liberdade ou a liberdade assistida. De volta à sociedade, eles se vêem diante de seus sonhos.

A materialização desses sonhos não dependerá apenas dos internos. Inclusive, como mostrado em anexo, existem casos de morte destes após saírem do Lar do Garoto. Vale ressaltar que, com exceção do desejo de sair do mundo da violência, os internos expressam sonhos que são comuns entre as juventudes, como mostra Minayo et al. (1999).

Assim, de acordo com Günther (1999), na vida real, os jovens mudam muito os seus pensamentos, desejos e ações, falham em seus compromissos. Para a autora, essa

mudança se deve à guerra interna e externa que é característica da juventude e que tem como batalha central a formação da identidade. Neste sentido, o jovem, situado entre a infância e a idade adulta, carrega o pesado fardo dos dois períodos: o peso do próprio passado e o peso das falhas das gerações que o precederam.

Por outro lado, a mesma autora também chama atenção ao o fato de que tanto os desejos, pensamentos e ações, quanto a mudança destes durante a juventude, envolvem as relações entre os indivíduos e os vários níveis do contexto no qual os jovens estão inseridos.

Desse modo, é possível afirmar que os sonhos nutridos pelos internos do Lar do Garoto não estão desvinculados das relações que mantêm em seu cotidiano. Conforme foi discutido neste trabalho, durante o internamento os jovens passam por um processo de formação no qual lhes são incutidos valores que visam sua “correção”, ou melhor dizendo, seu “adestramento”. A disciplinarização pela qual passam se dá tanto pelos membros da instituição quanto pelos missionários evangélicos.

Os sonhos nutridos pelos internos não podem ser vistos de maneira isolada do processo de disciplinarização ao qual estão submetidos. O desejo de sair do mundo da violência, em especial, reflete a relação mantida entre sonhos e disciplina. Além disso, o desejo de ser uma pessoa melhor através do estudo, do emprego, da constituição da família também remete ao desejo de viver uma vida de “homem de bem” de “homem recuperado”, o qual também parece estar relacionado com os valores vividos anteriormete⁴⁸.

Portanto, ainda que os desejos referidos acima façam parte do imaginário de outras juventudes, no que tange aos jovens internos do Lar do Garoto, esses sonhos se revestem de uma peculiaridade: a recuperação e a reintegração à sociedade. Os internos, então, ao nutrir estes sonhos, manifestam sua disposição a romperem com a prática da violência.

“Eu gostaria de ser uma pessoa normal mesmo, com uma família e dar muita felicidade aos meus avós. Meu sonho só é esse: a felicidade dos meus avós. Dar mais condições dentro de casa e fazer feliz minha família, sabe? Quero ser uma pessoa normal mesmo, com uma família e pronto.” (Fafá)

⁴⁸ O entendimento desses valores pelos jovens pode ser uma relembração da vivência junto as suas famílias e não apenas introduzidos pela disciplina e/ou aconselhamento religioso.

Na fala de Fafá, *normal*, em outras palavras quer dizer, estar quites com a justiça e não mais voltar à infração. Para este interno a sua condição de infrator lhe confere uma outra: de não ser *normal* ou de ser diferente daquele que não cometeu infração. Ele, então, é diferente e sua diferença é responsável pelo descontentamento de sua família. Desse modo, seu desejo é de ser igual aos *outros* e de não mais causar transtornos aos familiares. O desejo de ser igual aos *outros* se pode ser realizado através da recuperação e da reintegração à sociedade.

As falas relatadas afirmam a subjetividade dos jovens internos a favor de um projeto não só pessoal como familiar. Eles não fazem referência ao âmbito das condições socioeconômicas e culturais da sociedade na qual vivem. Porém, chamam a atenção para a vontade de se integrarem, saindo de uma situação que consideram como ruim.

Minayo et al. (1999), citando Shultz, sugere que todas as pessoas, grupos e instituições trabalham com o futuro, porque é próprio do ser humano projetar. E em seus projetos, leva em conta o passado (seus antecessores), o presente (seus contemporâneos) e o futuro (sua presença na construção da história).

A materialização desses sonhos, como já foi dito, não depende somente dos jovens internos. Ela está relacionada às suas trajetórias de vida e com às relações que mantiveram, mantêm e que ainda irão manter. Portanto, a materialização dos jovens internos dependerá da eficácia da formação que tiveram tanto por parte da família quanto dentro do Lar do Garoto, assim como dependerá de sua inclusão ou não na sociedade.

Vale ressaltar que esta inclusão muitas vezes esbarra numa questão que os próprios internos reconhecem: o estigma que muitas vezes a sociedade lhes impõem. Para os internos a sua passagem pelo Lar do Garoto lhes confere uma “marca” que os diferenciara dos demais membros da sociedade.

“Porque a pessoa sem a liberdade da pessoa, certo que é um tempo curto a medida de internação, de seis meses a três anos, mas eu acho que é o que marca a vida da pessoa, né?” (Lito)

Esta diferenciação geralmente é refletida por uma imagem negativa, a partir da qual os internos acreditam que a sociedade os vê.

“Eu acho que as pessoas lá fora agora ficam pensando: aquele marginal, não sei o que. Quando ele sair, vai estar a mesma coisa, acha que não vai mudar, não sei o que. Acho que eles estão pensando assim lá fora.” (Fafá)

“Acho que muitas pessoas pensam em mim como um marginal, né? Marginal assim que eu digo, um vagabundo que só vive atormentando as pessoas, um... tem gente que vê isso e vê isso como se fosse um terror, uma pessoa que aterroriza as pessoas, que não deixa ninguém em paz.” (Guga)

“Eu acho que as pessoas pensam de mim que eu não tenho recuperação, todo mundo que me viu assim.” (Jó)

De acordo com Goffman (1988:13), o estigma não é apenas um atributo pessoal, mas uma forma de designação social.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. (...) Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito.

Tendo em vista as falas dos internos e a proposta teórica de Goffman (1988), é possível considerar os internos do Lar do Garoto como *desacreditáveis*, isto é, aqueles cujo estigma ou "defeito" não é imediatamente visível nem ainda conhecido pelos outros. Assim o estigma atribuído a esses jovens só vem a tona quando a sua passagem pelo Lar do Garoto é acionado pelas relações que matém.

As falas dos jovens infratores, então, reportam a um “estigma” sobre o qual acreditam que a sociedade os vê. Isso faz com que um dos jovens não queira nem voltar para sua cidade de origem depois de sair do Lar do Garoto.

“Ninguém lá da minha cidade não gosta de mim, não. Eu já falei com a minha irmã hoje, falei no telefone, quando eu sair daqui, eu vou morar em outra cidade. Quando eu sair daqui, nós vamos morar noutro canto, noutro canto que as pessoas não conheçam eu. Eu posso arrumar um serviço noutro canto. Por lá onde eu morar sou um marginal mesmo.” (Duda)

Assim, sua internação nesta instituição será uma marca com a qual terá que conviver. Além disso, sua atitude de querer mudar-se de sua cidade-natal pode ser entendida através do que propõe ainda Goffman (1988). Segundo este autor, a descoberta de um estigma num indivíduo prejudica não só a situação social corrente, mas também as relações já estabelecidas e a imagem que os outros terão dele no futuro,

ou seja, a sua reputação, de modo que as conseqüências da descoberta de um estigma podem prolongar-se por toda a vida do indivíduo.

Por outro lado, os jovens internos afirmam que a partir de seu bom comportamento fora do Lar do Garoto, essa imagem negativa que lhes é imposta pode ser modificada, de modo que possam ser vistos como “pessoas de bem”.

“Eu acho que as pessoas pensam de mim que eu vou viver sempre nessa vida, não é? Eu acho que... quem conhece a pessoa, a justiça, acha que eu vou sempre viver nessa vida, mas eu acho que daqui pra frente eu vou ter uma vida melhor.” (Batoré)

“Eu acho que as pessoas lá fora pensam de mim que eu sou um menino maligno, eu acho que eles pensam assim, mas se Deus quiser, eu quero sair daqui e mostrar para eles que eu não sou aquele que eles pensavam. Quando sair daqui, vou mostrar para eles que eu mudei.” (Negão)

Além disso, um dos internos afirma que sua postura deve ser a de relevar essa imagem negativa que a sociedade lhes projeta, uma vez que ela ocorre devido ao fato deles terem feito algo de errado. Neste sentido, o estigma da sociedade em relação a eles seria justificável.

“Eu acho que tem gente que eu já aprontei com eles, não gosta da pessoa, acha a pessoa errada, mas isso aí, o cabra tem que deixar para lá. Tem gente que não gosta muito da pessoa por que a pessoa já fez muita coisa errada.” (Magrão)

Outro interno, ao falar sobre a imagem que a sociedade lhes projeta, comenta que muitos os vêem como preguiçosos, de modo que há, aqui, uma relação entre infração e trabalho, onde os internos são infratores porque não querem trabalhar.

“Tem muita gente que acha que eu sou preguiçoso, mas nada disso passa pela minha cabeça, não, porque trabalho é o que não tem, a pessoa para poder trabalhar tem que ter coragem, não ser preguiçoso, mas tem pessoa que diz que a pessoa não quer ajudar o pai. Mas quando aparecia um trabalho eu sempre trabalhava, sempre gostei.” (Rada)

Estas considerações tecidas pelos internos se configuram no que Goffman (1988) chama de *estratégias*. O autor analisa os sentimentos da pessoa estigmatizada sobre si própria e a sua relação com os outros ditos "normais", explorando a variedade de estratégias que os estigmatizados empregam para lidar com a rejeição alheia e a

complexidade de tipos de informação sobre si próprios que projetam nos outros, como as que são descritas aqui.

Portanto, a materialização dos sonhos dos jovens internos e sua reintegração à sociedade são perpassadas pela questão do estigma que lhes é imputado. A marca do Lar do Garoto, de acordo com o que acreditam, é transformada em característica de sua individualidade: eles são marginais, criminosos.

Como aponta Queiroz (1987), a vida que os egressos de instituições de internamento passam a ter após terem a liberdade de volta está intrinsecamente relacionada à maneira pela qual eles conseguem lidar com este estigma. Desse modo, este autor mostra que, em grande parte, os egressos tendem a se ligar novamente a atividades ilegais, aprofundando-se na prática da delinqüência, arriscando-se a nova prisão e internamento em unidades mais “fechadas”.

Aqui não cabe falar no que acontecerá com os internos do Lar do Garoto após sua saída da instituição, uma vez que não se dispõe de dados para fazê-lo, e porque isto foge aos propósitos deste estudo. Contudo, assim como Queiroz (1987) o faz, cumpre indagar: qual a mudança que haverá na vida dos internos após a sua saída do Lar do Garoto em relação à situação anterior ao internamento?

Aqui, a mudança da qual se tem condição de tratar e que foi percebida é aquela que se processou nos próprios internos através da experiência vivida na instituição e que foi revelada pelas mudanças de visão em relação a questões como o estudo, a família e o trabalho.

CONCLUSÃO

Quando abrimos os jornais, vemos desfilarem ante nossos olhos múltiplas situações de violência. Nesse contexto de violência, um dos aspectos antropológicamente mais significativos é o sentimento crescente de medo e insegurança de que os cidadãos dos mais variados grupos e classes sociais são tomados.

Nesse cenário de medo, de insegurança e de incerteza, a questão do crime urbano vem se tornando uma grande preocupação para a população em geral e para os cidadãos individualmente. Essa sensação de que qualquer indivíduo, qualquer cidadão, independentemente da classe, do gênero, pode ser vítima de uma violência, por furto, assalto, estupro, sobretudo por ameaça à sua vida, gera medo, insegurança, incerteza.

Se fizermos um levantamento de opiniões a respeito das causas dessa violência, vários aspectos serão mencionados: a pobreza, o fato de a polícia não cumprir suas funções, a ausência de políticas sociais adequadas. Seja o que for, hoje, cada vez mais, consolida-se a opinião de que o crime está crescendo e que parte da responsabilidade desses crimes se deve ao envolvimento dos jovens com o mundo do crime.

Por que a criminalidade está aumentando? Por que os jovens estão cada vez mais se envolvendo com o mundo do crime, cada vez mais se tornando violentos, estimulando uma espécie de inflação, uma ciranda de novos crimes? Qual seria a causa disso? Será que nossa legislação é muito branda com esses jovens? Será que nossas instituições de atendimento aos jovens são inadequadas? Daí a necessidade de propostas mais rigorosas, de uma legislação mais rigorosa, até se chegar à proposta da redução da maioria penal com o objetivo de punir os jovens cada vez mais cedo?

Sempre se parte da idéia de que os jovens são os autores da violência, mas muito pouco se fala deles como vítimas da violência. Neste estudo, os jovens são abordados como vítimas e como autores da violência.

Muitas vezes, na nossa sociedade, crianças e adolescentes são vistos na verdade como objeto de intervenção da sociedade adulta, da família, dos pais; enfim, de intervenção das instâncias de correção. Este estudo pretende “dar voz” ao jovem infrator, de modo a perceber como a privação da liberdade afeta a sua vida, a sua juventude.

Desse modo, a juventude é aqui compreendida como uma construção na qual as concepções de que os internos do Lar do Garoto lançam mão estão relacionadas com o contexto socioeconômico e cultural no qual estão inseridos, bem como com o cotidiano vivido por eles na instituição.

Assim, levou-se em consideração a vida que os internos levavam antes de seu internamento, através da qual foi possível perceber que a organização e o relacionamento familiar, a escolarização, a inserção no mercado de trabalho, a vivência da sexualidade e as relações de amizade mantidas revelam a marginalização sofrida por estes jovens.

Além disso, também buscou-se analisar o cotidiano vivido pelos internos no Lar do Garoto. Neste intento, constatou-se uma prática de aconselhamentos religiosos que norteia o comportamento dos jovens, configurando-se como uma experiência na qual procuram um crescimento individual. Na instituição os internos se deparam com uma disciplina voltada para a recuperação e reintegração através de medidas socioeducativas. Então, o cotidiano desses jovens é marcado por um sistema de valores que visa seu “adestramento”, buscando tornar “dóceis” seus corpos e mentes e que obstaculiza não só a sua liberdade, como sua autonomia. No Lar do Garoto os internos vivem um contexto de ambigüidades, as quais são expressas por eles próprios, bem como pela própria instituição.

A realidade vivida pelos internos, conforme se percebeu neste estudo, é marcada também pela violência, não só no que tange ao seu aspecto destrutivo como também no que diz respeito ao seu aspecto construtivo. Dessa forma, os internos tanto praticaram como sofreram ou sofrem violências físicas, verbais, materiais e simbólicas, assim como no mundo da violência buscaram dar significado a algumas relações por eles mantidas, como por exemplo, a relação que mantinham com os “amigos da vida ruim”. Os internos estão inseridos num contexto no qual vivem uma *cultura da violência* que está atrelada à sua realidade socioeconômica e cultural. A violência, então, atua como mediadora das relações que os internos mantêm e, conseqüentemente, de sua juventude.

Sendo assim, os internos têm uma concepção de juventude na qual o critério etário assume um papel definidor, de modo que se acham jovens porque têm pouca idade. Também foi possível perceber que os internos pensam sua juventude através da “curtição”, ou seja, da diversão/lazer. Isto faz com que sua concepção de juventude se

oponha a idéia de assumir responsabilidades, uma vez que acreditam que o jovem, diferentemente do adulto, é mais “solto”.

Dessa maneira, os internos apontam que no Lar do Garoto eles não vivem sua juventude. Para eles, a instituição os impossibilita de desfrutar de algo que é imprescindível para a plena vivência da juventude: a liberdade. Assim, os muros do Lar do Garoto tiram-lhes a possibilidade de fazer todas as coisas que acreditam ser próprias da juventude e de escolher aquilo que seria melhor para “curtirem a vida”.

O tempo que passam no Lar do Garoto significa, então, de um lado: um período em que eles cumprirão sua pena e melhorarão como pessoa; e de outro lado: um período em que estão perdendo de viver a sua juventude.

Por outro lado, a percepção dos internos sobre o período de internamento, sendo relacional, pode ser considerada como ambígua, pois ao mesmo tempo em que afirmam uma não vivência da juventude no Lar do Garoto, eles apontam fatores que a compensam, como por exemplo, a possibilidade de estarem estudando e aprendendo um ofício, ainda que isso se dê de forma precária.

Vale ressaltar que tal percepção dos internos não deve ser considerada uma contradição, mas deve ser tida como fazendo parte do contexto ambíguo em que vivem e como produto de uma confrontação de poderes e saberes da qual os internos participam no Lar do Garoto.

Na instituição constata-se a existência de uma dupla ambigüidade. A ambigüidade dos internos, conforme referida acima, e a ambigüidade da instituição, que mostra-se como um lugar de recuperação, utilizando-se para isso de uma recriação da representação ideal do espaço doméstico, revelada mesmo pelo seu nome: “Lar do Garoto”, mas que aplica um sistema disciplinar que submete os internos a um controle e lhes incute valores no sentido de apenas tornar seus corpos e mentes dóceis, de domesticá-los.

Desse modo, a juventude vivida pelos internos do Lar do Garoto é postiça: eles afirmam que são jovens baseando-se em suas idades, mas, por outro lado, as regras que lhes são impostas, retiram-lhes sua liberdade e autonomia e assim, a possibilidade de vivência plena dessa juventude. Logo, os internos esperam sair da instituição para viver de maneira plena a sua juventude, estando livres e afastados da “vida ruim”.

No que diz respeito ao futuro desses jovens internos, viu-se que os sonhos nutridos por eles não estão desvinculados do processo de disciplinarização ao qual estão

submetidos, uma vez que o desejo de sair do mundo da violência que manifestam, em especial, reflete um vínculo entre sonhos e disciplina, assim como o desejo de ser uma pessoa melhor através do estudo, do emprego, da constituição da família também está relacionado ao desejo de viver uma vida “correta”, o que também parece remeter aos valores que lhes foram inculcados.

Sendo assim, mesmo que os desejos referidos não sejam exclusivos dos jovens internos, mas de outros jovens, nesse caso, eles assumem uma peculiaridade: a recuperação e a reintegração à sociedade. Os internos, ao nutrirem estes sonhos, expressam sua disposição ao afastamento da prática da violência e o desejo de inclusão social.

Contudo, esta inclusão muitas vezes se depara no estigma advindo da sociedade e que os internos reconhecem. Para os internos, a sociedade os vê de maneira negativa. Eles seriam, como afirma Goffman (1988) *desacreditáveis*. Assim, ainda que utilizem *estratégias* para lidar com este estigma, a materialização dos seus sonhos e a inclusão social que desejam são perpassadas pela questão do estigma que lhes é imputado.

Neste estudo, então, aponta-se que a diferença existente entre a juventude dos internos do Lar do Garoto e as demais juventudes também se revela tanto pela entrada, vivência e desejo de saída da cultura da violência que marca sua realidade, quanto pelo fato de desejarem ser livres, tendo em vista que eles, sim, sabem o que é perder a liberdade de fato e de direito.

Dessa forma, conforme foi colocado neste estudo, os internos têm sua juventude traída, ou melhor, os seus direitos à juventude traídos, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que, no espaço familiar, antes de sua internação, muitos desses jovens passavam por situações de violência, seja ela física, verbal ou simbólica; no âmbito social, tanto antes como durante sua internação, eles convivem com a marginalização, com as desigualdades e com o preconceito; e na esfera estatal, também antes e durante sua internação, são submetidos a um sistema disciplinar que lhes tira sua cidadania.

Diante de todas essas considerações, caberia indagar: Qual o destino desses jovens? Por enquanto a resposta para essa pergunta foge à perspectiva e aos objetivos deste estudo, podendo servir como orientação para trabalhos futuros.

Ao concluir este estudo, fica para mim como pesquisador a certeza de que a juventude dos internos do Lar do Garoto tem muito a dizer sobre a sociedade atual, as

perspectivas de sua transformação, e sobre seu papel num futuro próximo. É a partir desta convicção que aqui enumero as reflexões e propostas que se seguem, uma vez que as conclusões extraídas deste estudo podem contribuir para o mapeamento sobre as políticas públicas voltadas para promover a garantia de direitos a crianças e adolescentes.

Em primeiro lugar, destaca-se a importância da criação de políticas públicas voltadas para o núcleo familiar básico e não mais para a criança e o adolescente como indivíduos isolados. Sendo assim, denota-se a idéia de serem criados programas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares tanto com as crianças quanto com os adolescentes. Essas medidas em muito contribuiriam para reduzir a entrada destes na delinquência.

Em segundo lugar, pode-se afirmar, grosso modo, que estar na escola e/ou ter um trabalho são ingredientes básicos para livrar o adolescente da prática de atos infracionais, o que indica que o investimento em educação e em profissionalização é um instrumento potente para a redução da delinquência juvenil. Isso tudo indica um descompasso entre a educação formal e o que atenderia verdadeiramente esses jovens. Aponta-se, então, a necessidade de uma proposta pedagógica contextualizada à realidade institucional.

Em terceiro lugar, os projetos sociorecreativos devem procurar abranger, sobretudo, as crianças e adolescentes pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, integrando-os, de modo que sejam mais bem explorados os espaços escolares, além do que seja incluída a sociedade civil através de clubes, associações, grupos religiosos e outras organizações.

Em quarto lugar, as campanhas de massa, que tratam das questões relacionadas com a sexualidade, devem envolver os jovens desde a sua origem, bem como na elaboração dos conteúdos, na apresentação dos participantes, na linguagem a ser usada e na análise dos resultados. Além disso, faz-se necessário que haja espaço na escola para o diálogo e discussão, de modo que os jovens possam expressar seus sentimentos e valores, bem como os professores devem ser mais bem preparados para realizar esta tarefa. Como muitas vezes os pais têm dificuldades de abordar este assunto com seus filhos, faz-se necessário que as Secretarias de Educação e Saúde desenvolvam projetos para orientar esses pais no trato do tema no âmbito da família.

Em quinto lugar, tendo em vista a problemática do uso de drogas entre crianças e jovens, reconhece-se a necessidade da intensificação do controle ao contrabando de armas e de drogas pelas autoridades competentes. Também é importante utilizar espaços como a escola para discussões fundamentadas sobre o consumo de drogas, sejam elas lícitas ou não, mas que possam provocar qualquer tipo de dependência. Neste caso, as Secretarias de Educação e Saúde também deveriam atuar no sentido de propiciar aos professores uma melhor formação neste sentido e aos pais mais e melhores informações para a orientação dos filhos.

Em sexto lugar, é preciso que o poder público busque mecanismos para diminuir as desigualdades sociais e a exclusão, de modo que os problemas sociais sejam centrais para as administrações públicas.

Em sétimo lugar, o sistema de segurança pública deve ser repensado, especialmente em seus aspectos disciplinares, para que a segurança seja sinônimo de proteção aos cidadãos, mesmo em situações em que seja necessário adotar o procedimento da repressão.

Em oitavo lugar, que a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente seja difundida e reforçada, de modo que os Conselhos de Direitos e Tutelares passem a ser mais atuantes.

Em nono lugar, o papel dos meios de comunicação também seja repensado no que diz respeito à transmissão de mensagens que envolvam a violência. Assim, o poder público deve procurar mecanismos de colaboração para que na mídia se discuta mais sobre tais mensagens.

Por último, que o poder público e o sistema escolar incentivem os processos de valorização da democracia no cotidiano como forma de superação das discriminações e dos preconceitos através da cultura, do esporte e do lazer.

Tais propostas levam em consideração alguns pontos ressaltados nas falas dos internos do Lar do Garoto. Todavia, elas não são originais e podem não ser incisivas. De qualquer forma, o propósito de sua apresentação reside no fato de estarem relacionadas com uma realidade particular: a dos jovens internos do Lar do Garoto, de modo que a implementação de políticas públicas possa apoiar-se, uma vez que, como mostra Minayo et al. (1999), “(...) a construção das novas balizas são muito menos mediadas pela experiência do tempo e da autoridade e muito mais dependentes da capacidade criadora de uma nova ‘bricolage’ dos sujeitos e das instituições”.

Desse modo, vale, por fim, ressaltar que esta interpretação acerca de como a privação da liberdade afeta a vida dos internos do Lar do Garoto e sua concepção de juventude, é colocada mais como uma realidade bem particular que se dá entre determinados jovens, tendo em vista uma determinada instituição, numa dada cidade paraibana, portanto, não têm a pretensão de serem generalizáveis. Estando aberto a críticas e sugestões, este estudo marca um esforço de compreensão e interpretação, no sentido de tornar o "exótico" em "familiar" e de "ver", "ouvir" e "escrever" a respeito dos jovens internos do Lar do Garoto.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO**, Helena Wendel.(1994). *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta.
- ALVES**, Alda Judith. (1991). Meninos de Rua e Meninos da Rua: Estrutura e Dinâmica Familiar. In: *O Trabalho e a Rua. Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80*. São Paulo: Cortez.
- ALVIM**, Rosilene e **GOUVEIA**, Patrícia (orgs). (2000). *Juventude Anos 90 : Conceitos, Imagens, Contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- ANTHIAS**, Floya. (1998). *Rethinking Social Divisions: Some Notes Towards a Theoretical Framework*.
- ARIÈS**, Philippe. (1978). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ATAÍDE**, Yara Dulce Bandeira de. (1993). *Decifra-me ou Devoro-te: História Oral de Vida dos Meninos de Rua de Salvador*. São Paulo: Loyola.
- AUGRAS**, M. (1997). História Oral e Subjetividade. In: **VON SIMSON**, O. R. M. (org.). *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas : UNICAMP.
- AZEVEDO**, Leila Strazza de. (1998). *Diferenças de Gênero na Vulnerabilidade da Infecção do Hiv/Aids em Meninas e Meninos Adolescentes Detidos na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo – FEBEM*. São Paulo: Mimeo apresentado na 9ª Conferência Internacional de Redução de Danos Causados pelas Drogas, realizado de 15 à 19 de março de 1998, no Renaissance São Paulo Hotel.
- AZEVEDO**, Maria Amélia e **GUERRA**, Viviane Nogueira de Azevedo (orgs.). (1995). *Infância e Violência Domésticas: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- BECKER**, Howard S. (1997). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- BENEDICT**, R. (1972). *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo: Perspectiva.
- BERGER**, P. e **BERGER**, B. (1977). Socialização: Como Ser Um Membro da Sociedade. In: *Sociologia e Sociedade*. **FORACCHI**, M. M. e **MARTINS**, J. S. (orgs.). Rio de Janeiro – São Paulo: Livros Técnicos e Científicos.
- BIENENBACH**, Maria Ignês (et all). (1987). *Fogo no Pavilhão : Uma Proposta de Liberdade Para o Menor*. São Paulo: Brasiliense.
- BONAMIGO**, Irme. (1998). *Disciplina e Exclusão: Processos de Institucionalização das Práticas de Atendimento Voltadas às Crianças e Adolescentes Pobres*. Chapecó: Grifos.

- BOURDIEU**, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL.
- _____. (2000). La « Juventude » Sólo es Una Palabra. In: *Cuentinos de Sociologia*. Madrid: Instmo.
- BRUSCHINI**, Maria Cristina Aranha. (1990). *Mulher, Casa e Família. Cotidiano nas Camadas Médias Paulistas (Introdução)*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- CAMPOS JÚNIOR**, Luiz de Castro. (1995). *Pentecostalismo – Sentidos da Palavra Divina*. São Paulo: Ática.
- CARMO**, Paulo Sérgio do. (2001). *Culturas da Rebeldia: A Juventude em Questão*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- CEMIC**. (1971). *Plano de Prevenção Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor*. Rio de Janeiro: Convênio FURN, FNBEM e UNICEF.
- CHAVES JÚNIOR**, Elizeu de Oliveira. (1999). Políticas de Juventude: Evolução Histórica e Definição. In: *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Adolescente e do Jovem.
- COHEN**, A K. (1986). A Delinquência como Subcultura. In: *Sociologia da Juventude*, Vol. III. Rio de Janeiro: Zahar.
- DA MATTA**, Roberto. (1979). *Carnavais, Malandros e Heróis – Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DE LA TAILLE**, Yves. (2000). Violência: Falta de Limites ou Valor? Uma Análise Psicológica. In: *Juventude e Debate*. São Paulo: Cortez.
- DIÓGENES**, Glória. (1998). *Cartografias da Cultura e da Violência: Gangues, Galeras e Movimento Hip Hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto.
- EISENSTADT**, S. N. (1976). *De Geração à Geração*. São Paulo: Perspectiva.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** (1990) - apresentação de Siro Darlan. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- EVANS-PRITCHARD**, E. E. (1978). O Sistema de Conjuntos Etários. In: *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- FEIXA**, Carlos. (1998). *El Reloj de Areia: Culturas Juveniles en México*. México: Causa Jovem.
- FONSECA**, Cláudia. (1995). *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez.

FORACCHI, Marialice Mencarini. (1972). *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira.

FORTES, Meyer. (1988). *O Ciclo do Desenvolvimento do Grupo Doméstico*. Brasília: Textos de Aulas do Departamento de Antropologia da UnB.

FOUCAULT, Michel. (1984). *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1987). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes.

FROTA, Teresa de Lisieux Lopes e **RUSSO**, Gláucia Helena Araújo. (2003). A Cultura da Violência e os Espetáculos dos Meninos do Pitimbu. In: *Violência & Sociedade*. São Paulo: Letras & Letras.

FUNDAC. (1998). *Regulamento Disciplinar dos Internos do Lar do Garoto*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, Secretaria do Trabalho e Ação Social.

GEERTZ, Clifford. (1989). *a Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GOFFMAN, Ervim. (1961). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1988). *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

GREGORI, Maria Filomena e **SILVA**, Cátia Aida. (2000). *Meninos de Rua e Instituições: Tramas, Disputas e Desmanche*. São Paulo: Contexto.

GROPPO, Luís Antônio. (2000). *Juventude: Ensaios Sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL.

Guia Prático de Antropologia. (1973). São Paulo: Cultrix.

GÜNTHER, Isolda de Araújo. (1999). Adolescência e Projeto de Vida. In: *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Adolescente e do Jovem.

KOWARICK, Lúcio. (1975). *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KUPER, Adam. (1978). Radcliffe-Brown. In: *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: F. Alves.

LEVI, Giovane e **SCHMIT**, Jean-Claude. (1996). *História dos Jovens (Introdução)*. São Paulo: Companhia das Letras.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1956). A Família. In: *Homem, Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____. Claude. (1982). A Ilusão Arcaica In: *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes.

- LINTON**, Ralph. (1979). *Cultura e Personalidade*. São Paulo: Mestre Jou.
- MACHADO**, Maria das Dores Campos. (1992). *Carismáticos e Pentecostais – Adesão Religiosa na Esfera Familiar*. São Paulo: Autores Associados.
- MADEIRA**, Felícia Reicher. (1997). A Trajetória das Meninas dos Setores Populares: Escola, Trabalho Ou... Reclusão. In: *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos Sobre Crianças e Adolescentes Pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos.
- MAFFESOLI**, Michell. (1987). *A Dinâmica da Violência*. São Paulo: Vértice.
- MANNHEIM**, Karl. (1968). O Problema da Juventude na Sociedade Moderna. In: *Sociologia da Juventude*, Vol. I Rio de Janeiro: Zahar.
- MAYBURY-LEWIS**, David. (1984). *A Sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MEAD**, Margaret. (1970). *O Conflito de Gerações*. Lisboa: Dom Quixote.
- _____. (1976). *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1978). *Adolescência y Cultura en Samoa*. Buenos Aires: Paidós.
- MILITO**, Cláudia e **SILVA**, Hélio. (1995). *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MINAYO**, Maria Cecília de Souza (et al.). (1999). *Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond.
- NEVES**, Delma Pessanha. (1999). *A Perversão do Trabalho Infantil : Lógicas Sociais e Alternativas de Prevenção*. Niterói: Intertexto.
- OLIVEIRA**, C. S. (2001). *Sobrevivendo no Inferno*. Porto Alegre: Sulina.
- OLIVEIRA**, Roberto Cardoso de. (2000). *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- OLIVEN**, Ruben George. (1983). *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1988). *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- ONU**. (1990). *Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade*.
- PAIS**, José Machado. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- PARSONS**, Talcott. (1968). A Classe Como Sistema Social. In: *Sociologia da Juventude*. Vol. III. Rio de Janeiro: Zahar.

- PASSETTI**, Edson. (1987). *O Que é Menor?* São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1995). *Violentados: Crianças, Adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário.
- PERLMAN**, Janice. (2002). *O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POLLAK**, Michael. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos (Memória)*. Vol. 2. Nº 3. Rio de Janeiro.
- QUEIROZ**, José. (1987). *O Mundo do Menor Infrator*. São Paulo : Cortez.
- QUEIRÓZ**, M. Isaura P. (1988). “Relatos Oraís: do ‘Indizível’ ao ‘Dizível’”. In: **VON SIMSON**, O. R. M. (org.). In: *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice/ Editora dos Tribunais.
- RIFIOTIS**, Theophilos. (1997). *Nos Campos da Violência: Diferença e Positividade*. Florianópolis: Mimeo.
- RITZER**, George. (1993). Integracion Accion-Estructura. In: *Teoria Sociológica Contemporânea*. Madrid: McGraw Hill.
- ROSENMAYR**, Léopold. (1968). A Situação Sócio-Econômico da Juventude de Hoje. In : *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro : Zahar.
- SAFFIOTI**, Heleieth I. B. (1997). No Fio da Navalha : Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil. In : *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos Sobre Crianças e Adolescentes Pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos.
- SAMARA**, Eni Mesquita. (s/d). *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- SARTI**, Cinthia Andersen. (1996). *A Família Como Espelho: Um Estudo Sobre a Moral dos Pobres*. São Paulo: Autores Associados.
- SCHNEIDER**, Leda. (1987). *Marginalidade e Delinqüência Juvenil*. São Paulo: Cortez.
- SCHUCH**, Patrice. (2001). Trama de Significados: Uma Etnografia Sobre Sensibilidades Jurídicas e Direitos do Adolescente no Plantão da Delegacia do Adolescente Infrator e no Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre/RS. In: *Antropologia e Direitos Humanos 2*. **LIMA**, Roberto Kant de. (org.). Niterói: EdUFF.
- SCOTT**, Russell Parry, **QUADROS**, Marion e **LONGHI**, Márcia. (2002). Jovens Populares Urbanos e Gênero na Identificação de Demandas de Saúde Reprodutiva. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol. 19, Nº 2.

SILVA, Enid Rocha Andrade e **GUERESI**, Simone. (2003). *Adolescentes em Conflito com a Lei: Situação do Atendimento Institucional no Brasil*. Brasília: Publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

SOUSA FILHO, Alípio de. (2003). Cultura, Ideologia e Violência – Contribuição a um Debate Sobre Origens de Formas da Violência no Brasil. In: *Violência & Sociedade*. São Paulo: Letras & Letras.

SPOSITO, Marília Pontes. (1994). A Sociabilidade Juvenil e a Rua: Novos Conflitos e Ação Coletiva na Cidade. In: *Revista de Sociologia da USP*. São Paulo.

TEIXEIRA, M. de L. T. e **VICENTIN**, M. C. G. (2001). O Futuro do Brasil Não Merece Cadeia: Os Argumentos Contra a Redução da Idade Penal. In: *Ciência Hoje*. Vol. 30. Nº 177.

VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal. (2002). *Infância, Infâncias: Cotidaneidades em Espaços Socialmente Distintos*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba.

VELHO, Gilberto. (1981). *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (org.). (1989). *Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar.

VIANNA, Hermano (org.). (1997). *Galeras Cariocas: Territórios de Conflitos e Encontros Culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira. (1989). *O Dilema do Decente Malandro*. São Paulo: Cortez.

VOLPI, Mario. (2001). *Sem Liberdade, Sem Direitos: A Privação de Liberdade na Percepção do Adolescente*. São Paulo: Cortez.

WASELFISZ, Julio Jacobo. (2002). *Mapa da Violência III*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH.

WIRTH, Louis. (1973). O Urbanismo como Modo de Vida. In: **VELHO**, Otávio (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.

ZALUAR, Alba. (1994). *A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense.